



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LUCIENE SANTOS DE ALMEIDA

**O VALE DO JIQUIRIÇÁ NO CONTEXTO DO CIRCUITO  
ESPACIAL PRODUTIVO DO CACAU**

Salvador

2008

LUCIENE SANTOS DE ALMEIDA

**O VALE DO JIQUIRIÇÁ NO CONTEXTO DO CIRCUITO  
ESPACIAL PRODUTIVO DO CACAU**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador (a): Prof. Dr. Rubens Toledo Jr.

Salvador  
2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Shiguemi Fujimori, Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia.

A447 Almeida, Luciene Santos de,  
O Vale do Jiquiriçá no contexto do circuito espacial produtivo do cacau /  
Luciene Santos de Almeida. \_ Salvador, 2008.  
116f.

Orientador: Prof. Dr. Rubens Toledo Júnior.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de  
Geociências, 2008.

1. Geografia agrícola – Bahia 2. Cacau – Cultivo – Jiquiriçá, Vale (BA)  
3. Cacaucultura – Jiquiriçá, Vale (BA) I. Toledo Júnior, Rubens II. Universidade  
Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU – 911.3:633.74(813.8)

LUCIENE SANTOS DE ALMEIDA

**O VALE DO JIQUIRIÇÁ NO CONTEXTO DO CIRCUITO  
ESPACIAL PRODUTIVO DO CACAU**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Submetida em satisfação parcial dos requisitos do grau de

**MESTRE EM GEOGRAFIA**

À Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da  
Bahia

Salvador, 16 / 09 /2008.

**APROVAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Rubens de Toledo Junior (Orientador)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Guiomar Inez Germani

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sylvia Maria dos Reis Maia

*Dedico esta dissertação aos meus pais e meus irmãos por sempre estiveram ao meu lado nas horas mais complicadas.*

## AGRADECIMENTOS

Nessas páginas de agradecimentos geralmente se cita o nome de muitas pessoas, no entanto, vou citar o nome de poucos amigos, mas que estiveram sempre do meu lado e me ajudaram nas horas mais difíceis no decorrer dessa caminhada.

Amiga Mayara te agradeço pela paciência, atenção, incentivos e orientações valiosas para a realização da pesquisa. Pelas suas manifestações de apoio, carinho e amizade principalmente nas horas que eu mais precisei diante de desafios que sozinha não iria conseguir superar, muito obrigada.

À amiga Soronaide pela compreensão, apoio e companheirismo em todos os momentos dessa caminhada.

Ao amigo Nilton pelas contribuições técnicas que tanto contribuíram para a realização desse trabalho.

Ao professor Rubens pela paciência e atenção, atenção e pela suas contribuições teóricas oferecidas.

## RESUMO

Esta dissertação analisa a lavoura cacauzeira no Vale do Jiquiriçá, focalizando os municípios de Mutuípe, Jiquiriçá Laje e Ubaíra. O trabalho versa sobre a introdução da lavoura cacauzeira nesse espaço e sua ampliação a partir dos anos de 1970 com a instalação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, em três dos quatro municípios do Vale, sabendo-se que todo esse processo foi uma forma de aumentar a produção de cacau no período da modernização da agricultura no Brasil através do programa Procacau, esse era um projeto do governo Federal. O trabalho aponta também para as relações comerciais existentes entre o Vale do Jiquiriçá e a região produtora de cacau sul da Bahia que é onde se encontra as condições políticas e técnicas para a reprodução e ampliação do circuito espacial produtivo do cacau. Nessa perspectiva, o trabalho discute de que forma o Vale do Jiquiriçá está inserido no circuito espacial produtivo do cacau com suas características de produção e comercialização do cacau. Assim, este estudo procura discutir de que forma age o circuito produtivo do cacau e as ações das grandes firmas que controlam esse circuito no Vale do Jiquiriçá e quais as conseqüências para esse espaço que está inserido de forma desfavorável nesse circuito. O estudo revelou que o Vale do Jiquiriçá é mais um espaço especializado na produção de cacau na Bahia e que esse serve às grandes firmas que controlam o circuito espacial produtivo do cacau.

**Palavras-chave:** cacauicultura, circuito espacial produtivo do cacau, espaços especializados.

## ABSTRACT

This composition analyzes the plantation of cocoa in Jiquiriçá Valley, focalizing the cities: Mutuípe, Jiquiriçá, Laje and Ubaíra. This paper is about the introduction of the plantation of cocoa on those cities and the its improving in 1970's with the Executive Commission of Plantation of Cocoa Plan - CEPLAC amid three cities from the Valley. It's known that all the process was a way to improve the production of cocoa in the period of the modernization of agriculture in Brasil through procacau program (It was a Federal Government Project). The paper also indicates the commercial relationships between Jiquiriçá Valley and the producer region of cocoa in South Bahia, which area there are political and technical conditions to reproduction and development of the productive space of cocoa. On this perspective, the paper discusses what way the Jiquiriçá Valley is inserted in the productive space of cocoa with its characteristics – production and business of the cocoa. Therefore, this composition makes a discussion how the productive space of cocoa acts and the actions of the great companies that controls this space in Jiquiriçá Valley and which consequences to this circuit that it is inserted in an unfavorable way on this circuit. The paper showed that Jiquiriçá Valley is more one specialized place on production of cocoa in Bahia and it is serving great companies that control the space circuit productive of cocoa.

**Key Words:** culture of cocoa, space circuit productive of cocoa, specialized spaces.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Regiões Econômicas do Estado da Bahia.....	18
Figura 2	Região Econômica Recôncavo Sul.....	18
Figura 3	Territórios de Identidade.....	19
Figura 4	Vale do Jiquiriçá .....	20
Figura 5	Produção de cacau em amêndoas segundo município, por ano - Vale do Jiquiriçá, 1975-1995/6.....	56
Figura 6	Distribuição da população urbana e rural no Vale do Jiquiriçá, 2008.....	66
Figura 7	Mapa rodoviário do Vale do Jiquiriçá.....	67
Figura 8	Fluxograma do circuito da produção de cacau em amêndoas no Vale do Jiquiriçá, 2008.....	78
Figura 9	Mapa da comercialização de cacau em amêndoas para a região sul da Bahia, 2007.....	100
Figura 10	Mapa da comercialização de cacau no Vale do Jiquiriçá, 2007.....	101

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Distribuição do cultivo por município, segundo número de empresas, Vale do Jiquiriçá, 2008.....	57
Tabela 02	Estrutura Fundiária do município Jiquiriçá 1940 a 1996.....	59
Tabela 03	Estrutura Fundiária do município de Laje, 1940.a 1996.....	60
Tabela 04	Estrutura Fundiária do município de Mutuípe, 1940.a 1996.....	61
Tabela 05	Estrutura Fundiária do município de Ubaíra, 1940.a 1996.....	62
Tabela 06	Evolução do Índice de GINI por municípios, Vale do Jiquiriçá 1920-1996.....	63
Tabela 07	População total por municípios, Vale do Jiquiriçá 1920-2007.....	65
Tabela 08	Distribuição da população urbana e rural por município, Vale do Jiquiriçá, 2008.....	65
Tabela 09	Programa de crédito destinado ao custeio agropecuário, 2008.....	105

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Estrutura da comercialização de cacau no mercado interno e externo.....	83
Quadro 02	Distribuição das atividades agrícolas em períodos quinquenais, segundo uso e ocupação do solo e cultivo, por municípios.....	105

## LISTA DE SIGLAS

CAI	Complexo Agroindustrial
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística
ICB	Instituto de Cacau da Bahia
PROCACAU	Programa de Expansão da lavoura Cacaueira
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEAGRI	Secretaria da Agricultura e Irrigação e Reforma Agrária
SEBRAE	Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
1.2	QUESTÕES DE PESQUISA.....	23
<b>2</b>	<b>A AGRICULTURA NO BRASIL E SUAS TRANSFORMAÇÕES.....</b>	<b>29</b>
2.1	A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	31
2.1.1	<b>Os circuitos espaciais produtivos e os círculos de cooperação.....</b>	<b>39</b>
2.2	A MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS PRODUTORES ESPECIALIZADOS.....	44
<b>3</b>	<b>FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DO VALE DO JIQUIRIÇÁ-BA:REGISTROS HISTÓRICOS.....</b>	<b>47</b>
3.1	FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA BAHIA COLONIAL.....	48
3.2	FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO VALE DO JIQUIRIÇÁ.....	49
3.2.1	<b>A organização econômica: as sucessivas atividades agrícolas.....</b>	<b>51</b>
3.2.2	<b>O cacau.....</b>	<b>53</b>
3.2.3	<b>A estrutura fundiária.....</b>	<b>57</b>
3.2.4	<b>Aspectos demográficos.....</b>	<b>65</b>
3.2.5	<b>A localização.....</b>	<b>68</b>
<b>4</b>	<b>A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SUAS REPERCUSSÕES NA ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE CACAUEIRA NO VALE DO JIQUIRIÇÁ.....</b>	<b>69</b>
4.1	A EXECUSSÃO DO PROCACAU E A EXPANSÃO DA LAVOURA CACAUEIRA NA BAHIA.....	71
4.2	O RESULTADO DA MODERNIZAÇÃO DA CACAUCULTURA.....	73
4.2.1	<b>A organização da produção.....</b>	<b>73</b>
4.2.2	<b>O setor da lavoura.....</b>	<b>77</b>
4.2.3	<b>A organização do setor industrial .....</b>	<b>79</b>
4.2.4	<b>A organização da comercialização.....</b>	<b>79</b>
4.2.5	<b>Os agentes da comercialização do cacau.....</b>	<b>80</b>
<b>5</b>	<b>O NOVO PAPEL DO ESTADO DIANTE DAS MUDANÇAS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E O FORTALECIMENTO DAS FIRMAS LIGADAS AO AGRONEGÓCIO.....</b>	<b>86</b>
5.1	A REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL E SUAS REPERCUSSÕES NA LAVOURA CACAUEIRA.....	89
5.2	OS CIRCUITOS ESPACIAIS PRODUTIVOS E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO E AS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA	

AGRICULTURA BRASILEIRA.....	91
5.2.1 O circuito espacial produtivo de cacau na Bahia.....	92
<b>6 O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO CACAU E O VALE DO JIQUIRIÇÁ.....</b>	<b>96</b>
6.1 O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO CACAU NO VALE DO JIQUIRIÇÁ.....	97
6.1.1 A organização da produção de cacau no Vale do Jiquiriçá.....	98
6.2.2 A comercialização de cacau no Vale do Jiquiriçá.....	99
6.1.3 A organização dos produtores.....	101
6.2 A MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS PRODUTORES ESPECIALIZADOS DE CACAU - O VALE DO JIQUIRIÇÁ.....	103
<b>7 CONCLUSÃO.....</b>	<b>107</b>
<b>8 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>113</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a primeira metade do século XX iniciou-se no Vale do Jiquiriçá em um conjunto de municípios composto por Jiquiriçá, Laje, Mutuípe e Ubaíra a atividade cacaeira. Nesses quatro municípios esta atividade não tinha a mesma tradição que em municípios do sul da Bahia, como Ilhéus e Itabuna.

Estudamos a produção de cacau no Vale do Jiquiriçá, as razões dessa produção nesse espaço do Estado da Bahia, bem como sua contextualização nas suas diversas escalas estadual, nacional e mundial.

A produção agrícola sempre teve grande valor para a economia brasileira e baiana. Na Bahia primeiramente destacou-se a atividade canavieira, depois a fumageira e posteriormente a lavoura cacaeira que, a partir do século XIX, passou a sustentar a economia da Bahia.

A implantação da cacauicultura como atividade monocultora de exportação passou a representar para a Bahia um fator dinâmico da economia. Com um mercado consumidor consolidado que sempre teve uma crescente demanda, e a abundância de terras próprias para o cultivo do cacau numa região ecologicamente indicada, fez da Bahia um dos grandes exportadores de cacau do mundo.

A atividade cacaeira se consolidou na Bahia em um momento de recesso econômico que atingia o Estado entre os séculos XVIII e XIX. Então o surgimento de uma nova monocultura de exportação foi muito importante para a receita da Bahia e continuou sendo até os dias atuais, mesmo nesse período de crise. O cacau surgiu, segundo Edna Bastos (1987), nas cabeceiras da Bacia amazônica e se dispersou em duas direções: a primeira, para o leste ao longo do rio Amazonas; e a segunda, para o oeste, cruzando os Andes e avançando para a América Central até o sul do México. No Brasil, o cultivo do cacau começou em 1679.

Em 1746, o cacauero foi introduzido na Bahia através de sementes trazidas do Pará. O cacauero foi plantado às margens do rio Prado, no atual município de Canavieiras.

Na década final do século XIX, a lavoura cacaeira assume caráter monocultor no eixo Ilhéus-Itabuna e passou a representar uma atividade com grande influência na esfera socioeconômica desse espaço.

Posteriormente, o eixo de produção Ilhéus-Itabuna transformou-se numa região produtora, convergindo serviços e mão-de-obra para sustentar essa atividade

que se tornou tão próspera. Para Angelina Nobre Rolim Garcez (1977), foi a lavoura cacauera que rompeu com o ciclo de decadência da região sul da Bahia no século XIX quando essa área estava isolada economicamente, pois permitiu que a mesma integrasse com sucesso a comunidade econômica do Estado.

A dinâmica dessa atividade que começou apenas como fornecedora de cacau em amêndoas para o exterior e depois, em meados de 1930, passou a ser processada em seus subprodutos, não tem mantido um desenvolvimento regular e ascendente. Isso pode ser explicado pelas características de seu arranjo político, econômico e cultural responsável pela introdução da lavoura na região sul da Bahia e pela forma como essa vem sendo sustentada. Mesmo possuindo grande valor no mercado internacional e de grande importância para as divisas da Bahia, a atividade cacauera sempre oscilou entre períodos de prosperidade e de crise.

Segundo Jose Alexandre de Souza Menezes e Dionísio Carmo-Neto (1993), esses períodos de crise ocorreram em 1928, 1957, 1961, 1971, 1987-1989. E o que parece é que não existem novidades entre as crises anteriores e essa que se arrasta desde 1987. As causas são as mesmas, como envelhecimento dos cacaueros, preços baixos decorrentes dos grandes estoques mundiais e a forma agrário-exportador de inserção o produto no mercado internacional.

Os órgãos criados em momentos de crise como o Instituto de Cacau da Bahia (ICB) em 1931 e a Comissão do Plano da Lavoura Cacauera (CEPLAC), em 1956 representaram conquistas e avanços importantes para a atividade cacauera, mas não representaram um meio eficaz para garantir a sustentabilidade da cacauicultura frente ao mercado internacional.

A referência mais comum à CEPLAC não escapa aos seus vínculos a modernização tecnológica da produção de cacau baseada em pesquisa e extensão. Esta modernização, sem precedentes, foi responsável pela elevação da produção e produtividade, que recuperou para o Brasil a posição de 2º maior produtor mundial de cacau (MENEZES e CARMO-NETO, 1993, p.26).

Esse avanço alcançado pelo Brasil no final dos anos de 1970, como segundo maior produtor de cacau do mundo foi mérito da região produtora sul da Bahia e dos novos espaços produtores como o Recôncavo canavieiro e o Vale do Jiquiriçá esse situado na região econômica Recôncavo Sul. Mas tudo isso não foi o suficiente para modernizar essa atividade e fortalecer as relações entre a lavoura e a



industrialização, o que garante à cacauicultura o título de *commoditie* mais vulnerável às crises de preços.

A partir de meados da década de 80 do século XX, com a crise do Estado brasileiro e a crescente retirada de empréstimos e investimentos na lavoura e nos órgãos de fomento à cacauicultura, a CEPLAC também entra em crise e é praticamente desmontada. Além disso, nesse período se disseminou a Vassoura de Bruxa<sup>1</sup> que destrói a lavoura cacauera. Paralelamente a essa situação cresce a força das firmas multinacionais e as mesmas assumem cada vez mais o comando do circuito espacial produtivo do cacau.

O resultado dessa falta de políticas capazes de integrar a produção à industrialização foi a formação de um mercado de cacau em amêndoas e de derivados dominado por um pequeno grupo de indústrias processadoras, em detrimento da desarticulação e descapitalização do produtor de cacau e dos seus espaços produtores.

Diante dessa situação, o Vale do Jiquiriçá, enquanto espaço produtor de cacau, também sofreu as mesmas oscilações, uma vez que sua produção está diretamente integrada à região produtora Sul da Bahia devido às relações comerciais existentes entre os agentes do Vale e as firmas processadoras situadas em Ilhéus e Gandu.

Sendo assim, o presente trabalho tem por finalidade analisar a atividade cacauera no Vale do Jiquiriçá, envolvendo apenas quatro municípios: Mutuípe, Laje, Jiquiriçá.

Os quatro municípios já citados podem ser entendidos a partir de algumas regionalizações. Eles foram inseridos na região econômica Recôncavo Sul que compreende 34 municípios, como pode ser visto nos mapas abaixo, figuras 01 e 02.

Figura 01  
**Regiões Econômicas do Estado da Bahia**

---

<sup>1</sup> Segundo Couto (2000) a Vassoura-de-bruxa (*Crinipellis perniciososa*) é um fungo que ataca os tecidos de crescimento do cacauero principalmente os ramos e os frutos.

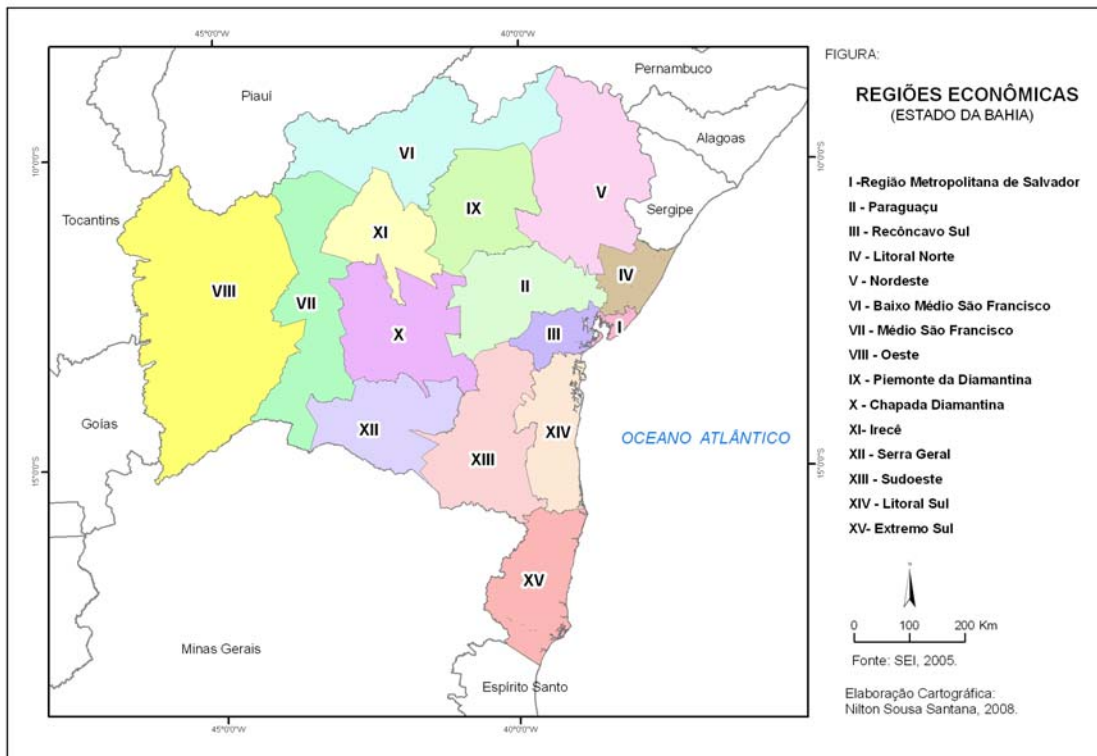
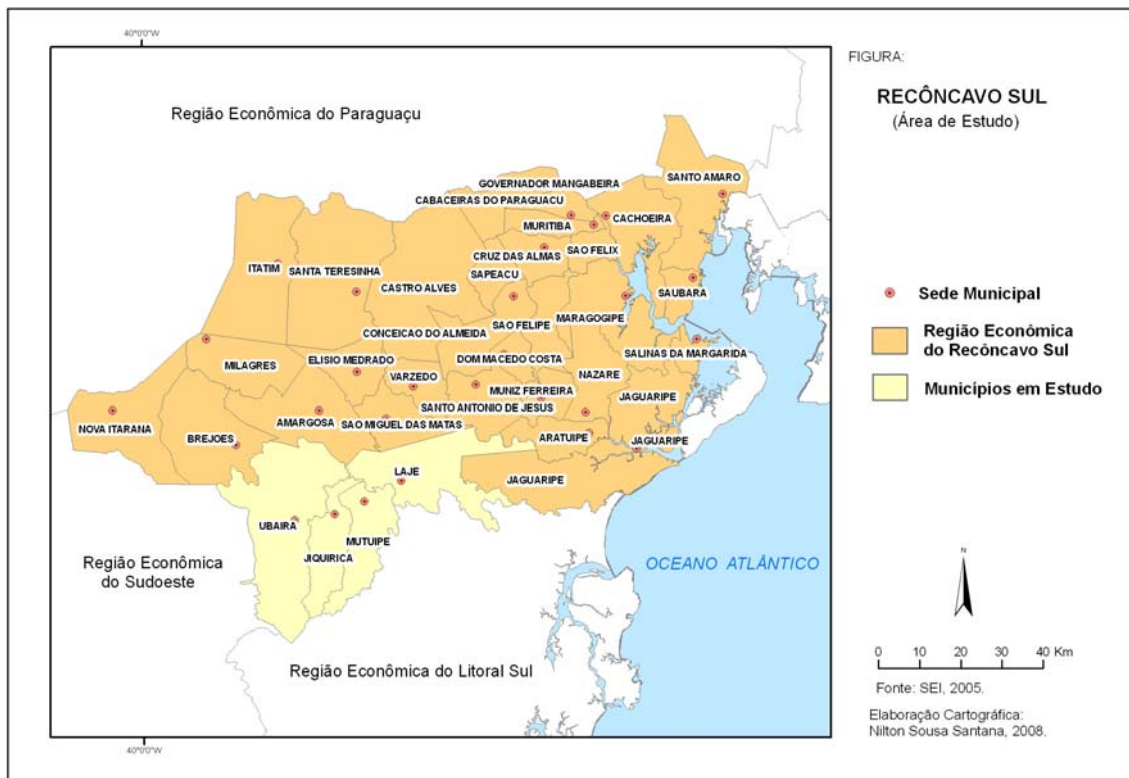
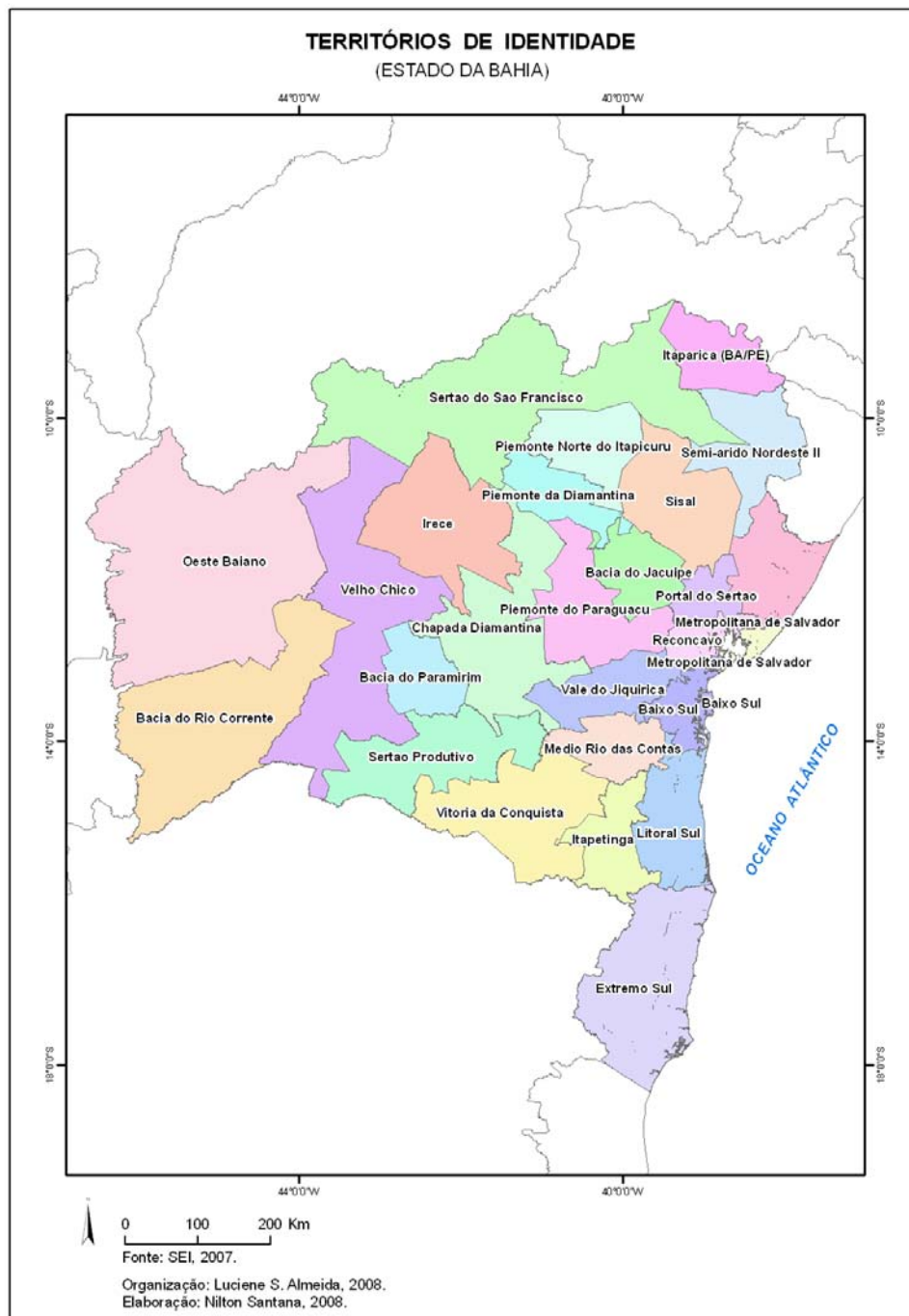


Figura 02  
Região Econômica Recôncavo Sul



Outra regionalização na qual os municípios de Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra estão inseridos é a regionalização mais atual que á a dos Territórios de Identidade, é um projeto do Governo da Bahia que visa realizar um planejamento participativo juntamente com a população, discutindo os problemas econômicos, sociais, culturais e ambientais (Figura 03).

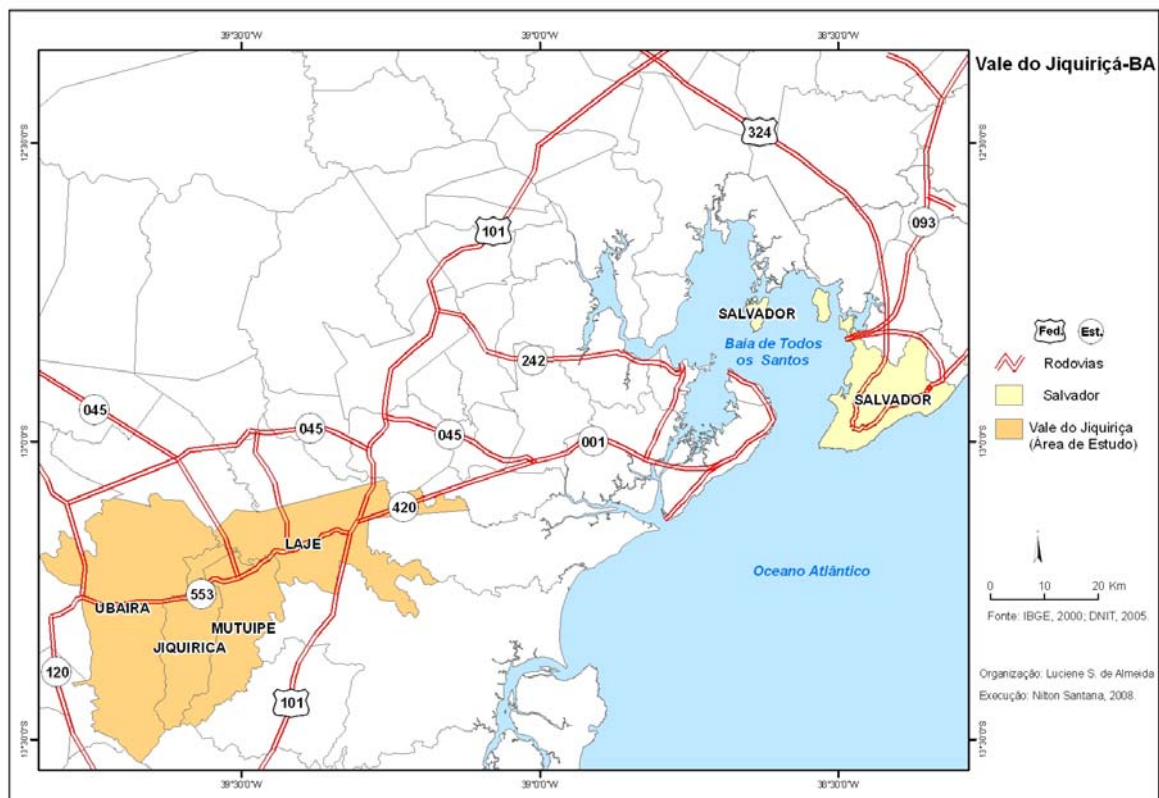
Figura 03  
Territórios de Identidade



No entanto a escolha da regionalização para desenvolver esse trabalho foi definida como o Vale do Jiquiriçá, com apenas os quatro municípios Mutuípe, Laje, Jiquiriçá e Ubaíra a partir de um elemento unificador que é a forte presença da cacauicultura na área, onde observa-se a presença de três unidades da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

É importante ressaltar que em outros municípios que compõem o Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, como Amargosa, São Miguel das Matas e Elísio Medrado também produzem cacau, mas não com tanta intensidade como os quatro municípios mencionados acima que foram escolhidos para a realização da pesquisa. (Figura 04).

Figura 04  
Vale do Jiquiriçá



Nesse espaço a lavoura cacaueira passou a compor o quadro das atividades agrícolas depois da crise do café que afetou todas as regiões produtoras da Bahia em meados da década de 30. Mas foi a partir da década de 70, com a chegada da CEPLAC, como um marco da modernização da agricultura, que a lavoura cacaueira se estendeu com maior ímpeto.

Após os anos de 1970, a lavoura cacaueteira teve grande êxito no Vale do Jiquiriçá até meados de 1987 quando última crise da lavoura passou a afetar a produção devido a queda na produtividade e da queda nos preços internacionais, outro problema que potencializou a crise foi o aparecimento da doença Vassoura de Bruxa, mas, mesmo assim, a lavoura cacaueteira ainda possui grande relevância econômica para o Vale do Jiquiriçá.

É por isso que o desenvolvimento desse trabalho é de fundamental importância para um melhor entendimento do Vale do Jiquiriçá enquanto espaço produtor de cacau. O trabalho está também assentado na possibilidade de se contribuir para uma discussão socioeconômica e para uma contribuição científica dentro dos estudos geográficos.

A contribuição científica desse estudo permite avançar nas discussões à respeito dos diferentes espaços agrícolas na Bahia que apresentam situações heterogêneas de funcionamento. Desse modo, nesse período de acirramento das ações do capital em escala global, onde vários acontecimentos se sobrepõem de forma acelerada, o que se observa é a criação de diferenciações espaciais através da manutenção de espaços produtores já existentes e da criação de novos espaços que são subjugadas a uma racionalidade distante.

No que tange à contribuição socioeconômica, esse trabalho apresenta a possibilidade de se levantar questionamentos sobre a introdução e a importância da lavoura cacaueteira para o Vale do Jiquiriçá-BA e a real necessidade de se manter essa lavoura, apesar de tantas crises e depressões no decorrer de sua história.

Sendo assim, ao finalizar o trabalho, o que se busca é levantar inquietações nos agentes locais envolvidos com a cacauicultura e abrir a possibilidade de se continuar essas discussões tão complexas que envolvem a atividade cacaueteira no Vale do Jiquiriçá. E essas ações propiciarão reflexões de caráter socioeconômicas frente às dificuldades enfrentadas pelos produtores locais.

Diante da permanência da cacauicultura no Vale do Jiquiriçá desde o período da modernização da agricultura e a conseqüente reestruturação constante desse circuito espacial produtivo, necessário se faz o prosseguimento desse estudo. Assim, considerando que ainda não foi realizada uma pesquisa nesses municípios, a discussão a respeito do Vale do Jiquiriçá dentro do circuito espacial produtivo do cacau a partir das ações de agentes relevantes será de suma importância para o desenvolvimento de outros estudos de cunho geográfico.

## 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada é um estudo de caso, pois apesar de existir vários trabalhos à respeito da atividade cacauera na região sul da Bahia, esta pesquisa versa sobre a lavoura cacauera do Vale do Jiquiriçá.

Busca-se analisar de que forma o Vale do Jiquiriçá está inserido no Circuito Produtivo do Cacau, como os Círculos de Cooperação estão organizados para manter essa atividade no Vale do Jiquiriçá.

Os circuitos espaciais produtivos podem ser entendidos pela circulação dos produtos finais de cada ramo de produção, ou seja, os circuitos produtivos são responsáveis pela circulação de produtos físicos que foram intensificados pelos meios de transportes modernos que facilitaram a circulação de mercadorias em longas distâncias, permitindo às firmas o controle da produção em diferentes lugares. Já os círculos de cooperação associam a esse fluxos de matéria outros fluxos que não são materiais, como capital, informação mensagens, ordens através dos novos objetos técnicos ligados aos meios de telecomunicações.

Os círculos de cooperação se incumbem de viabilizar as condições técnicas e políticas para a manutenção da produção e da comercialização que constituem os círculos produtivos.

Para a realização desse trabalho, foram feitas pesquisas bibliográficas onde se procurou informações a respeito das relações históricas, econômicas e políticas em livros, artigos dissertações e teses.

Ainda para tal análise, foram realizadas pesquisa bibliográfica e pesquisa documental em fontes institucionais e relatórios, onde se encontrou dados históricos, culturais e estatísticos em órgãos como a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauera (CEPLAC) e Secretaria de Agricultura e Irrigação (SEAGRI).

O trabalho de campo também foi fundamental, onde foram entrevistados os diretores dos escritórios da CEPLAC de Mutuípe, Laje, Jiquiriçá e Ubaíra. Foram entrevistados também os comerciantes de cacau, partidistas<sup>2</sup> e produtores rurais.

---

<sup>2</sup> Segundo trabalho de campo os partidistas são pessoas que compram cacau na zona rural diretamente na mão do produtor e revende o produto nas cidades aos donos de armazéns.

A escolha por esses agentes está na sua relação direta a atividade cacauceira. Todos os comerciantes foram entrevistados, o mesmo ocorreu para os diretores da CEPLAC. No caso dos partidistas e para os produtores rurais a escolha foi aleatória sendo foi utilizado a técnica de análise do discurso. Vale ressaltar que para os produtores rurais foram escolhidos pequenos médios e grandes produtores que estão envolvidos com a atividade cacauceira por mais tempo.

Os municípios escolhidos foram aqueles no qual são abrangidos pelo fenômeno estudado com grande expressão, no caso a produção cacauceira. Os municípios escolhidos foram Jiquiriçá, Laje, Mutuípe e Ubaíra.

## 1.2 QUESTÕES DE PESQUISA

Para a realização desse trabalho se fez necessária a delimitação do problema e para tal é preciso que o mesmo estivesse inserido no contexto das informações referentes ao objeto para que as relações sejam melhores explicitadas, facilitando a investigação. Assim, o trabalho realizado é um estudo de caso que pode ser caracterizado “[...] pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetivos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (GIL, 2006, p.72).

O estudo de caso é utilizado em casos de exploração de vida real cujos limites não estão claramente definidos; descreve situações do contexto em que está sendo feita determinada investigação e explica as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam os levantamentos e os experimentos. (GIL, 2006)

Assim, para se compreender de que forma o Vale do Jiquiriçá-BA está inserido no contexto do circuito espacial produtivo do cacau, a partir das ações dos agentes envolvidos, e como essa atividade foi introduzida nesse lugar é preciso conhecer o povoamento desse lugar e entender como se deu a organização do sistema produtivo do cacau, com suas especificidades de produção e de comercialização.

O Vale do Jiquiriçá-BA localiza-se mais próximo das fronteiras Sul e Sudeste da Bahia, e só passou a ser ocupado efetivamente a partir dos séculos XIX e XX, depois dos sucessivos desmembramentos da Vila de Valença.

Esse espaço é marcado, com maior relevância, pela agricultura de subsistência, também já abrigou sucessivas atividades de exportação, como a cana-de-açúcar, o fumo e o café e esse último perdurou até 1930. A partir de então, esse espaço agrícola passou a se ocupar da lavoura cacaueteira.

Mas foi a partir dos anos de 1970, com a chegada da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueteira (CEPLAC), que a cacauicultura se intensificou no Vale do Jiquiriçá, tornando-se então uma cultura de grande importância socioeconômica para os municípios locais.

A expansão da atividade cacaueteira para o Vale do Jiquiriçá tinha como o objetivo aumentar a produção através de uma política produtivista e com a adoção de insumos químicos da Revolução Verde, tudo nos moldes da modernização da agricultura. Neste período considerado como a idade do ouro do cacau, devido aos altos preços no mercado internacional, o Brasil precisava aumentar a produção e se consolidar como o maior produtor mundial de cacau em amêndoas.

Segundo Vitor de Athaide Couto (2000), em 1970, a CEPLAC passou a fazer o financiamento e a assistência técnica da produção através do Plano de Expansão da Lavoura Cacaueteira (PROCACAU), para a região sul da Bahia e para a introdução da cacauicultura em outros espaços baianos.

A expansão da fronteira agrícola para a lavoura cacaueteira se deu em solos minerologicamente mais pobres, onde o cultivo do cacau é viável, mas com grandes aplicações de calcário e adubações químicas. Esse processo só se sustentou enquanto o cacau em amêndoas mantinha altos preços no mercado internacional, o que segurava a produção, quando os preços caíram e o Estado passou a retirar-se enquanto financiador, a crise foi inevitável. “[...] Por causa das boas perspectivas financeiras plantou-se cacau até no Vale do Rio Jiquiriçá, (região conhecida como a ‘boca do sertão’)” (MENEZES E CARMO-NETO, 1993, p.61).

Esse processo de expansão da lavoura cacaueteira a partir do uso das possibilidades da técnica e da ciência, disponibilizadas depois dos anos de 1970, não foi suficiente para que a cacauicultura realizada na Bahia alcançasse o nível organizacional e técnico necessário para superar a reestruturação imposta pelo processo de globalização, a partir da década de 80, essa resultante dos ajustes políticos e econômicos que marcaram o mundo a partir de então.

Essa situação se complicou quando, em 1989, se detectou na região sul da Bahia a doença Vassoura-de-bruxa que reduziu a produção em mais de 80% e logo



se espalhou até o Vale do Jiquiriçá. Essa é considerada a mais séria das doenças que já afetaram as roças de cacau.

Desde 1997 a CEPLAC vem desenvolvendo um programa para a recuperação da lavoura cacaeira, através da substituição dos cacaeiros velhos por plantas sensíveis às doenças, no entanto toda a tentativa de recuperação da lavoura parte da região produtora tradicional que é a região sul da Bahia. Esse programa consiste na clonagem de plantas antigas e que apresentam baixa produtividade.

De acordo com Marc Dufumier, Malthilde Renard, Noami Noel e Vitor de Athayde Couto (2004) a viabilidade do programa de recuperação da lavoura cacaeira ainda não foi devidamente comprovada, mesmo assim, muitos produtores do Vale do Jiquiriçá vêm adotando esse programa com ou sem financiamento, mesmo com o custo alto da operação que chega a custar R\$ 2.200,00 reais por hectare.

No entanto, essas medidas não são o suficiente para romper o atraso técnico e organizacional no qual se encontra a atividade cacaeira na Bahia, como é o caso do Vale do Jiquiriçá-Ba, que enfrenta os mesmos problemas da região sul da Bahia além de outras especificidades desfavoráveis.

Essas particularidades estão relacionadas com a falta de desenvolvimento de tecnologias adequadas às realidades dos seus municípios, uma grande quantidade de pequenas unidades familiares que também são produtoras de cacau, e que não possuem um nível técnico e organizacional competitivo, existe também problemas com a comercialização, pois essa é marcada por vários atravessadores até que a produção chegue às firmas processadoras localizadas em Ilhéus e Gandu e, ainda a baixa fertilidade dos solos.

Além dos problemas citados existe também a dependência comercial e organizacional que o Vale do Jiquiriçá tem com relação a região de Ilhéus – Itabuna, pois mesmo que os municípios produtores de cacau se tornassem mais competitivos não seria o suficiente para romper com a estrutura do setor de processamento dominada pelas grandes firmas internacionais

Diante do que foi exposto acima, alguns questionamentos foram elaborados para o encaminhamento da pesquisa que merecem destaque. A primeira questão elaborada refere-se à organização socioespacial do Vale do Jiquiriçá e como esse espaço se manteve até a introdução da atividade cacaeira.

A questão seguinte está relacionada com as ações hegemônicas responsáveis pela intensificação da cacauicultura no Vale do Jiquiriçá, após os anos de 1970, a partir da instalação da CEPLAC nesse espaço.

A outra questão está relacionada com o processo de reorganização do capital e, conseqüentemente da lavoura cacaueteira que desencadeou no acirramento da crise dessa lavoura que começou no final dos anos de 1980.

E, por fim, a última questão busca entender de que forma o Vale do Jiquiriçá está inserido no circuito Espacial Produtivo do Cacau após os anos de 1980.

Após a definição das questões que delinearão a pesquisa foi necessária a organização dos objetivos referentes a cada questão, tanto os específicos, como o geral.

O primeiro objetivo está relacionado com a organização do Vale do Jiquiriçá a partir dos aspectos políticos e econômicos relevantes para a organização e formação desse espaço.

O outro objetivo específico refere-se à análise das ações hegemônicas responsáveis pela intensificação da produção cacaueteira no Vale do Jiquiriçá-BA, após a instalação da CEPLAC na década de 1970 como resultado do processo de modernização da agricultura.

O terceiro objetivo visa entender de que forma ocorre a reorganização imposta pelas novas relações capitalistas e pelo advento da vassoura-de-bruxa no espaço rural e sua repercussão para a crise da lavoura cacaueteira.

E, por fim o objetivo geral do trabalho que visou compreender de que forma o Vale do Jiquiriçá está inserido no circuito espacial produtivo do cacau.

Diante de tudo que foi exposto pretende-se analisar o Vale do Jiquiriçá dentro do circuito espacial produtivo do cacau, a partir da identificação dos agentes relevantes responsáveis pela introdução da lavoura cacaueteira e sua manutenção até os dias atuais.

Entende-se que as condições políticas e técnicas existentes no Vale do Jiquiriçá no momento de introdução da lavoura foram diferentes daquelas existentes na região produtora tradicional, região sul da Bahia e essas características determinaram uma outra organização da produção. Dessa forma, temos duas configurações territoriais bastante distintas.

O trabalho está organizado em seis capítulos e a conclusão. Para a construção de cada um deles foram utilizadas diferentes tipos de informações

resultantes de técnicas e fontes de pesquisa para que os objetivos fossem alcançados.

Nesse capítulo introdutório, se procurou deixar claras as questões que nortearam a pesquisa e as bases teórica e conceitual que respaldaram seu seguimento. Nesse capítulo estão explícitas também as principais discussões sobre a modernização da agricultura brasileira e a expansão da cacauicultura na Bahia nesse período, a formação do circuito espacial produtivo do cacau e por fim, foi realizada uma discussão a respeito da manutenção dos espaços produtores especializados em cacau para servirem as firmas que controlam o já citado circuito.

No segundo capítulo, se buscou entender a história da agricultura brasileira e suas transformações no decorrer dos processos políticos e econômicos adotados no Brasil que tanto afetaram o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira.

No terceiro capítulo que tem como título “a Formação e organização socioespacial do Vale do Jiquiriçá: Registros históricos” refere-se à formação desse espaço onde se procurou caracterizar as relações políticas, econômicas e técnicas que estavam presente nesse espaço que direcionaram a inserção desse espaço no contexto baiano. Assim, foi possível identificar as ações e os agentes determinantes que influenciaram na organização das atividades agrícolas e conseqüentemente na introdução da lavoura cacauífera posteriormente.

Entende-se que a genealogia do espaço e as relações sociais desencadeadas historicamente são de fundamental importância para a compreensão dos processos políticos e técnicos delineados no presente, como a estrutura fundiária e as relações técnico-produtivas que envolvem a lavoura cacauífera no Vale do Jiquiriçá.

O quarto capítulo intitulado de “A modernização da agricultura e suas repercussões na organização da atividade cacauífera no Vale do Jiquiriçá” esboça historicamente o processo de introdução e desenvolvimento da lavoura cacauífera no Vale do Jiquiriçá.

O quinto capítulo é intitulado de “O novo papel do estado diante das mudanças na produção agrícola e o fortalecimento das firmas ligadas o agronegócio”. Nesse capítulo evidencia o novo padrão de organização do espaço rural e conseqüentemente para a cacauicultura na Bahia.

O sexto capítulo intitulado “O Vale do Jiquiriçá no contexto do circuito espacial produtivo do cacau”, aborda o Vale do Jiquiriçá dentro do circuito produtivo do cacau

e como esse espaço se tornou especializado em cacau na Bahia para servir às grandes firmas que estão localizadas na região sul da Bahia.

E por fim, a última etapa dessa pesquisa que não é uma resposta definitiva para a situação do Vale do Jiquiriçá enquanto espaço produtor de cacau. São esboçadas algumas considerações que podem contribuir para as discussões geográficas uma vez que o Vale do Jiquiriçá também é um espaço produtor de cacau e que merece ser estudado.

## 2 A AGRICULTURA NO BRASIL E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Várias são as discussões à respeito da organização de espaços agrícolas especializados que servem às firmas ligadas ao agronegócio. Esses estudos estão relacionados com as mudanças políticas e econômicas que se delinearam no Brasil após os anos de 1970, que deram origem à modernização da agricultura brasileira. Já após os anos de 1980 observa-se também a emergência de vários estudos que tratam da agricultura pautada por uma nova racionalidade técnica e organizacional que tomou novos contornos com o advento do processo de globalização dos mercados.

Então, observa-se que são dois períodos marcados por políticas e condições técnicas diferentes, mas com propósitos semelhantes que é a ampliação do grande capital no espaço rural através do abastecimento interno e externo de bens primários.

Nesse caso, a atividade agrícola em questão é a cacauicultura que foi marcada por esses dois períodos. Na década de 1970, a modernização da agricultura e nos anos de 1980 o avanço do capital dos agentes privados no lugar da regulação do Estado brasileiro.

Foi a partir dos anos de 1980 que a lavoura cacauera passou a experimentar dificuldades decorrentes de fatores internos da própria produção e de fatores externos decorrentes das mudanças políticas e técnicas impostas pelo mercado globalizado. É justamente esse setor que é marcado por práticas rudimentares de produção e de organização que difere completamente de outras atividades agroindustriais como a soja e a laranja, por exemplo, onde se observa uma organização complexa que envolve desde a lavoura até a industrialização, sendo considerados como complexos agroindustriais.

No entanto, a industrialização do cacau é um dos setores mais dinâmicos da atividade cacauera e um dos mais importantes do mundo, mas é controlado por poucas firmas em todo mercado internacional. A marca da modernização da cacauicultura está na utilização dos insumos, das técnicas e na padronização da produção, não havendo uma integração intersetorial.

Para se entender as várias relações de produção existente dentro da atividade cacauera é preciso considerar o arranjo econômico, cultural, político e

técnico que fundamentou essa atividade no sul da Bahia e as relações desenvolvidas pelas grandes firmas que controlam o setor industrial.

O setor agrícola e o da industrialização são separados e possuem condições de organização diferenciadas. O setor industrial é marcado por uma grande articulação e capacidade técnica e organizacional que o meio técnico-científico-internacional dispõe, esse setor é marcado pela incorporação das possibilidades do meio técnico-científico-informacional para assegurar a produção.

Uma das características desse novo sistema temporal associa-se à possibilidade de incorporação dos procedimentos e métodos científicos para a realização da produção. Em face desta possibilidade, a velocidade de renovação das forças produtivas torna-se muito mais acelerada do que em todo o restante da história. Este é um dos principais signos do atual estágio do modo de produção hegemônico no mundo (ELIAS, 2001, p.27).

Diante do exposto, para se compreender a dinâmica da atividade cacauera na Bahia e no Vale do Jiquiriçá, será necessário situar a discussão no âmbito do circuito espacial produtivo do cacau e os círculos de cooperação.

Tanto o meio geográfico existente nos anos de 1970, quanto o meio geográfico que emergiu para o mundo, após os anos de 1980, com os novos objetos técnicos, não são usados da mesma forma. São os agentes hegemônicos do capital que fazem uso daqueles, pois possuem o domínio das técnicas e por isso mantêm espaços produtores alienados e esses são introduzidos, de forma desigual, nos circuitos espaciais produtivos através da criação dos círculos de cooperação.

È a partir dessa teoria que o Vale do Jiquiriçá será entendido como um espaço produtor de cacau.

A discussão teórico-conceitual é a parte do trabalho onde se busca intercalar os problemas de pesquisa com as discussões teóricas e a escolha dos conceitos. Assim, foi feita uma tentativa de discutir as questões de pesquisa, os objetivos e a discussão teórico-conceitual propriamente dita. Essa última parte da discussão engloba conceitos como a modernização da agricultura e os temas referentes aos circuitos produtivos e seus respectivos círculos de cooperação e a manutenção dos espaços agrícolas especializados que representa a contribuição geográfica do trabalho.

## 2.1 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A dinâmica da economia no Brasil sempre esteve aliada à produção agrícola e, desse modo, essa produção e seus espaços produtores sempre foram alvo de políticas de fomento ao desenvolvimento das atividades, principalmente os espaços ocupados com os cultivos voltados para o mercado externo.

A dinâmica da lavoura cacaeira realizada no Sul da Bahia também sofreu os rebatimentos dessas políticas e dos fatores técnico-produtivos no decorrer de sua existência. Desse modo, é preciso compreender o processo de modernização da agricultura brasileira, como se deu a organização desse circuito espacial produtivo e seus círculos de cooperação e, a partir de então, entender como se situa a lavoura cacaeira dentro dessa dinâmica e, é claro os espaços produtores.

Nos países desenvolvidos, o imperativo das técnicas e das ações políticas voltadas para a produção agrícola começou a se firmar com maior ímpeto após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, nos países periféricos esse meio só começou a se impor, com maior eficácia, nos anos de 1950.

No Brasil, a difusão desses objetos técnicos foi marcada pela necessidade de adequar o espaço brasileiro às novas correntes do capital internacional, reconfigurando tanto o espaço urbano, quanto o espaço rural, com novas dinâmicas nas relações de produção e de trabalho, transformada em um novo meio geográfico a partir dos anos de 1950.

A partir de 1950, o Brasil já passa a experimentar uma nova organização espacial que é caracterizada pela urbanização e uma nova dinâmica industrial. Para Santos e Silveira (2006), essas transformações só podem ser entendidas através de uma análise dos quadros nacional e internacional. No quadro internacional, uma política que favorecia à industrialização e, no quadro nacional, verificava-se uma modernização do aparelho estatal e a inserção da economia interna ao mercado internacional, além das facilidades à entrada do capital estrangeiro para o prosseguimento da modernização do país.

Havia outra necessidade que era manter a balança comercial favorável e atender a demanda dos centros urbanos em constante crescimento, e para isso era necessário aumentar a produtividade agrícola.

[...] Como os preços dos produtos agrícolas não se elevava proporcionalmente ao crescimento do preço do petróleo e dos produtos industrializados, era necessário que a produção dos artigos primários, demandados pelo mercado internacional, se fizesse de forma exponencial, a fim de que fosse obtido o equilíbrio no balanço de pagamentos. E para isso, intensificou-se ainda mais a diferença entre apoio e o incentivo dados aos produtos agrícolas 'nobres', aqueles destinados à exportação – café, cana-de-açúcar, algodão, cacau, soja etc (ANDRADE, 1979, p. 32).

Em escala global, salientam-se os impactos da tecnologia gerados pelas grandes firmas, com os diversos produtos químicos, o incentivo de determinados tipos de cultivos que tinham a possibilidade de agregar valor e gerar lucro para os seus produtores e a mudança no padrão de consumo da população.

Segundo Manuel Correia de Andrade (1979), cultivos como a cana-de-açúcar, o café, o algodão e o cacau juntamente com os cultivos novos como o trigo e a soja foram estimulados através da utilização em grande escala do crédito agrícola, a juros baixos.

Somado a esses acontecimentos, se completa o quadro de industrialização pesada no Brasil e a produção dos produtos voltados para a produção agrícola dentro do país. A partir de então, começa o processo que se desencadeará, anos mais tarde, na industrialização da agricultura.

A crise do complexo rural e o surgimento do novo Complexo Cafeeiro Paulista - simultâneo ao processo de substituição de importações – significaram o desenvolvimento do mercado interno. Foi um longo processo que ganhou impulso a partir de 1850, acelerou-se após a grande crise de 1929 com a orientação clara da economia no sentido da industrialização e se consolidou nos anos de 1950 com a internalização do setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos (D<sup>1</sup>) (SILVA, 1998, p. 5)<sup>3</sup>.

Após essa internalização da indústria fornecedora de insumos para a agricultura, a produção agrícola brasileira tomou novos rumos já que possuía as condições técnicas disponíveis para acelerar a produção internamente.

A partir dos anos de 1970 o processo de modernização se acelera. Nesse período o Brasil foi governado por um modelo político e econômico, onde a idéia de desenvolvimento passou a ser questão nacional e levada ao extremo. Os espaços rurais passaram a representar apenas o lugar da produção agrícola, sendo excluídos das políticas a preocupação com os grupos sociais ali presentes.

<sup>3</sup> Para José Graziano da Silva (1998), o D<sup>1</sup> representa as indústrias de tratores, implementos, fertilizantes, defensivos destinados às atividades agrícolas modernas.



É nos anos de 1970, com o advento das políticas desenvolvidas pelo governo militar, que o longo processo de transformação da base técnica denominado de modernização da agricultura culminará na industrialização da mesma. Assim, a modernização da agricultura:

[...] consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 60 (SILVA, 1998, p. 60).

Ainda de acordo com José Graziano da Silva (1998), o processo de modernização da agricultura brasileira passou por três momentos; o da constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs), o da industrialização da agricultura e o mais recente que é o momento da integração de capitais intersetoriais sob o comando do capital financeiro.

A constituição do Complexo Agroindustrial (CAI) surge como resultado da modernização da agricultura brasileira. A partir de então a manutenção do mesmo passa a ser o motor principal para a continuação do processo modernizador. A produção agrícola passou a integrar uma cadeia produtiva, negando as velhas estruturas do antigo complexo rural fechado.

Em resumo, a estrutura e a evolução do CAI na década de 70 refletem de forma clara a nova dinâmica agrícola do período recente: uma dinâmica que não pode mais ser apreendida só a partir dos mecanismos internos da própria atividade agrícola (como a propriedade da terra, a base técnica da produção, a fronteira), nem a partir do segmento do mercado interno versus mercado externo. Trata-se de uma dinâmica conjunta da indústria para a agricultura-agricultura-agroindustria (SILVA, 1998, p.25).

A fase de modernização da agricultura pode-se dizer que essa foi marcada por um controle ainda maior da natureza, onde as condições naturais passaram a ser cada vez mais criadas artificialmente em prol de uma produção cada vez mais tecnificada e eficiente.

A industrialização é uma etapa mais elevada da modernização da agricultura, não se resume apenas à utilização de insumos modernos, é a fase em que a agricultura passa a depender ainda mais das indústrias que oferecem os produtos e

também das indústrias processadoras, pois essas possuem maior capacidade de negociação e articulação.

A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização a “reunificação agricultura-indústria” num patamar mais elevado que o do simples consumo de bens industriais pela agricultura. É o momento da modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola (SILVA, 1998, p.32).

Por fim, cabe destacar a integração dos capitais intersetoriais sob o comando do capital financeiro que se solidificou com estabelecimento das relações dentro dos Complexos Agroindustriais onde favoreceu a interligação entre o capital comercial, industrial e financeiro.

Ou seja, os grandes capitais envolvidos em algum ramo agrícola estão verticalmente inseridos, e são beneficiados porque tanto conseguem financiamento para a produção, quanto ganham com a venda de insumos e posteriormente com o processamento, distribuição e venda do produto final. Essa dinâmica intersetorial abrange a relação entre agricultura e indústria. No entanto, essa integração é restrita aos grandes capitalistas.

[...] ainda que todos os produtores estejam submetidos ao mesmo processo de formação de preços de um dado CAI, apenas os grandes capitais efetivamente se integram. Ou seja, apenas no nível dos grandes capitalistas, ou, em outras palavras, da grande burguesia, não há uma distinção setorial clara entre os ramos da atividade produtiva em que aplicam seus capitais (SILVA, 1998, p.45).

Dentro desse processo o Estado teve grande atuação com o intuito de favorecer os empreendimentos ligados ao agronegócio. Segundo Santos e Silveira (2006), essa renovação da materialidade no Brasil é representada por novas infra-estruturas, como as rodovias, ferrovias, portos, a expansão da oferta de energia elétrica, bases materiais das telecomunicações e até o aumento do uso de insumos no solo e semoventes.

As políticas de créditos elaboradas também pelo Estado foi outro fator principal para a consolidação da modernização da agricultura brasileira. Elas representaram a possibilidade de os grandes produtores obterem créditos fartos para a adoção do pacote tecnológico.

O estado mantinha políticas específicas para cada complexo com o intuito de regular os lucros advindos dos ramos que compõem cada um e definir formas de conter as contradições resultantes dos interesses dos representantes dos diferentes setores produtivos dentro de um complexo.

Em se tratando do padrão tecnológico, de acordo com Leonel Mazzali (2000), a base técnica da Revolução Verde utilizada na modernização da agricultura, assentou-se em um conjunto de inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas, e essas inovações passaram a ser usadas na criação de variedades de vegetais altamente exigentes em adubação química e irrigação.

Ainda de acordo de Leonel Mazzali (2000), a esfera pública desenvolvia as inovações biológicas, como o melhoramento genético, o controle de pragas e moléstias etc. Já a esfera privada se encarregava das inovações mecânicas e físico-químicas. O controle dessa produção sempre foi dominado pelas grandes empresas multinacionais, que passou a impor um padrão para a realização da produção cada vez mais rígido.

[...] A agricultura converteu-se numa *indústria* que se deverá desenvolver à base de uma tecnologia cada vez mais refinada e do emprego de contingentes cada vez mais restrito de mão-de-obra direta. Noutros termos seria absurdo continuarmos a pensar em agricultura como aquela atividade caracterizada pela tecnologia mais primitiva de todos os setores do sistema econômico, condenada a contentar-se com os contingentes de mão-de-obra *residual*, isto é, aquela que por força do seu despreparo ainda, não se houvesse sentido atraído pelos setores progressivos ou *de ponta* (RANGEL, 2004, p.159-160).

O resultado da modernização da agricultura foi a contínua proletarização do trabalhador rural. “[...] O avanço do modo de produção capitalista no campo processa-se graças as grandes propriedades, à expansão horizontal das culturas” (ANDRADE, 1979, p. 24)

A atuação das firmas tornou-se ainda mais efetiva após os anos de 1980. As ações que delinearão toda a economia mundial que esteve em vigor desde a Segunda Guerra Mundial foram abaladas e um novo modelo econômico passou a se impor em escala global. As repercussões desse processo abalaram todos os setores da economia, inclusive o modelo de desenvolvimento agrícola no Brasil.

Antes de analisar as mudanças ocorridas na organização da produção agrícola no Brasil é preciso salientar os acontecimentos que levaram o centro

capitalista mundial a empreender um novo modelo político-econômico que entrou em vigor em escala global.

A crise que atingiu o sistema capitalista abalou a economia dos países desenvolvidos, onde se verificou uma diminuição da demanda interna para os seus produtos. Para resolver essa situação, esses países forçaram o aumento das exportações de bens, serviços e capital para as economias periféricas. “[...] Em síntese, a causa básica da globalização econômica é a necessidade das economias desenvolvidas de expandir os seus mercados” (GONÇALVES, 2003, p. 29).

Essas realizações práticas foram colocadas em vigor, a partir das possibilidades de negociação abertas pelas idéias neoliberais. Segundo Gonçalves (2003), as idéias neoliberais estão assentadas na liberalização, que é a redução das barreiras comerciais de acesso aos mercados nacionais e na desregulamentação, que envolve a eliminação ou afrouxamento das normas reguladoras das atividades econômicas favorecendo as práticas produtivas, comerciais e financeiras “[...] A exportação gera empregos nos países desenvolvidos e aos bancos internacionais estimulam o investimento externo, que materializa as oportunidades de negócios no exterior, isto é, a acumulação de capital e de riqueza nacional” (GONÇALVES, 2003, p.30).

Assim, as políticas neoliberais, traçadas nos anos de 1980, promoveram abertura econômica dos anos de 1990 e delinearão o processo de globalização que pode ser entendido segundo Reinaldo Gonçalves (2003), como a ocorrência simultânea de três processos, a saber: crescimento extraordinário dos fluxos internacionais de produtos e capital, o acirramento da concorrência internacional e maior interdependência entre empresas e economias nacionais.

Para Chesnais (1996), o que existe é uma nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam o seu desempenho e sua regulação. Ainda de acordo com o mesmo autor a globalização pode ser melhor explicada a partir da expressão mundialização do capital, que representa a capacidade estratégica de todo grupo oligopolista de atividades manufatureiras e de qualquer serviço em adotar, por conta própria, uma conduta global.

Ainda de acordo com o mesmo autor, a mundialização possibilitou ao capital, graças às políticas de liberalização que surgiram em 1979-1981, o poder de escolha, em total liberdade, onde vai atuar, escolhendo os países e as camadas sociais que o interessa.

[...] A mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apagam a existência dos Estados nacionais. Esses processos, no entanto, acentuam os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo, que redesenham sua configuração.

Para Milton Santos (2008), existiam outros fatores para o desencadear da globalização que são as possibilidades técnicas que permitiram a internacionalização da economia e permitiu, também, por em prática as políticas neoliberais.

O crescimento extraordinário dos fluxos internacionais de produtos e capital, o acirramento da concorrência internacional e maior interdependência entre empresas e economias nacionais são assegurados pelo sistema técnico atual.

Em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio de cibernética, da informática, da eletrônica. Ela vai permitir duas grandes coisas: a primeira é que as diversas técnicas existentes passam a se comunicar entre elas. A técnica da informação assegura esse comércio, que antes não era possível. Por outro lado, ela tem um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo, em todos os lugares, a convergência dos momentos, assegurando a simultaneidade das ações e, por conseguinte, acelerando o processo histórico. (SANTOS, 2008, p.25)

Essas realizações no âmbito da política e a concretização das idéias neoliberais só foram postas em prática devido às novas tecnologias que possibilitaram uma maior eficácia das operações das firmas internacionais, na medida em que as firmas melhor controla as suas filiais em todo o mundo. Então passou a observa-se um aumento do comércio de bens e serviços e, por fim, as operações financeiras dos grandes bancos foram internacionalizadas através da formação de um mercado global. Tudo isso ocorre com o consentimento dos Estados Nacionais periféricos como o Brasil.

[...] A retirada do Estado do processo de regulação da economia, dada como sendo um benefício para a sociedade, está, de fato, relacionada com a possibilidade de a empresa comandar a sociedade, porque é ela que acaba comandando a vida social, com o apoio das instituições internacionais, em certos casos, como o Brasil, também com o apoio do Estado (SANTOS, 2004, p. 30).

Diante dessa situação os maiores favorecidos nesse processo de globalização são os Estados desenvolvidos, os grandes bancos e as grandes firmas

transnacionais. Já os Estados em desenvolvimento saem perdendo, pois são vulneráveis a essas políticas de ajustes econômicos devido o seu longo processo de dependência.

Descritos os fatores políticos criados para a reestruturação do capitalismo, é preciso agora entender como se tornou possível e viável essa circulação rápida e intensa de bens materiais e imateriais que ultrapassou a esfera econômica e afetou todas as outras esferas da sociedade.

A globalização só se realiza porque existem as técnicas que colocam em ação as políticas das empresas e dos Estados. E esse novo meio geográfico permite essa ação, pois seus objetos técnicos são capazes de interligar o mundo inteiro em prol da globalização.

Segundo Santos (2004) a globalização representa o ápice do processo de internacionalização do capital e essa pode ser entendida a partir de dois processos que é o estado das técnicas e o estado das políticas.

As novas tecnologias da informação são responsáveis pela circulação de fluxos imateriais. A ruptura que ocorreu no paradigma tecnológico com a junção da microeletrônica da informática e das telecomunicações permitiu uma reorganização das empresas e esse fator foi determinante para o processo de globalização, que contribuiu para o surgimento de novas formas de produzir, ocasionando em maiores oportunidades de investimentos em escala global.

E, também, não se pode negar a circulação de bens materiais devido aos novos sistemas de engenharia, como os meios de transportes rápidos de pessoas e de cargas.

[...] São as grandes barragens, aeroportos, vias rápidas de transportes, suportes de diversas espécies, responsáveis pela criação de situações nas quais há uma solidariedade entre técnicas de telecomunicações, teledeteção, informática e burótica, entre outras, que povoaram o território através de redes materiais e imateriais (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 102).

A adesão por completo do Brasil ao processo de globalização representou uma requalificação da produção agrícola, através da tecnificação e cientificação dos espaços produtores da modernização agrícola e criaram espaços novos, como manchas de modernidade dotadas de intensa racionalidade produtiva.

A difusão dos investimentos para a renovação dos sistemas técnicos do país, continuou a ser feita de forma pontual, com o intuito de favorecer os grandes agentes do capital envolvidos com o agronegócio. Para Milton Santos (2006), os espaços requalificados atendem aos interesses dos agentes hegemônicos da política, da economia e da cultura, pois as técnicas atuais viabilizam a flexibilidade dos regulamentos do mundo inteiro, impondo-se a todos os espaços de forma ainda mais seletiva e excludente.

O que se observa é a regência das atividades econômicas, sociais e políticas pelas instituições internacionais que favorecem o grande capital e, esse modo de produção continua sendo reproduzido através das novas possibilidades técnicas. A globalização é causa e consequência de uma nova atuação das grandes firmas em escala global, onde a produção agrícola passou a ser mais uma opção para a realização de investimentos de grupos alheios ao setor produtivo.

Para garantir os lucros diante de um mercado aberto e competitivo, essas firmas adotam novas estratégias de atuação para superar a concorrência e aumentar os lucros. Par tal ação as firmas contam com a fragilidade de atuação política do Estado brasileiro e com as novas possibilidades técnicas.

A partir da década de 1980 muitas transformações ocorreram na economia internacional que afetou os setores produtivos e, entre eles, as atividades agrícolas. Assim, diante das transformações ocorridas na produção agrícola do Brasil decorrente da atuação das grandes firmas ligadas ao agronegócio a partir dos anos de 1980 e, mais precisamente nos anos de 1990, é preciso considerar um referencial teórico capaz de contemplar essa nova dinâmica da agricultura brasileira.

### **2.1.1 Os circuitos espaciais produtivos e os círculos de cooperação**

A escolha em direcionar o estudo a partir do conceito de circuito espacial produtivo e dos círculos de cooperação está assentada em dois fatores: Primeiro, considerar a atividade cacaeira como um Complexo Agroindustrial não é correto, pois existe uma diversidade de situações de produção e comercialização do cacau que não estão diretamente ligadas às firmas e segundo, a reorganização da produção das firmas nesse período de abertura econômica fez com que emergisse

uma série complexibilidades impossíveis de serem entendidas dentro de um Complexo Agroindustrial. Portanto os circuitos espaciais produtivos e os círculos de cooperação são duas noções mais abrangentes do que a de complexo agroindustrial.

E bem verdade que o conceito de circuito produtivo não exclui o conceito de complexo agroindustrial, sendo possível analisar o complexo agroindustrial dentro do o circuito espacial produtivo do cacau. Mas a escolha do primeiro conceito parte do entendimento de que não existe um complexo agroindustrial fechado do cacau.

No entendimento aqui desenvolvido a respeito de um Complexo Agroindustrial parte da compreensão que este é formado pela integração intersetorial de toda a produção, ou seja, o capital envolvido com a lavoura também está envolvido com a indústria processadora e, até mesmo com a indústria fornecedora de insumos. O produtor que não estiver integrado dessa forma não pode ser considerado como parte do complexo, mas sim como um mero fornecedor de matéria-prima.

A atividade cacauzeira, que é composta pela lavoura, pela indústria processadora e pela indústria chocolateira é caracterizada pela separação intensa entre o setor primário e o setor industrial, não existe essa integração intersetorial e, também os produtores rurais não estão subordinados diretamente as firmas processadoras.

Existe uma série de intermediários que compram a produção e depois a repassa para as firmas. A subordinação que existe ela é comercial, pois ocorre entre o produtor e o atravessador.

O capital dos produtores está investido dentro da fazenda e mesmo sendo um produto voltado para o mercado externo, existe uma diversidade de relações de produção que não tem nenhum tipo de regulação que se aproxime de um complexo agroindustrial. Essas relações podem ser evidenciadas pela liberdade que o produtor tem na hora de vender o produto e na compra de insumos, pois os produtores não adquirem esses produtos com as grandes firmas, como a Cargill. Joanes e Barry Callebout.

Na grande maioria, no Brasil, existe uma quantidade de produtores rurais que não pode ser considerado sequer moderno, pois as velhas estruturas de produção servem à lógica de produção atuais, configurando-se assim, em uma diversidade de organização dos espaços produtores.



Desse modo, considerando-se que as relações políticas e técnicas existentes entre as grandes firmas, o Estado, e os produtores rurais são tantas no que tange à lavoura cacaueteira que não é possível reduzir-las à idéia de complexo Agroindustrial, é preciso recorrer aos conceitos de circuito espacial produtivo e aos círculos de cooperação. Isso porque na atividade cacaueteira a heterogeneidade de situações é tal que somente a partir de casos concretos e específicos é possível compreender de fato a dinâmica da produção, do processamento e da ligação entre esses dois setores que é a comercialização.

Além disso, a idéia de um grande Complexo Agroindustrial tem o perigo de ignorar todos os segmentos que não têm esse tipo de integração e regulação. No caso brasileiro, esse resíduo não é tão pequeno a ponto de ser desprezado. Em termos de produtos e regiões brasileiras, a integração é muito diversa. Ao tratá-las agregadamente, passa-se a idéia de que a centralização de capitais é muito maior do que efetivamente o é (SILVA, 1998, p.79).

Por fim, é necessário considerar as novas dinâmicas políticas, técnicas e organizacionais decorrentes da reestruturação do modo de produção capitalista que se impôs para o mundo após os anos de 1980.

Então, diante de um novo modelo político e tecnológico, os padrões que davam sustentação à estrutura do Complexo Agroindustrial foram desmontados, como a forma de atuação do Estado Brasileiro enquanto único agente financiador da modernização da agricultura, o modelo tecnológico baseado na Revolução Verde e a forma de atuação das grandes firmas ligadas ao agronegócio.

No período atual emergem uma série de relações produtivas, comerciais e financeiras que ultrapassam a idéia de complexo Agroindustrial. Os agentes locais relacionados com as atividades agroindustriais, principalmente a lavoura cacaueteira perdem força enquanto avança cada vez mais o poder de ação das grandes firmas, pois essas possuem maior capacidade de organização para atuar nesse momento de competitividade global.

De posse de influências capazes de reorganizar a política econômica a seu favor, e de posse de objetos técnicos presentes nesse meio geográfico, as firmas criaram estratégias de atuação para tornarem-se mais competitivas. Elas se reestruturam através de fusões e aquisições entre si e utilizam as possibilidades

técnicas capazes de controlar todo o circuito produtivo através de centros de controles distantes dos locais de produção.

De acordo com Milton Santos (2006) o período técnico-científico-informacional, é marcado pela presença da informação, onde a mesma se tornou um dado essencial para a manutenção das ações dos agentes hegemônicos. A informação passou a ser a condição principal para a realização das ações advindas dos agentes hegemônicos do capital, como essas grandes firmas.

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio *técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2006, p.238).

A ciência e a informação estão na base de todos os processos produtivos, inclusive na produção agrícola através da possibilidade de criação de normas e regulações de produção, circulação e distribuição, de acordo com as necessidades do mercado consumidor. Desse modo, os espaços são requalificados para atender aos ditames dos agentes hegemônicos do capital, através da dominação da informação e do conhecimento.

Observa-se que os circuitos espaciais produtivos estão relacionados com as etapas do setor produtivo, ou seja, produção, circulação e consumo. Já os círculos de cooperação ficam responsáveis pela transferência de capitais, ordens e informações logísticas e com o desenvolvimento de novas tecnologias. Aí se pode pensar nas oportunidades que os novos objetos técnicos oferecem para a atuação das grandes firmas, pois permite maiores possibilidades de acumulação de capital através da concentração dos lucros de todo o circuito em escala global.

Para Milton Santos (1986), uma atividade pertencerá a um dado circuito quando o seu insumo base for derivado da fase anterior do mesmo circuito. Caso isso não ocorra, deve-se considerar que a partir desse ponto se desenvolve outro circuito a ser estudado separadamente.

Os circuitos produtivos são definidos pela circulação de produtos, isto é, de matéria. Os círculos de cooperação associam a esses fluxos de matéria

outros fluxos não obrigatoriamente materiais: capital, informação, mensagens, ordens (SANTOS, 1996, p. 129).

A criação dos circuitos produtivos e os círculos de cooperação representam o resultado das ações técnicas e políticas criadas pelos agentes envolvidos com o agronegócio, onde o Estado possui fator importante, agora como parceiro para viabilizar a produção. Isso ocorre quando o Estado desenvolve novas tecnologias, cria políticas específicas para cada ramo de produção e cria infra-estruturas para o escoamento da produção.

[...] Aí se conjugam as relações de produção social, que os circuitos de ramos tipificam, as relações sociais de produção, dados pelas firmas, mas também as relações de produção do passado, mantidas ou rejuvenescidas pelas relações atuais e representadas por relíquias ou heranças, tanto na paisagem quanto na própria estruturação social (SANTOS, 1986, p. 130).

Para Jose Graziano da Silva (1998), mesmo que parte das novas tecnologias seja de origem privada, como as novas biotecnologias e as microeletrônicas, a base para sua adaptação é realizada pelo próprio Estado.

Conforme Milton Santos (2006), os círculos de cooperação são alimentados pelos investimentos públicos. Esses investimentos são voltados para a criação de um meio adensado tecnicamente, tanto para a circulação de fluxos materiais e imateriais, quanto para fomentar a ciência e a informação e promover novas descobertas aplicáveis à produção agrícola.

O resultado desse processo é a especialização da produção e a criação de novos espaços para atender às necessidades das grandes firmas ligadas ao agronegócio.

Então, a idéia de Complexo Agroindustrial é limitada para se analisar a atividade cacaueteira pela diversidade de relação existente entre a produção e a comercialização até chegar aos setores industriais. Nesse caso, o conceito de circuitos espaciais de produção e os seus respectivos círculos de cooperação é o mais adequado para a análise dessa pesquisa realizada no Vale do Jiquiriçá.

## 2.2 A MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS PRODUTORES ESPECIALIZADOS

Os circuitos espaciais produtivos e os seus respectivos círculos de cooperação interferem nos espaços agrícolas a partir dos centros de comando que estão situados distantes dos espaços produtores. Tudo isso é possível devido à reestruturação política e dos novos aportes tecnológicos do meio técnico-científico-informacional.

Dessa relação estabelecida entre o movimento dos circuitos, as ações políticas definidas pelos círculos de cooperação emergiram duas situações no Brasil que merecem destaque: A primeira está relacionada com a reestruturação produtiva da agricultura propiciada pelas possibilidades do meio-técnico-científico-informacional e da globalização. É a agricultura globalizada pautada na ciência e na tecnologia aplicada.

Desde que a ciência, a tecnologia e a informação se constituíram nas mais marcantes forças produtivas, o homem passa a ter o poder de induzir os progressos técnicos e imprimir intensa velocidade de renovação das forças produtivas e, dessa forma, passa a ter grande poder de interferência na natureza. Estas novas possibilidades modificaram radicalmente a relação homem-natureza. Desse modo, o homem, que já foi mero observador da natureza transforma-se em agente com profunda capacidade de interferência nela, e constrói rapidamente, uma segunda natureza, uma natureza artificializada, na qual os fixos artificiais são cada vez mais numerosos (ELIAS, 2001, p. 28).

São esses os espaços produtores globalizados. Antes, no período da modernização da agricultura eram marcados pela química e pela mecanização; agora, ganham sofisticados aportes pautados na biotecnologia e nas tecnologias da informação. Tudo isso torna ainda mais excludente a sua dispersão.

Os lucros dessas formas de produções hegemônicas não se estendem para todos os agentes, ficam restritos a importantes multinacionais que domina uma pequena parte da produção e uma parte considerável da comercialização e do financiamento.

Essa produção se estende pelos espaços modernos e globalizados, espaços dotados de sistemas técnicos capazes de atender às demandas dos sistemas de ações hegemônicas. No entanto, mesmo nesses espaços, o seu aproveitamento de forma favorável não se estende para todos os agentes, ficam destinados àqueles que dominam os sistemas técnicos e os sistemas de ações.

Esses espaços globalizados e tecnicamente modernos nos países periféricos como é o caso do Brasil, são espaços que obedecem a lógicas distantes, principalmente os espaços agrícolas modernos. Esses espaços que são privilegiados para abarcarem essa produção agrícola globalizada, seja por suas condições físicas, seja pelo seu arranjo político e cultural, são inseridos na corrente globalizadora, tornando-se alheio à racionalidade local.

Já os espaços produtores que não possuem condições deficientes para serem inseridos completamente à globalização são incorporados aos circuitos espaciais produtivos de forma parcial, ou seja, o meio técnico-científico-informacional está presente, só que de forma menos intensa, pois atendem aos setores da comercialização e distribuição da produção. Mas é possível observar uma norma na produção, caso o produto esteja voltado para o mercado internacional.

Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estreita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização, levando à introdução, aprofundamento e difusão de processos de racionalização que se contagiam mutuamente, propondo a instalação de sistemismos, que atravessam o território e a sociedade, levando, com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização (SANTOS, 2008, p.89).

Em se tratando de um caso específico, o Vale do Jiquiriçá é um espaço onde os sistemas técnicos modernos são menos presentes, e esse fato é explicado pelas suas condições topográficas e pelas suas condições políticas. Mesmo nessas condições, esse espaço está também inserido no contexto do comércio internacionalizado e sofre as ações das regras do mercado globalizado, pois existe uma norma inerente à produção cacauífera que controlado pelas grandes firmas devido ao valor apresentado por esse produto no mercado internacional.

No Vale do Jiquiriçá as grandes firmas estão menos presentes, pois a produção agrícola está a cargo dos produtores e essas firmas se encarregam dos outros setores da produção, como o processamento de cacau em amêndoas no local e, em lugares distantes, no fabrico de chocolates. O encadeamento desse processo que vai desde a compra do cacau até a fabricação final do chocolate é organizado graças a existência do circuito espacial produtivo e os seus respectivos círculos de cooperação que garante a rapidez e a fluidez na circulação dos produtos e ordens.

Então, mantém-se a produção para abastecer as indústrias processadoras e as indústrias chocolateiras que fazem uso do meio técnico-científico-informacional em detrimento do setor primário que não utiliza esse novo meio geográfico. Portanto, a atuação do circuito espacial produtivo de cacau e os seus círculos de cooperação resultam em espaços produtores de especializados, tanto modernos, quanto estagnados.

Nesses espaços se verificam técnicas de produção rudimentares, com vestígios da Revolução Verde, como é o caso do Vale do Jiquiriçá, enquanto espaço produtor de cacau.

### **3 FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DO VALE DO JIQUIRIÇÁ-BA: REGISTROS HISTÓRICOS**

Os quatro municípios trabalhados aqui, Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra fazem parte do Vale do Jiquiriçá, que atualmente está inserido no território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

Para entender o Vale do Jiquiriçá dentro do contexto do circuito espacial produtivo de cacau será necessário levar em consideração os processos históricos que interagiram com esse espaço ao longo dos tempos.

O espaço será entendido como uma construção histórica mediada pela técnica. O entendimento dos diferentes momentos históricos inscritos no espaço parte do estudo dos diferentes meios geográficos onde, em cada um desses, existe um conjunto de ações e de objetos técnicos correspondentes.

De posse dessa compreensão é possível entender as diversas relações sociais desenvolvidas no espaço, como a política, as relações de trabalho, as técnicas aplicadas e as atividades econômicas.

É a partir dos acontecimentos pretéritos que se busca compreender a organização do Vale do Jiquiriçá como um instrumento para análise dos acontecimentos do presente.

O marco do processo de ocupação espacial do Vale do Jiquiriçá compreende o período do século XIX, onde a Bahia já não mais era parte do Império Português, mas sim, já era uma das principais provinciais do Império do Brasil.

Mesmo despontando no cenário baiano só a partir do século XIX, o Vale do Jiquiriçá passou a integrar também o complexo econômico do Recôncavo marcado pela atividade canavieira e fumageira sobre as diretrizes do seu núcleo principal que é Salvador. Entender o Vale do Jiquiriçá requer um conhecimento mais amplo que considere as necessidades externas ditadas pelo capital mercantil e as relações que se desenvolveram a partir da oligarquia canavieira.

Nessa perspectiva, buscou-se aqui contextualizar primeiramente as ações de ocupação e organização do Recôncavo canavieiro e, posteriormente, a ocupação do Vale do Jiquiriçá e a localização desse dentro das áreas de produção na Bahia.

### 3.1 FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA BAHIA COLONIAL

O processo de colonização se efetivou definitivamente com a instituição das Capitânicas Hereditárias e com a criação do primeiro governador geral, o que deu dinamismo à atividade canavieira e, em seguida, às outras atividades econômicas.

Segundo Sylvio Bandeira de Mello e Silva (1989), diferentemente de outras regiões do mundo onde o povoamento se realizou de modo espontâneo, na Bahia a colonização foi orientada para a exploração econômica. O aumento da demanda pelo açúcar na Europa foi fator determinante para que os portugueses se aventurassem na busca por terras abundantes e com condições edafoclimáticas e por mão-de-obra barata, para aumentar a produção.

De acordo com o mesmo autor, a dinâmica que passou a ser imposta pela cana-de-açúcar deu origem a uma diferenciação espacial na Bahia devido às diferentes atividades econômicas desenvolvidas em todo o Estado para servir a essa atividade. O que criou um interessante quadro de áreas complementares e interligadas, cada qual com uma função estabelecida, esse fato deu origem a outros povoados, aumentando o povoamento da Bahia.

De acordo com os mesmos autores, a Bahia poderia ser dividida em diferentes áreas produtoras, a primeira é a área canavieira localizada no Recôncavo, abrigava os termos de Salvador, São Francisco do Conde, Santo Amaro, Cachoeira e no final do período colonial, Nazaré.

A área fumageira, localizada na parte no recôncavo (Cachoeira, Santo amaro, Maragogipe, Muritiba, Cruz das Almas) e parte no Agreste (Santo Estevão, feira de Santana, Ipirá, Água Fria, Pedrão e Inhambupe).

A outra, é a área da pecuária, que era a mais ampla e em parte justaposta à área fumageira, estendendo-se pelos vales dos principais rios da Capitania baiana. Já as áreas de mineração estavam localizadas na encosta e na parte meridional da Chapada Diamantina (Jacobina e rio de contas respectivamente).

E, por fim as áreas de alimentos e de matérias-primas. Assim como à área de pecuária que alimentava o recôncavo canavieiro e a área fumageira onde seu produto servia como moeda para trocar por escravos, a área de produção de alimentos também possuía grande importância.

À medida que Salvador crescia e à produção de cana se expandia mais alimentos e matérias-primas eram necessárias. Farinha, café, milho, feijão e



madeiras provinham do sul e oeste do Recôncavo. Nessa área marginal para o cultivo da cana-de-açúcar se formou uma diferenciação econômica e social interessante dentro da capitania da Bahia. “A diversidade setorial e espacial da economia baiana durante o período colonial resultou na criação de Vilas e na abertura de novos caminhos interligando as vilas surgidas nos diferentes espaços econômicos” (SILVA, 1989, p. 94).

É dentro dessa área de produção e de alimentos de matérias-primas que se encontra o Vale do Jiquiriçá. Esse espaço que despontou só no século XIX, já nasce sobre uma nova lógica tecnológica. É o período da instalação das usinas, da navegação a vapor e da implementação das estradas de ferro.

### 3.2 FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO VALE DO JIQUIRIÇÁ

A idéia da ocupação da Bahia como um todo, parte da compreensão que todo o espaço baiano tinha uma finalidade dentro da economia canavieira que se expandia. As áreas produtoras que foram se formando devido às exigências do Recôncavo e depois para manter o próprio Recôncavo passaram a ser fortemente interligadas e que no geral giravam em torno de Salvador e adjacências.

A ocupação do Vale do Jiquiriçá começou a ser efetivada no período pós-colonial, ou seja, após 1823. Nesse período, segundo Sylvio Bandeira de Mello e Silva (1989), a economia da Bahia permaneceu isolada do resto do país dependente do mercado externo.

Posteriormente, os fluxos de exportação e importação aumentaram devido à urbanização da Europa e dos Estados Unidos e, também por causa do livre comércio adotado pelo Brasil.

Tudo isso refletiu diretamente no crescimento populacional e numa maior distribuição espacial do mesmo, pois a agricultura se expandiu, como resultado das demandas internas e externas.

De acordo com os mesmos autores, as sedes de fazenda de pecuária bovina tiveram grande importância no aparecimento dos núcleos urbanos. Muitas dessas fazendas que se localizavam ao longo de rotas de gado e das tropas, nos entroncamentos de estradas, nos transbordos de rios ou próxima a uma capela construída pelos proprietários foram pontos para o surgimento de povoados.

A diversificação das atividades produtivas no entorno da baía de Todos os Santos fez surgir “vários recôncavos” produtores de fumo e charutos, de artigos alimentícios, de açúcar de usina para o abastecimento interno, de peixes e mariscos para o mercado de Salvador (ARAUJO, 2000, p.20).

As primeiras incursões para a região do Rio Jiquiriçá data só a partir de 1778, devido à exploração do pau-brasil, pois nesse período ainda se encontrava esta árvore nativa nas matas que margeavam o já citado rio.

No entanto, segundo o IBGE (1958), a exploração dessa localidade foi se efetivando com a distribuição de sesmarias. Em Ubaíra existiam as sesmarias denominadas de Barra da Estopa e Riacho da Torre que foi doada a Francisco de Souza Feio, o mesmo tomou posse em 1875. Essa fazenda foi desmembrada em outras, a parte que Francisco de Souza firmou residência conhecido como Estopa foi o marco de formação do povoado que atualmente é o município de Ubaíra.

A primeira notícia que se tem da localidade que hoje é o município de Mutuípe, data de 1849, quando foi encontrado por viajantes a caminho de outras terras um velho índio. Por volta de 1860, esse velho índio vendeu as terras para Manoel Joaquim que em seguida às concedeu à sua filha Ana Joaquina.

Foram os descendentes de Ana Joaquina quem transformaram parte das terras e deram o nome de Fazenda Mutum. Essa denominação é explicada pela abundância no local de aves do mesmo nome. A sede da fazenda com o seu conjunto de casas como o engenho, fábrica de farinha e alambique, foi local do povoamento e que é hoje a cidade de Mutuípe.

O município de Jiquiriçá foi iniciado por brasileiros na sua maioria tropeiros que conduziam cargas do sertão de Vitória da Conquista para Nazaré e Aratuípe e que ali faziam pousada. Jiquiriçá teve origem no local conhecido como Velhas, onde já havia uma Capela sob a invocação do Senhor do Bonfim da Capela Nova.

E por fim, Laje. Não se sabe ao certo como surgiu o povoado, o que se sabe é que uma enchente obrigou alguns moradores já existentes a reconstruir o povoado na outra margem do rio, local mais seguro e nesse mesmo período foi construído uma capela sob a invocação de Nossa Senhora das Dores e em seguida se firmou um novo povoado.

A história desses quatro municípios é muito parecida, pois todas estão situadas às margens do Rio Jiquiriçá e segue um lineamento. Segundo Sylvio Bandeira de Mello e Silva, e (1989), nos municípios hoje conhecidos como Mutuípe,

Jiquiriçá, Laje e Ubaíra situavam-se numa estrada que ligava os sertões do sudoeste baiano a Minas Gerais que também servia como rota das boiadas.

Com o passar dos anos e os povoados foram estabelecidos e esse espaço ficou sendo passagem obrigatória para tropeiros que ali transitavam e faziam daquela localidade ponto de repouso e reabastecimento. Então, por volta de 1860 foram se formando os povoados no Vale do Jiquiriçá que nas primeiras décadas do século XX tornaram-se municípios.

Segundo o SEBRAE-BA (1995), a evolução político-institucional do Vale do Jiquiriçá efetivou-se em três períodos distintos, em meados do século XIX quando surgiu Ubaíra (1832), que foi desmembrada de Valença.

Depois por desmembramento de Ubaíra surgiu Jiquiriçá (1891). Depois Mutuípe foi desmembrado de Jiquiriçá (1926). Laje surgiu em 1905, desmembrada da Vila de Aratuípe que na época fazia parte do município de Jaguaripe.

### **3.2.1 A organização econômica: as sucessivas atividades agrícolas**

A evolução econômica do Vale do Jiquiriçá está diretamente relacionada com as necessidades estabelecidas pelo Recôncavo canavieiro e fumageiro, seguindo as diretrizes da expansão do mercado interno e externo. Dento dessa lógica, a interiorização da ocupação do espaço baiano chegou até esta localidade.

Além dos já citados fatores responsáveis pelo povoamento, é importante ressaltar também as suas condições favoráveis à prática agropecuária. Assim, o Vale passou a integrar a economia do Recôncavo Tradicional como fornecedor de produtos alimentares e também de produtos exportáveis como a cana-de-açúcar e depois o fumo, mas foi o cultivo do café que exerceu maior influência nesse espaço.

[...] A natureza da sua economia de exportação (Recôncavo açucareiro e fumageiro) condicionou a formação de numerosos núcleos urbanos e mesmo nas áreas de cultura de subsistência (Recôncavo Sul) pôde se criar uma vida urbana, em virtude da proximidade de Salvador (SANTOS, 1959, p. 52).

A cana-de-açúcar cultivada no Vale do Jiquiriçá era usada para o fabrico da rapadura, não possuía a função açucareira como no Recôncavo. Apesar de ser um

cultivo ligado ao comércio exterior, a rapadura era consumida pela população local e vendida para Salvador.

O fumo também foi um produto importante para a economia dos municípios do Vale, responsável por parte do desenvolvimento alcançado pelas cidades de Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra a partir de 1890.

O café introduzido na Bahia depois de 1723, se difundiu rapidamente pelo Recôncavo e Capitâneas de Ilhéus e Porto Seguro. Depois, esse produto teve maior dinamismo no oeste e no sul do Recôncavo, onde nesses espaços, passou a ser uma atividade agrícola de grande importância, inclusive para o Vale do Jiquiriçá.

[...] No passado, a ocupação do Vale do Jiquiriçá e a construção da Estrada de Ferro de Nazaré, ligando o Planalto de Jequié ao Recôncavo, foram motivados principalmente pela expansão cafeeira do século XIX que também ocupou espaços significativos na direção do extremo sul do Estado (MEDONÇA, 2001, p. 210).

Todos esses produtos eram voltados para abastecer a cidade de Salvador e o melhoramento do sistema viário, bem como a chegada da Estrada de Ferro de Nazaré facilitou o escoamento da produção. Esse meio de transporte contribuiu como fator decisivo para o crescimento desse espaço, pois impulsionou o movimento de pessoas e de mercadorias.

Posteriormente, a Estrada de Ferro de Nazaré fez com que povoados do Vale do Jiquiriçá ascendessem à posição de cidade entre o período de 1890 até 1920.

No princípio do ano de 1905, aqueles poucos habitantes testemunharam o início do desenvolvimento: chegava “a Ponta de Trilhos” da Estrada de Ferro “Tram Road” de Nazaré, que ali estava como conclusão de um trecho dos seus serviços de construção e, dali, seguiria como destino ao seu ponto final que seria a cidade de Jequié. A dita estrada partira de Nazaré, chegando a Santo Antônio em 7 de novembro de 1880, dali se estenderá até Amargosa em 1892, tendo depois voltado à construção Santo Antônio-Jequié, passando por São Miguel, Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Areia (Ubaíra), Santa Inês, Itaquara, Jaguaquara, Jequié. (REBOUÇAS, 1992, p.19)

O comércio das cidades foi grandemente beneficiado, tanto pelos trens de passageiros, quanto pelos trens de carga. Nestes eram exportados os produtos agrícolas que se integravam ao vapor de Nazaré e depois as mercadorias seguiam para Salvador.

Assim, no início do século XX, a região do Vale do Jiquiriçá já estava consolidada e passou a integrar os sistemas de transportes e o comércio da Bahia direcionado para a exportação, este com base em dois produtos, café e fumo. Já os produtos para abastecer o mercado interno concentravam-se na carne bovina, mandioca e produtos de subsistência.

Segundo, Sylvio Bandeira de Mello (1980), Nazaré, Cachoeira e Santo Amaro até 1930 coletavam e distribuía bens, através das conexões entre seus portos e as ferrovias. Nazaré escoava toda a produção de café, farinha e fumo arrecadado nos municípios de Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Jiquiriçá, etc. Para o Vale do Jiquiriçá os produtos industrializados oriundos de Salvador.

### 3.2.2 O cacau

A partir da década de 30 o Vale do Jiquiriçá passou a experimentar uma nova dinâmica socioeconômica que interferiu diretamente na estrutura socioeconômica dos seus municípios. Pois até os anos de 1930 era a produção de café que caracterizava grande importância para esse espaço, no entanto, com a proibição do governo estadual devido a grande crise de 29, o cacau passou a assumir uma posição de destaque na produção agrícola.

O Meu pai falava que o café era uma mina de ouro por essas bandas. Mas quando veio a proibição do governo uma desgraça se abateu por aqui, foi tanta gente indo embora, não tinha mais como manter os trabalhadores nas fazendas (Entrevista com um grande produtor, 09/09/2007).

A respeito de como essa atividade chegou a esse espaço ainda não se sabe ao certo. É certo que foi no século XIX que o Vale do Jiquiriçá passou a ser ocupado com maior intensidade e foi justamente nesse mesmo período que a lavoura cacauera tornou-se importante enquanto sistema agrícola monocultor no sul da Bahia, período esse que vai de 1890 até 1930. Esse fato é um primeiro elemento para explicar a existência da lavoura cacauera no Vale do Jiquiriçá, devido à proximidade desse espaço com a região cacauera do eixo Ilhéus - Itabuna.

Não se sabe ao certo como o cacau chegou por essas bandas, só sei que desde que me entendo por gente que tem cacau por aqui. Desde pequeno

que eu lido com o cacau já tenho 83 anos (Entrevista com um pequeno produtor em 13/09/2007).

Outro ponto a ser salientado é a existência da Estrada de Ferro de Nazaré que ligava o Vale do Jiquiriçá até Jequié e essa cidade por possuir forte ligação com o eixo Ilhéus - Itabuna tornava viável o fluxo de pessoas, mercadorias e idéias entre os municípios do Vale e a região cacauzeira sul da Bahia.

A Estrada de Ferro de Nazaré cortava os municípios de Jiquiriçá, Laje, Mutuípe e Ubaíra, trazendo dinamismo para esses municípios.

A estrada de Ferro de Nazaré que passava pelo Vale até a cidade de Jequié contribuiu muito para o fluxo de trabalhadores e tantos outros passageiros até a região cacauzeira de Ilhéus. Tudo isso contribuiu para estabelecer contatos que permitiram o conhecimento e a introdução da cacauicultura no Vale do Jiquiriçá (Entrevista com Diretor da CEPLAC-Ubaíra, André Luís Santos de Assis, em 9/09/200).

Esses fatores são os indícios que podem explicar a existência da lavoura cacauzeira no Vale do Jiquiriçá, que antecede a presença da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauzeira (CEPLAC). “As roças existentes aqui no Vale do Jiquiriçá já tem mais de 80 anos. Nasci em 1933, e desde que me entendo por gente, já existia cacau por essas bandas” (Entrevista com pequeno produtor - Felix Peixoto em 11/09/1997).

Observa-se então que a existência da cacauicultura no Vale do Jiquiriçá não foi fruto da atuação da CEPLAC. Os principais agentes responsáveis pela introdução da atividade na região foram os próprios produtores rurais em busca de uma atividade capaz de trazer de volta o dinamismo econômico dos tempos da cafeicultura.

A produção seguiu sem uma orientação técnico-produtiva, uma vez que a sua introdução no Vale do Jiquiriçá ocorreu de forma não sistemática e planejada, o que não difere da região sul da Bahia que, só depois da criação do Instituto de Cacau da Bahia (ICB), em 1928 recebeu uma melhor orientação destinada à produção.

No entanto, a inexistência de uma orientação técnico-produtiva não impediu o desenvolvimento dessa atividade. Segundo Santos (1957), já no ano de 1955, o Vale do Jiquiriçá aparece como espaço produtor, onde Jiquiriçá apresentava uma produção de 980 sacos, Laje 1.250 com sacos, Mutuípe com 3.500 sacos e Ubaíra 1.333 sacos.

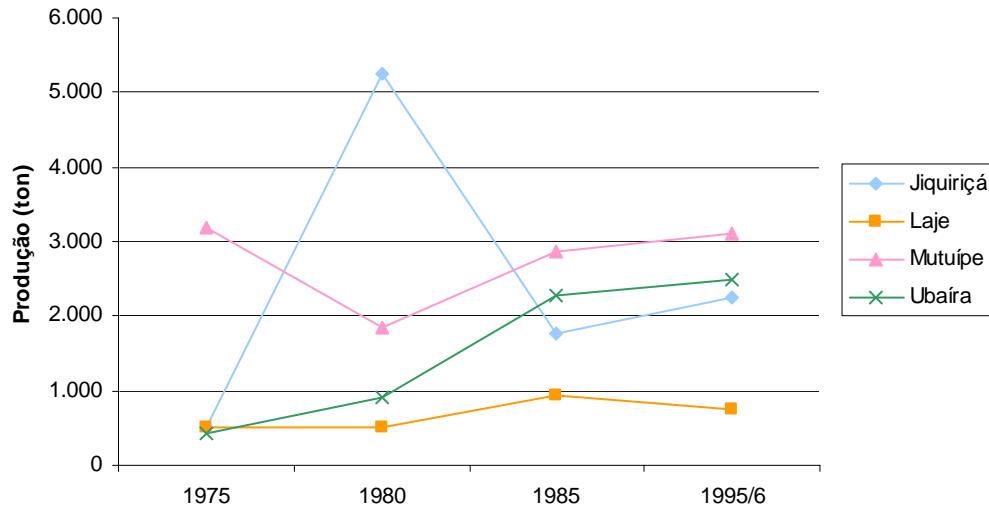
Mas, foi só a partir da década de 1970 que os cacauicultores passaram a contar com orientação técnico-produtiva da CEPLAC e o Vale do Jiquiriçá foi integrado dentro do programa de expansão da lavoura cacaueteira na Bahia, o Programa de Expansão da Lavoura Cacaueteira (PROCACAU), que será estudado no próximo capítulo.

Assim, o Vale do Jiquiriçá continua sendo um espaço produtor de cacau e enfrenta os mesmos problemas da região produtora tradicional. Os efeitos dos preços baixos do cacau e da existência da Vassoura de bruxa repercutiram de forma negativa na economia dos seus municípios, a crise só não foi devastadora como na região sul porque no Vale do Jiquiriçá o cultivo do cacau não é um sistema monocultor.

A evolução da produção de cacau nos municípios de Laje, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra é bastante irregular. Para o município de Jiquiriçá nos anos de 1980 houve um grande aumento na produção, enquanto para os municípios de Laje, Mutuípe e Ubaíra houve uma pequena queda. O que se observa é que a crise que afetou Lavoura cacaueteira no final dos anos de 1980, não foi tão intensa no Vale do Jiquiriçá como ocorreu na região sul da Bahia. Isso se dá não pelo fato de a Vassoura-de-Bruxa não ter atingido as roças, mas sim pelo fato da área de produção está sendo aumentada constantemente, onde a produção superou a produtividade.

Assim, não se verifica uma queda da produção desde os anos de 1975, com a chegada da CEPLAC, até os anos de 1995/6 o auge da crise cacaueteira. Então se observa que mesmo com a crise na lavoura muitos esforços estão sendo feitos para manter a produção (Figura 05).

Figura 05  
**Produção de cacau em amêndoas segundo municípios, por ano**  
**Vale do Jiquiriçá, 1975-1995/6**



Fonte: IBGE. Censos Agropecuários. Elaboração da Autora, 2008.

Mas, mesmo nessas condições, a cacauicultura representa um fator de grande importância para a manutenção da população na zona rural, uma vez que praticamente toda população está envolvida nesta atividade.

Por outro lado, no que tange ao total da ocupação do solo por outros cultivos significativo principalmente para o cultivo da mandioca que em Jiquiriçá ocupa 142 estabelecimentos rurais, em Mutuípe 518, em Laje 26 e em Ubaíra 71 empresas. Mas nenhuma atividade agrícola chega a superar a cacauicultura produzida nos quatro municípios do Vale do Jiquiriçá, como mostra a tabela 01.

Observa-se na tabela que a lavoura da mandioca possui papel relevante na economia dos estabelecimentos rurais e, conseqüentemente, uma estratégia para os pequenos produtores se manterem no campo no período de baixa temporada da safra do cacau (Tabela 01).



Tabela 01  
**Distribuição do cultivo por município, segundo o número de empresas  
 Vale do Jiquiriçá, 2008**

Ranking	Cultivo / Município	Nºde empresas	
		unidades	%
1º	Cacau	544	51,9
2º	Mandioca	142	13,5
3º	Banana da terra	105	10,0
4º	Banana	78	7,4
5º	Guaraná	69	6,6
	Demais cultivos*	110	10,5
	<b>JIQUEIRIÇÁ</b>	<b>1.048</b>	
1º	Cacau	1.804	54,6
2º	Mandioca	518	15,7
3º	Banana da terra	247	7,5
4º	Guaraná	161	4,9
5º	Banana	150	4,5
	Demais cultivos*	422	12,8
	<b>MUTUÍPE</b>	<b>3.302</b>	
1º	Cacau	61	58,1
2º	Mandioca	26	24,8
3º	Cana-de-açúcar	12	11,4
4º	Cacau clonado	4	3,8
5º	Guaraná	2	1,9
	<b>LAJE</b>	<b>105</b>	
1º	Cacau	218	58,8
2º	Mandioca	71	19,1
3º	Feijão	42	11,3
4º	Café	20	5,4
5º	Cacau clonado	10	2,7
	Demais cultivos*	10	2,7
	<b>UBAÍRA</b>	<b>371</b>	

Fonte: Ceplac / Cenex. Elaboração da Autora, 2008.

\*Cacau clonado, Cana-de-açúcar, Café, Feijão, Cravo da Índia, Pimenta do reino, Citrus, Graviola, Cacau x Seringueira, Guaraná, Milho, Coco, Caju, Acerola

### 3.2.3 A estrutura fundiária

Com relação à estrutura fundiária, o Vale do Jiquiriçá vem se tornando um espaço de manutenção de concentração de terras. Observa-se um grande número de pequenas propriedades com áreas reduzidas, enquanto as grandes propriedades apresentam-se em menor quantidade, mas concentram a maior parte das terras.

O município de Jiquiriçá apresenta uma evolução da estrutura fundiária marcada pela concentração de terras. O que se observa é o aumento da minifundização, ou seja, a pulverização das pequenas propriedades. Em 1920

existiam 364 estabelecimentos rurais até 20 hectares, já em 1995/6 existe 1,770 estabelecimentos rurais até 20 hectares.

No município de Laje ocorre o mesmo processo, em 1940 existiam 278 estabelecimentos rurais numa faixa de até 20 hectares, já em 1995/16 esse quadro se mostra ainda mais intenso, com 1878 estabelecimentos rurais até 20 hectares.

O município de Mutuípe possui uma estrutura fundiária menos concentrada. Só nos anos de 1975 que se verificou um estabelecimento rural com mais de 1000 hectares. NO entanto, o processo de minifundização também é constante, pois no ano de 1940 existia 539 estabelecimentos de até 20 hectares, em 1995/6 esse número já era de 2.641 estabelecimentos rurais com até 20 hectares.

Ubaíra possui uma estrutura fundiária mais concentrada do que os outros três municípios. Esse fato se dá devido à sua vocação para a produção de café que é uma atividade com forte tendência à concentração de terras. De 1940 até 1995/6 verificam-se estabelecimentos rurais nesse município que chega até 5000 hectares, fortalecendo a concentração de terras, pois não se verifica a distribuição dessas terras.

No Município de Ubaíra verifica-se também o processo de minifundização, onde em 1940 esse município possuía 673 unidades com até 20 hectares, já em 1995/6 esse número passou para 3.1000 hectares.

Para todos os quatro municípios observa-se que a maioria dos estabelecimentos rurais estão numa faixa de menor que 1 e até menos que 20 hectares. Essa tendência a minifundização não é acompanhada com a diminuição da área dos grandes estabelecimentos rurais.

Segundo o SEBRAE-BA (1995), nos anos de 1980 e na primeira metade dos anos de 1990, constatou-se a retomada da produção cafeeira em Ubaíra e a expansão da cacauicultura nos quatro municípios do Vale. Esses fatos têm contribuído para a valorização das terras, o que impede a aquisição de novas propriedades por parte dos descendentes dos pequenos proprietários.

Isso desencadeia numa estrutura fundiária concentrada, onde os pequenos produtores não possuem condições de adquirir novas terras, recorrendo-se ao processo de minifundização para manutenção de suas atividades no espaço rural.









Para uma melhor visualização da evolução da distribuição das terras nos quatro municípios trabalhados que estão situados no Vale do Jiquiriçá é necessário observar o Índice de Gini (Tabela 06).

Tabela 06  
**Evolução do Índice de GINI por município  
Vale do Jiquiriçá, 1920-1996**

Município	Ano de criação do município	Índice de GINI								
		1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996
Jiquiriçá	1926	0,828	0,442	0,669	0,699	0,616	0,613	0,646	0,698	0,734
Laje	1905	0,865	0,389	0,562	0,617	0,652	0,622	0,655	0,725	0,762
Mutuípe	1920	-	0,488	0,344	0,503	0,775	0,629	0,650	0,631	0,674
Ubaíra <sup>(1)</sup>	1924	0,975	0,516	0,047	0,646	0,746	0,073	0,709	0,740	0,818

Fonte: GeografAR. Elaboração da Autora, 2008.

(1) Município criado em 1924 com o nome de Areia, passou a chamar-se Ubaíra a partir de 1944.

Como pode ser observado na tabela explicitada, para os três municípios Jiquiriçá, Laje e Ubaíra que apresentam dados sobre o índice de Gini desde a década de 1920, observa-se que de 1920 para 1940 houve uma queda brusca no mesmo índice. Esse fato é decorrente, muito provavelmente, por conta de os fazendeiros terem se desfeito de suas fazendas após o fim do cultivo do café.

No decorrer dos anos, o que se observa para os quatro municípios é a volta do crescimento do índice de Gini. Em Jiquiriçá observa-se um aumento em Jiquiriçá nos anos de 1960 que chegou em 0,669, depois volta a cair nos anos de 1970 para 0,616. Após essa data observa-se um aumento novamente no índice de Gini, chegando em 1996 a 0,734.

Em Laje, a evolução do índice de Gini também é crescente, apresentando uma pequena queda em 1975 apresentando um índice de 0,622, mas em seguida evoluiu chegando em 1996 em 0,762.

Em Ubaíra, o mesmo acontece com respeito a Jiquiriçá e Laje, uma queda brusca no referido índice nos anos de 1940. Logo em seguida observa-se um crescimento constante que se verifica em 1950, com 0,647 chegando aos dias atuais com um índice de 0,818, mostrando ser o índice de Gini mais alto decorrente da volta ao cultivo do café que se verifica no município desde os anos de 1990.

Em Mutuípe, ocorre um dado diferenciado, a queda brusca no índice que ocorreu nos outros municípios nos anos de 1940, nele ocorre em 1950, chegando a 0,344. Mas nos anos de 1970 uma subida brusca no índice de Gini, chegando a

0,775 em seguida cai um pouco, mas mantém uma estabilidade chegando em 1996 com 0,674.

Para os quatro municípios observa-se um aumento no índice de Gini, isso por conta da lavoura do cacau que vem aumentando sua área plantada desde o final da década de 1970. Em Ubaíra além da lavoura do cacau tem-se ainda a lavoura do café que concentra mais terra do que o cacau.

Mesmo o cacau estando em crise observa-se que os produtores não se desfizeram de suas roças, ao ponto desta cultura está interferindo fortemente na estrutura fundiária dos quatro municípios.

### 3.2.4 Aspectos demográficos

O dinamismo econômico permaneceu até a década de 1930. Logo em seguida com a proibição da exploração do café de terreiro<sup>4</sup> e a posterior retirada da estrada de ferro, depois de décadas de serviço prestado à região, representaram o início da decadência. “[...] Foi desativada a Estrada de Ferro que tanto contribuíra para aquele progresso da região. Viria substituí-la a rodagem, interligando os municípios entre si e com a capital do Estado” (REBOUÇAS, 1992, p.21).

O fim da cafeicultura repercutiu diretamente na dinâmica populacional, pois sendo a lavoura cafeeira um fator de atração de muita mão-de-obra, a sua desarticulação fez com que um grande contingente populacional migrasse para os grandes centros urbanos, como Salvador e São Paulo.

Como exemplo, Ubaíra que, dos quatros municípios desse estudo possuía a maior produção de café, segundo Sylvio Bandeira de Mello e Silva (1989), este município contava com 70. 598 habitantes em 1920. Já nos anos de 1940 a cidade contava apenas com 20. 254 habitantes.

Assim, a partir de 1940 a dinâmica populacional do Vale do Jiquiriçá manteve uma estabilidade decorrente da falta de uma cultura tão atrativa de mão-de-obra como era o caso da cafeicultura existente na área (Tabela 07).

Tabela 07  
**População total por municípios  
Vale do Jiquiriçá, 1920-2007**

---

<sup>4</sup> O governo proibiu a produção de café de terreiro na década de 1930. Só sendo possível a produção de café com o uso de máquinas.



Municípios	Anos								
	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2007 <sup>(1)</sup>
Jiquiriçá	24.397	7.713	7.762	9.030	8.604	9.358	11.763	13.638	13.386
Laje	14.710	11.565	11.646	14.817	14.635	15.732	18.319	19.601	21.104
Mutuípe	-	11.120	11.806	13.000	15.009	17.327	20.491	20.462	21.181
Ubaíra <sup>(2)</sup>	70.598	20.254	19.767	20.482	16.883	18.208	20.809	20.595	20.708

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Elaboração da Autora, 2008.

(1) Refere-se aos dados da Contagem Populacional, disponíveis no site do IBGE.

(2) Município criado com o nome de Areia, passou a chamar-se Ubaíra a partir de 1944.

Após o declínio da cafeicultura outra cultura passou a fazer parte do cenário agrícola do vale do Jiquiriçá que foi o cacau. A presença da lavoura cacauzeira no Vale do Jiquiriçá data dos anos de 1930, segundo relatos de produtores locais e técnicos da comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

No que diz respeito à população urbana e rural na atualidade, os municípios pertencentes ao Vale do Jiquiriçá apresentam a população predominantemente rural, em outros termos nestes municípios a população rural supera a urbana em mais de 50%.

Destaca-se o município de Laje que possui o maior quantitativo absoluto (14.483), talvez em virtude de uma menor quantidade de empregos oferecidos na zona urbana. Seguido de Ubaíra que por sua vez apresenta ainda a maior população total, 21.227, no conjunto dos quatro municípios devido à sua tradição na atividade cafeeira que exigente de muita mão-de-obra (Tabela 08) e (Figura 06).

Tabela 08  
Distribuição da população urbana e rural por municípios  
Vale do Jiquiriçá, 2008

Município	População				Total
	Urbana		Rural		
	Absoluto	%	Absoluto	%	
Jiquiriçá	4.588	33,6	9.050	66,4	13.638
Laje	5.118	26,1	14.483	73,9	19.601
Mutuípe	8.984	44,0	11.478	56,0	20.462
Ubaíra	8.010	37,7	13.217	62,3	21.227

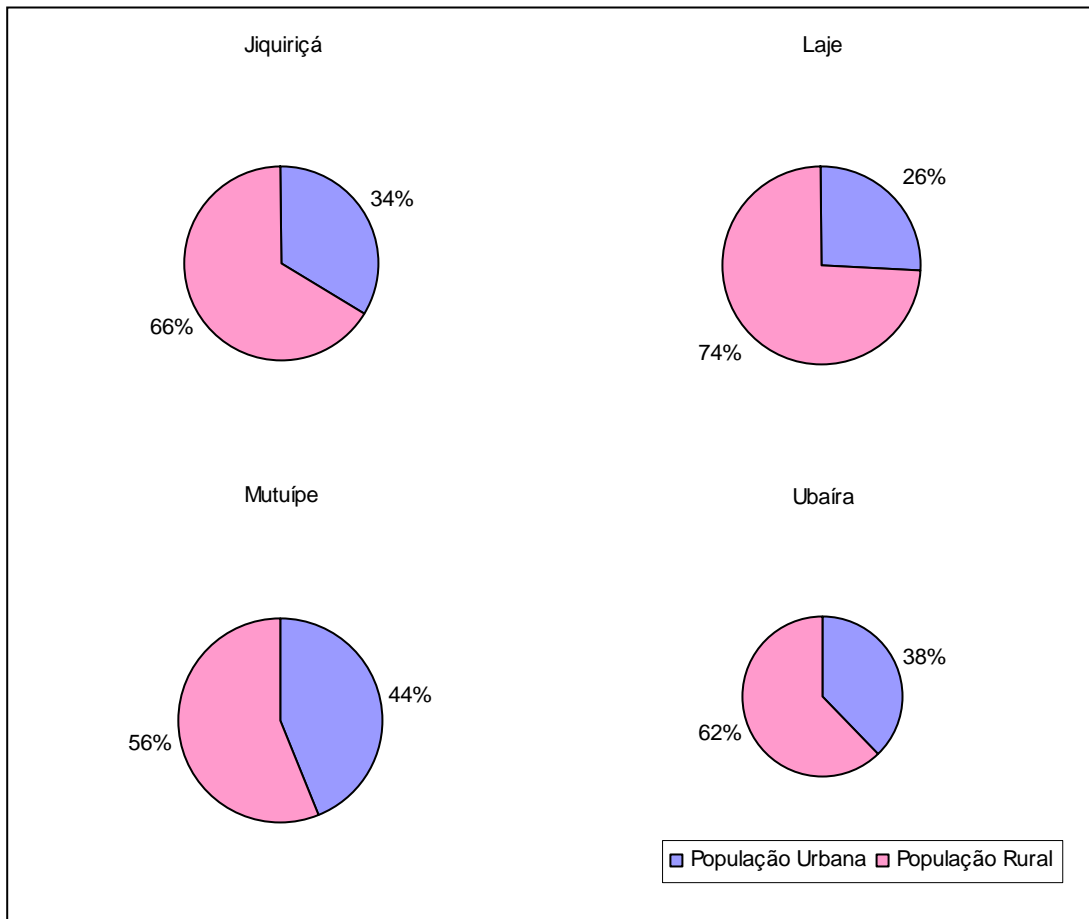
Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000. Elaboração da Autora, 2008.

Acrescenta-se que Mutuípe apresenta a maior população urbana, muito provavelmente relacionada às atividades de comércio desenvolvidas na zona urbana.

Para todos os municípios observa-se que a população rural é maior e também revela grande importância para o desenvolvimento da economia da cidade,

pois a o desenvolvimento econômico desses municípios dependem diretamente da dinâmica das atividades agrícolas, principalmente o cacau.

Figura 06  
Distribuição da população urbana e rural no Vale do Jiquiriçá, 2008



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000. Elaboração da autora, 2008.

### 3.2.5 A localização

Atualmente os quatro municípios estudados, Mutuípe, Laje, Uabíra e Jiquiriçá estão inseridos no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá . No entanto, pela proximidade e pela diversidade dos serviços oferecidos tanto institucionais, quanto comerciais e pelo somatório de equipamentos é Santo Antônio de Jesus é quem influencia em primeiro lugar.

Mutuípe, levando em consideração a capacidade de articulação espacial, ocupa posição de centro local. Para a sede desse município convergem a produção de cacau produzidos em Laje e Jiquiriçá e também convergem a produção de

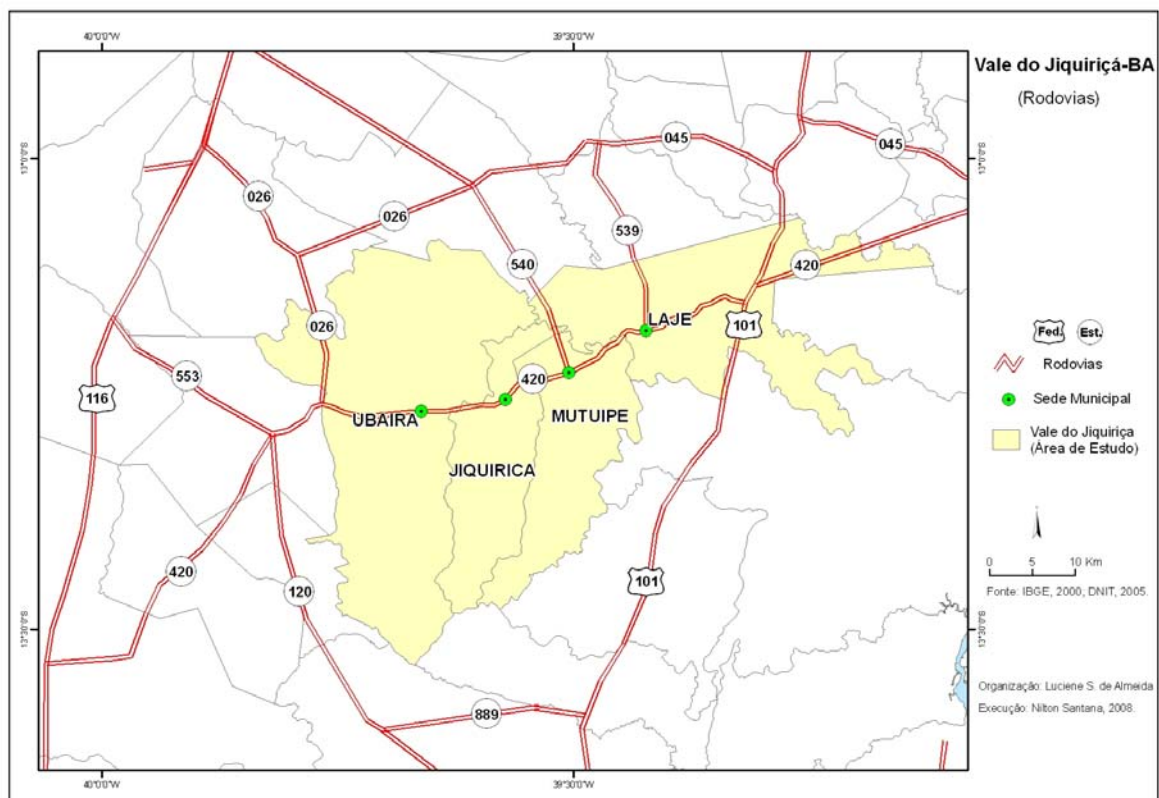
idades que estão fora do Vale como Amargosa, Santo Antônio de Jesus e São Miguel das Matas.

Ubaíra por apresentar em suas terras altas condições edafolímicas para o café, encontra-se envolvido sobre influência cafeeira de Vitória da Conquista, de onde parte os determinantes técnicos e produtivos dessa cultura. No entanto, a atividade cacauera possui grande importância também e faz com que Ubaíra, assim como todo o Vale, Ubaíra por causa do cacau e pela presença da CEPLAC se relaciona também com a região sul da Bahia.

O sistema viário é um dos aspectos de maior importância estratégica para o Vale do Jiquiriçá, pois o seu conjunto de estradas lhe confere vantagens em relação à integração com a capital do Estado Salvador e outros centros nacionais.

Segundo SEBRAE-BA (1995), esse espaço possui posição estratégica, pois se encontra na calha do sistema de transportes, entre as BR-116 e 101, interligadas pela BR - 420, que corta o Vale de leste para oeste, e serve a todos as sedes dos municípios (Figura 07).

Figura 07  
Mapa Rodoviário do Vale do Jiquiriçá, 2008



Diante de que foi exposto, é indispensável esse exercício de diagnóstico dos municípios para melhor compreensão da dinâmica rural do Vale do Jiquiriçá, tendo em vista que essa dinâmica rural apresenta indicativos da estrutura socioespacial e de sua inserção no contexto regional baiano e global a partir do circuito espacial produtivo do cacau.

#### **4 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SUAS REPERCUSSÕES NA ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE CACAUEIRA NO VALE DO JIQUIRIÇÁ**

Antes de discutir a expansão da atividade cacaueteira na Bahia, e suas repercussões para os espaços produtores, é preciso discutir melhor as características políticas e econômicas que marcaram o Brasil a partir dos anos de 1970.

O período que data da metade dos anos de 1960 até meados da década de 70, representou uma época de grandes transformações para a política e a economia do país e conseqüentemente para todos os setores produtivos, tanto o agrícola, quanto o setor industrial.

Essas grandes transformações são frutos do processo de difusão de novos objetos técnicos pelo espaço brasileiro, onde se buscou dinamizar a industrialização e a produção agrícola como base para o desenvolvimento. Segundo Santos e Silveira (2006), a macha modernizante foi alcançada devido aos acréscimos técnicos, como as infra-estruturas de irrigação e as barragens, os portos e aeroportos, as ferrovias, rodovias e hidrovias, as instalações ligadas à energia elétrica, refinarias e dutos, as bases materiais das telecomunicações e os semoventes e insumos para o solo.

Em se tratando da produção agrícola, o resultado foi a concretização da modernização da agricultura. A modernização trouxe a possibilidade de diferenciar a pauta dos produtos exportados, antes centrados no cacau e no café. Cultivos como soja, trigo e depois a laranja, passaram a compor as novas fontes de divisas do país, e a receber maiores investimentos para a criação de infra-estruturas e para o desenvolvimento de novas tecnologias.

No entanto, a macha modernizadora que atingia a produção agrícola não se estendeu para todas as regiões e para todas as propriedades. Esse adensamento técnico não se difundiu de forma igual pelo país.

A região mais beneficiada foi a Sudeste, pois desde 1930 a mesma, principalmente São Paulo, passou a concentrar condições de infra-estrutura consideráveis como uma rede de transportes que facilitava a circulação de produtos e de pessoas, o que gerou um forte atrativo para as indústrias que mais tarde seria o pilar para a formação de um sistema agrícola moderno.

São Paulo e as áreas próximas convergiam os investimentos e as indústrias fornecedoras de insumos para a agricultura, o que também favoreceu, também, para a modernização agrícola. É na região Sudeste e em seu entorno onde se encontrava a formação das condições materiais para a fluidez do capital, o que favorecia as grandes indústrias voltadas para a produção agrícola, para as indústrias processadoras e melhores condições de fluidez da produção até o mercado internacional.

Mas, só as grandes e médias propriedades capitalizadas, e com condições de adotar o pacote tecnológico, foram inseridas no processo. As pequenas propriedades descapitalizadas e, muitas vezes, localizadas em áreas impróprias à mecanização, e, portanto, impossibilitadas de introduzir os cultivos realizados com intensa mecanização, ficaram à margem da modernização.

Os estabelecimentos agrícolas que não puderam adotar as novas possibilidades técnicas, financeiras ou organizacionais tornaram-se mais vulneráveis às oscilações de preço, crédito e demanda e às novas formas organizacionais do trabalho, o que freqüentemente é fatal aos empresários isolados (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p.121).

E por fim, o cultivo de produtos com alto valor no mercado internacional e que se adaptava às novas condições de produção foram privilegiados, como é o caso da soja, da laranja e do trigo. Esses cultivos modernos já existentes no Brasil, passaram por um processo de modernização da produção e foram inseridos no comércio internacional. A exemplo da soja, novas áreas de produção foram abertas como a região Centro-Oeste para atender o crescente mercado que se abria.

Foi nessas condições que se deu o processo de modernização da agricultura no Brasil. Esse modelo, como já foi dito antes, teve como base de sustentação o padrão tecnológico da Revolução Verde, o Estado como agente fomentador e financiador e a expansão dos cultivos voltados para a exportação.

O resultado da modernização foi o desenvolvimento agrícola da região sudeste com seus produtos voltados para a exportação. Fora da região sudeste quando se fala em agricultura moderna só é possível reconhecer manchas modernas ou espaços modernos, como o da soja e o da fruticultura.

Quando se trata da atividade cacaueteira, a modernização foi parcial devido às características próprias dessa cultura que não permite a mecanização diante das

condições topográficas do terreno e do manejo da lavoura e também pelo arranjo político e cultural que se formou desde a introdução da lavoura cacaueteira na Bahia.

#### 4.1 A EXECUÇÃO DO PROCACAU E A EXPANSÃO DA LAVOURA CACAUEIRA NA BAHIA

A atividade cacaueteira da Bahia tem sido considerada uma lavoura em constante crise e que essas têm exigido mudanças e investimentos políticos para a criação de órgãos capazes de solucionar os seus problemas. Assim, a cada período de estagnação as reivindicações se repetem em busca de esforços políticos e técnicos para salvar a lavoura cacaueteira e dar continuidade a esse agronegócio.

Após a superação da crise que se abateu sobre a atividade cacaueteira nos anos de 1950, houve um período de grandes lucros. A lavoura cacaueteira e setor da comercialização e da industrialização passaram por um período áureo, foi na década de 1970 quando os preços no mercado internacional atingiram índices alarmantes juntamente com safras recordes. Tudo isso ocorreu devido os resultados técnicos desenvolvidos pela CEPLAC<sup>5</sup> o que promoveu um surto de prosperidade por toda a região que inclusive, alavancou o processamento do cacau na região sul da Bahia já existente desde a segunda guerra mundial.

O período marcado pela atuação da CEPLAC é, inegavelmente, aquele em que a Região Cacaueteira conheceu o maior surto de mudanças que, devem ser creditadas à atuação daquele órgão, embora se considere parte desse crédito como decorrente do próprio processo de modernização dos meios de produção agrícola que o mundo, o Brasil e também a Bahia conheceram, e do qual a CEPLAC participou como instrumento de execução (GARCEZ e FREITAS, 1979, p.51).

Após a criação da (CEPLAC) em 1957 houve um considerável aumento da produção e da produtividade entre as safras de 1970 e 1977. Esse fato fez com que os governos Federal e Estadual desenvolvessem projetos para a ampliação da área plantada e conseqüentemente ampliar os lucros.

Diante dos resultados obtidos e da onda de crescimento do Brasil, tanto no setor industrial, quanto no setor agrícola, o governo Federal buscou uma forma de

---

<sup>5</sup> Foi com um Decreto Federal de nº 40.987, datado de 20 de janeiro de 1956 que instituiu O plano de Recuperação Econômica-Rural da Lavoura Cacaueteira que designa uma verba a ser usado nesse plano. Daí se cria uma comissão para fazer a aplicação dos recursos, que posteriormente foi denominada de CEPLAC

incrementar a produção. De acordo com Marc Dufumier, MAlthilde Renard, Naomi Noel e Vitor de Athayde Couto (2004), nesse período o governo executou o Programa de Expansão da Lavoura Cacaueira (PROCACAU), através dos serviços da CEPLAC.

O objetivo desse programa era fazer do Brasil o maior produtor mundial de cacau, aí se observa as mesmas ações que eram direcionadas para a modernização da agricultura, onde se criou as condições de manter a produção agrícola e garantir o nível de crescimento do país.

Assim, o fator modernizante se deu com a adoção de fertilizantes e defensivos, novas técnicas de manejo e a utilização de plantas geneticamente melhoradas. Toda tentativa de expansão da produção se realizou com o aumento da área plantada e pautada nos princípios da Revolução Verde.

Para efetivação do mesmo, a CEPLAC tem feito extensa campanha publicitária, junto a produtores e empresas mistas visando enfatizar as vantagens e importância da renovação. Vem também oferecendo orientação técnica, através da rede de departamento de Extensão da CEPLAC, necessária para a realização do mesmo. Além disso, os créditos são autorgados com carência de 5 anos, sendo os juros desse período pagos totalmente pela CEPLAC (CEPLAC, 1977, p.18).

Desse modo, se deu a expansão da caucultura na Bahia. A lavoura foi estendida para duas novas áreas, chegando até o Recôncavo canavieiro em 1977, onde a CEPLAC visava a implantação de 20 mil hectares de cacau em 10 anos.

De acordo com Antonio Fernando de Souza Pinho, Ricardo Rodolfo Tafani, Aureo Luiz de A, Brandão e Laércio Pinho Lima (1977), os municípios selecionados para a implantação da cacaucultura estão situados na Bacia Sedimentar, na área do recôncavo canavieiro; nos municípios do Recôncavo Norte e apenas um município do Planalto do Recôncavo, que foi o de Cachoeira.

A outra área escolhida para o projeto foi o Vale do Jiquiriçá. Nesse espaço o projeto se efetivou com a implantação de novas roças, através da instalação de escritórios da CEPLAC que contribuíram para o avanço da área ocupada com o cacau.



## 4.2 O RESULTADO DA MODERNIZAÇÃO DA CACAUICULTURA

A modernização da cacauicultura na Bahia ocorreu de forma parcial, onde foram mantidas intactas as estruturas da atividade desde a lavoura até a distribuição final dos chocolates. Em nenhum momento houve uma integração produtiva da atividade no sentido de agregar valor ao produto, permaneceu a venda de cacau em amêndoas para as poucas empresas processadoras.

O aumento da produção na cacauicultura que acompanhou o processo de modernização agrícola do Brasil a partir dos anos de 1970, não evitou a última grande crise da lavoura cacauífera que aconteceu nos anos de 1987, uma década depois da fase áurea do cacau.

Na lavoura cacauífera essa situação chegou a tal ponto devido à forma como a cacauicultura foi introduzida e sedimentada na região sul da Bahia. A falta de uma organização maior que integrasse aos poucos os setores da lavoura e do processamento pelo Estado o que tornou a lavoura totalmente dependente das firmas internacionais fazendo com que essas passassem a controlar o circuito espacial produtivo do cacau como pode ser observado na organização de toda a atividade cacauífera na Bahia.

### 4.2.1 A organização da produção

A introdução e organização da cacauicultura na Bahia data do século XVIII e teve sua ampliação no século XIX, quando passou a se firmar como sistema monocultor na região sul da Bahia, inicialmente no eixo Ilhéus - Itabuna.

A introdução dessa nova atividade agrícola na Bahia, especialmente na região sul, representou uma nova fonte de recursos para a Bahia devido à decadência da atividade canavieira no Recôncavo, foi a forma utilizada para assegurar a manutenção da Bahia enquanto estado agrário exportador.

A compreensão da organização e dinâmica dessa atividade parte do entendimento das condições de apropriação das terras, das políticas voltadas para a organização da produção e das condições técnicas existentes no período de sua introdução na região sul da Bahia.

No que tange às condições de ocupação das terras o ponto central está associado à fatores externos e internos. Internamente tinha-se um evento de ordem política que foi a primeira Constituição da República que integrou as terras devolutas da Bahia para o domínio do Estado. Esse fato acelerou o processo de distribuição das terras e fez avançar o plantio de cacau.

A passagem de terras para o patrimônio do Estado coincide com o período de emergência da atividade cacauêira e sua afirmação como monocultura de exportação, gerando estímulos suficientemente fortes para a ocupação das terras da região, o que, até então, não fora conseguido pelas tentativas de colonização, oficiais ou particulares. (GARCEZ, 1977, p.74)

E externamente tem-se a crescente demanda pelo cacau, o que também impulsionou o processo de distribuição de terras naquela região. Para Angelina Nobre Rolim Garcez e Antonio Fernando Guerreiro de Freitas (1979), o cacau produzido para a exportação produzida na região sul foi de grande importância, num momento desfavorável da economia baiana, cujo sistema produtivo era essencialmente marcado pela cana-de-açúcar e foi substituído pelo sistema cacauêiro.

A ocupação das terras da região sul tão almejada pelo governo baiano, só foi conseguida com o desenvolvimento da lavoura cacauêira, pois essa atraía os contingentes humanos que chegavam e iam ocupando legal ou ilegalmente as terras para a produção de cacau e esse fato era positivo para as finanças do Estado.

É importante ressaltar que a conquista da terra não ocorreu de forma pacífica, no começo não havia disputas, mas com o passar do tempo e da intensificação das migrações, as disputa pelos melhores solos e pelas terras mais próximas aos canais de escoamento da produção gerou vários conflitos. Nessa região a violência era constante e os mais prejudicados eram os pequenos posseiros.

[...] A monocultura de exportação substitui o velho sistema policultor de subsistência, estabelecendo dois fluxos dinâmicos de comércio; a saída de produtos de exportação e a entrada dos bens de subsistência para atender a população que cresce em ritmo aceleradíssimo. Alteram-se também significativamente as relações de trabalho, e, ao lado do sistema familiar de produção (que se desgasta ao longo do processo à medida que se formam os grandes estabelecimentos produtivos) surgem modalidades novas de contrato e assalariamento de terceiros, além de crescer significativamente o volume da força de trabalho concentrada da região (GARCEZ, 1977, p.58).

No que se refere às condições políticas e técnicas de organização da produção, desde o seu início observa-se certa desorganização, onde a supremacia da comercialização em detrimento ao setor produtivo sempre foi notória. O setor comercial tornou-se cada vez mais exigente e organizado para suprir a demanda internacional que foi se tornando cada vez mais crescente.

Além da supremacia da comercialização sobre a produção de cacau em amêndoas, observa-se também a falta de integração entre os setores da lavoura e do processamento, pois se essa integração fosse eficiente seria a forma de superar o processo de comercialização e evitar os atravessadores.

É preciso salientar também o fator político tanto do governo Federal, quanto do governo estadual, que desde o início foi quase inexistente na organização de crédito, na criação de mecanismos de preços, na regulação da comercialização no nível interno e externo e na criação de mecanismos para agregar valor à produção, montando um forte setor de processamento na própria região produtora.

Segundo Angelina Nobre Rolim Garcez e Antonio Fernando Guerreiro de Freitas (1979), no período de 1890 / 1930 montou-se toda uma estrutura de produção e comercialização do cacau, cuja singularidade maior decorre da inexistência de um elemento unificador das ações individualistas. Ou seja, uma política estratégica unificadora das ações que conferisse uma consistência maior à atividade cacaeira.

E os governos Federal e Estadual, de certa forma, permitiram essa situação, pois o aumento da produção representava o aumento nas arrecadações. Então, no período de formação do sistema monocultor do cacau de 1890 a 1930, o ideal era ter mais terra, produzir mais cacau para ganhar mais dinheiro, uma vez que não se pensava em organizar melhor a produção.

O fator técnico relacionado à produção de cacau nas fazendas e ao setor de processamento também deve ser salientado nesse momento de formação do sistema monocultor de cacau no sul da Bahia. Segundo Angelina Nobre Rolim Garcez e Antonio Fernando Guerreiro de Freitas (1979), o novo sistema produtivo se implantava com um conjunto de ações sem coesão ou articulação interna. Foi desenvolvido de forma fragmentada e sem respaldo tecnológico. À medida que a atividade cacaeira tomava toda a região, aumentava ainda mais as suas necessidades e fragilidades do mercado externo, desagregando o setor produtivo da lavoura.

Verificam-se assim que condições existentes para a implantação da atividade cacauera na Bahia eram extremamente inadequadas e montadas sobre um sistema agrário exportador, sem a preocupação com a industrialização do produto, o que resultou na separação dos setores da produção e do processamento.

Diante de tantos fatores negativos, o resultado para os produtores é uma situação de dependência contínua que vêm arrastando a região produtora da Bahia para uma sucessão de ciclos de prosperidades e decadências constantes. O que faz gerar pobreza e marginalidade, pois a atividade cacauera é desarticulada economicamente e socialmente.

Devido à história da cacauicultura na Bahia e da forma como essa foi introduzida na região sul, esse sistema agrícola sempre esteve vulnerável à dinâmica dos preços internacionais. Primeiro, porque a lavoura é muito exigente de mão-de-obra, por isso só é possível a utilização de maquinário no transporte das amêndoas, então a possibilidade de aumentar os lucros seria pela via do melhoramento genético das plantas, de uma melhor organização das fazendas e da integração do setor produtivo com o setor de processamento das amêndoas.

Essas formas de melhoramento foram parcialmente adotadas, enquanto a CEPLAC inovou no uso de insumos modernos e novos manejos para melhorar a produtividade, aumentou a área plantada e no melhoramento das plantas, a forma da estruturação da atividade cacauera continuou a mesma. Não houve uma preocupação em organizar toda a atividade cacauera no sentido de integrar melhor os setores da produção, do processamento e da industrialização. Esse fato pode ser explicado porque quem sempre ganhou dinheiro com o cacau, na verdade, foram os comerciantes e as firmas processadoras.

A estrutura da produção cacauera na região sul da Bahia e no Vale do Jiquiriçá continuou caracterizada pela separação clara entre a lavoura fechada na própria fazenda, a indústria processadora<sup>6</sup> caracterizada por multinacionais e as indústrias chocolateiras<sup>7</sup> localizadas no Sul do Brasil, no entanto, as ligações existentes entre esses dois últimos setores não são tão visíveis e geralmente possuem fortes laços de comercialização.

---

<sup>6</sup> A indústria processadora são as empresas encarregadas em transformar o cacau em amêndoas em subprodutos como a manteiga do cacau, o cacau em pó e etc.

<sup>7</sup> A indústria chocolateira são as empresas encarregas do fabrico do chocolate, ou seja produto final do cacau.

A separação bem nítida encontra-se entre a produção e o setor de processamento. Nesse caso, dentro de cada um desses setores existem agentes com funções e interesses bastante diferente.

#### **4.2.2 O setor da lavoura**

O setor da lavoura pode ser entendido por duas características marcantes, a primeira está relacionada pelo intensivo uso de força de trabalho e o segundo pela falta de articulação do produtor.

O setor da produção é dominado pelos produtores grandes ou pequenos, mas sempre donos das terras. A mão-de-obra utilizada nas grandes propriedades é assalariada, já nas propriedades familiares o trabalho é baseado na mão-de-obra familiar, recorrendo-se ao trabalhado assalariado esporadicamente no decorrer do ano.

De acordo com Almicar Baiardi (1984), as duas formas de organização da produção citadas acima possuem pontos em comum, pois a cacauicultura sempre foi muito exigente de mão-de-obra e requer baixo uso de mecanização, desde o plantio até o preparo das amêndoas para a venda. O que vai diferenciar a grande produção da pequena é o uso de insumos e de tratos culturais com a lavoura, o que influencia diretamente no nível da produtividade.

Ainda de acordo com o mesmo autor, o processo de manutenção das práticas de limpas, replantios, controle fitossanitário, podas etc é contínuo mesmo ainda não tendo iniciado a produção. O cacau inicializa a floração e a produção no terceiro ou quarto ano, no entanto, a produção econômica só ocorre a partir do quinto ano. Então a utilização da força de trabalho ocorre o ano inteiro e não se verifica o uso de máquinas. Por esta razão que os pequenos produtores precisam completar a renda com as lavouras de subsistência, principalmente a mandioca.

As duas fases da colheita ocorrem na safra que começa em agosto e a outra chamada de temporão que é iniciada em março. No período entre janeiro e março ocorre o paradeiro da produção e o trabalho se volta para a manutenção das roças que são preparadas para a próxima safra.

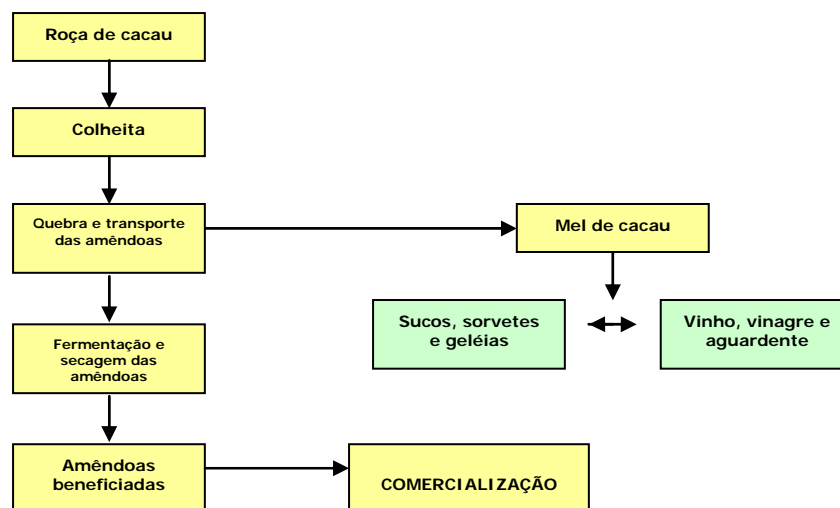
No que tange à organização dos produtores, segundo Menezes e Carmo - Neto (1993), o cacauicultor não se consolidou enquanto classe empresarial, pois não

é o mesmo que detêm o poder econômico, político do processo de acumulação do capital agrário, comercial, exportador e industrial da cacauicultura. “O agricultor, na verdade é um especialista confinado às operações de plantio, manutenção e colheita. As funções de armazenagem, processamento, distribuição são transferidas em larga escala para organizações além da fazenda” (MENEZES e CARMO-NETO, 1993, p.159).

O produtor não se organizou porque sempre existiram ações individualistas devido à capacidade de liquidez oferecida pelo cacau em amêndoas, ou seja, o produtor que possuía mais capital tornava-se também um comerciante, pois essa é a atividade mais lucrativa. Isso fez com que os interesses se voltassem sempre para a comercialização e as propriedades sempre foram o lugar unicamente da produção.

Assim, se estruturou e se modernizou a lavoura cacauieira, em bases frágeis que repercute até os dias atuais. Os custos de toda a atividade recaem sempre para o setor mais desarticulado, como é o caso da lavoura. Essa situação torna-se desfavorável para toda a região sul da Bahia e para o Vale do Jiquiriçá, já que a lavoura é a base para os outros setores e conseqüentemente, para o desenvolvimento regional. Como mostra a Figura 08, observa-se que não existe nenhum tipo de industrialização do cacau para o fabrico de chocolates nas unidades produtoras, após os tratos culturais o cacau em amêndoas e enviado para os armazéns e em seguida para a região sul da Bahia.

Figura 08  
Fluxograma do circuito da produção de cacau em amêndoas no Vale do Jiquiriçá, 2008



### **4.2.3 A organização do setor industrial**

O setor de processamento é dominado por grandes grupos que atuam tanto no setor de processamento, quanto no setor chocolateiro. Segundo Fernando Rios Nascimento (1994) a indústria de moagem de cacau em amêndoas, implantada no sul da Bahia, iniciou-se em 1927 devido à redução da atuação das indústrias européias na segunda Guerra Mundial.

Ainda de acordo com o mesmo autor, depois de passar por longo período de estagnação devido às dificuldades técnico-econômicas, a partir de 1970 deu-se uma nova expansão do parque industrial. Esse processo resultou na atuação do Brasil como maior processador de cacau do mundo. Atualmente o parque industrial processador de amêndoas de cacau é constituído por subsidiárias de empresas multinacionais.

A produção dos processadores de cacau em amêndoas é conhecida como derivados do cacau: massa, pasta, manteiga de cacau, torta de cacau e pó de cacau.

Já a indústria chocolateira, é considerada uma das mais concentradas do mundo. Segundo Vitor de Athayde Couto (2000), essa mesma concentração se reflete no Brasil, onde três grandes chocolateiros (lacta, garoto e Nestlé) detêm 4/5 do mercado interno. Considerando-se a demanda nacional, o setor absorve, em conjunto, praticamente 90% da atual produção brasileira de amêndoas de cacau.

Ainda de acordo com o mesmo autor o segmento dominante do circuito espacial produtivo do cacau é o da indústria chocolateira, da qual a indústria de chocolate cobertura faz parte. Trata-se do único segmento da cadeia em que os produtos fabricados não são commodities, possuem alto valor agregado e a estrutura de mercado é caracterizada como oligopólio. Todos esses fatores apontam a indústria chocolateira como o segmento mais inovador da cadeia.

### **4.2.4 A organização da comercialização**

A regularidade da demanda do mercado consumidor no exterior permitiu que o setor da comercialização se estruturasse muito rápido, tanto internamente, quanto

externamente, o que criou uma dependência da lavoura para com a comercialização.

Segundo Angelina Nobre Rolim Garcez e Antonio Fernando Guerreiro de Freitas (1979), por estar ligado diretamente a um sistema mais amplo e que traçava as diretrizes básicas para um desempenho final satisfatório, englobando vários estágios, a atividade da comercialização tornou-se mais organizada, mesmo que nessa época o comerciante enfrentava algumas limitações, como o comportamento do mercado.

O que ocorria também era a forte atuação do setor comercial no financiamento, que desde o início da monocultura cacauífera atuava no repasse desses para aqueles produtores que não tinham documentos de posse das terras, uma vez que todo financiamento era de caráter hipotecário.

[...] Dessa maneira, o setor de comércio se fortalecia na operação de repasse dos financiamentos, criando uma relação de dominação cada vez mais abrangente, que lhe permite impor os preços e ainda ingressar na atividade de produção, adquirindo propriedades inadimplentes, e, dessa maneira, situando-se melhor para interferir, inclusive, nas reivindicações dos produtores, dirigindo-se de modo a não afetarem negativamente os interesses da comercialização (GARCEZ e FREITAS, 1979, p.31-32).

Assim, mesmo nos assuntos diretamente ligados à produção agrícola, as reivindicações partiam sempre do setor comercial reivindicações essas que se sustentavam apenas no pedido de mais verbas e por melhorias de infra-estruturas. Esses fatos influenciaram posteriormente na organização do produtor, que desencadeou numa estrutura de produção marcada por crises e depressões.

A organização da comercialização está assentada nas exportações para o mercado externo e para o mercado interno.

#### **4.2.5 Os agentes da comercialização do cacau**

O mercado de cacau e de chocolate é controlado por grandes empresas multinacionais, que atuam como *dealers*,<sup>8</sup> como moageira e no fabrico de

---

<sup>8</sup> De acordo com Fernando Rios Nascimento *dealers* são firmas negociantes que operam com cacau em amêndoas de diferentes países e também operam no mercado de futuros. Possuem lugar na bolsa de valores. Atualmente todos os grandes *dealers* são também processadores de cacau e alguns participam na indústria de chocolates.



chocolates. Essas empresas estão bem estruturadas e atuam com eficiência nos mais importantes segmentos do agronegócio cacau, tanto em países consumidores, quanto em países produtores de cacau.

Na Bahia, o mercado é livre onde os produtores podem vender a produção para qualquer agente que atua na comercialização. Segundo Landim (1988 apud Nascimento, 1994), no que tange ao mercado interno atuam as cooperativas, os partidistas, os representantes e o exportador.

Na maioria das vezes, existem interações entre os agentes da comercialização do mercado interno com os agentes que atuam na comercialização do mercado externo. O único agente que não faz negociações com agentes externos são os partidistas.

As cooperativas atuam nos principais municípios da região cacauzeira, repassando aos seus associados os preços obtidos no mercado, depois de reduzidos os custos administrativos e operacionais. As cooperativas filiadas recebem o cacau de seus associados e repassam-no à central, que vende o produto para os mercados interno ou externo para quem pagar melhor.

Os partidistas compram o cacau daqueles produtores localizados nos lugarejos ou distantes e adquire pequenas quantidades de cacau. Atuam na compra de cacau na balança, ou seja, amêndoas secas, quanto negocia também a entrega futura do produto. Não exerce atividade de exportação, mas negocia diretamente com as firmas exportadoras e para as indústrias que atuam na região.

Os representantes são pessoas físicas proprietários de pequenas empresas e que atuam com recursos de exportadores ou industriais, mediante pagamento de comissão. As despesas do escritório e do depósito ficam por conta do representante, e as empresas lhe pagam determinado valor por saco de cacau.

Os exportadores geralmente têm sua sede em Salvador, Ilhéus ou Itabuna, possuindo filiais nos principais municípios da região cacauzeira. Atuam no mercado interno vendendo cacau a outros exportadores e principalmente às indústrias de derivados. Comercializam também no mercado externo ou, esporadicamente, por meio de corretores. Atualmente alguns estão transformando cacau em derivados (líquor manteiga, torta e pó).

As indústrias de derivados do mercado interno adquirem cacau em amêndoas diretamente de produtores, de partidistas, de cooperativas de exportadores e, eventualmente, de outras indústrias, vendendo pequena parcela da produção no

mercado interno às indústrias de chocolates. Também vendem seus produtos no mercado externo diretamente aos *dealers*, a indústrias de derivados e a chocolateiros e também atuam nas bolsas de valores realizando todos de tipos de operações.

De acordo com Fernando Rios Nascimento (1994) existem também as indústrias de chocolates do mercado interno, essas adquirem de cacau junto às indústrias moageiras nacionais, vendendo chocolate no mercado interno sob várias formas. Aqueles que possuem tecnologia adequada compram cacau em amêndoas de exportadores, industriais e cooperativas, fabricando seus próprios derivados e também chocolates.

Existem ainda as fabricas de chocolates caseiros que compram derivados de cacau ou ainda cobertura, moldando-a e depois vendendo no mercado interno. Algumas indústrias mais especializadas chegam a exportar para outros países.

E por fim, o distribuidor que pode ser atacadista ou varejista. O atacadista compra cobertura, e outros chocolates das indústrias em grandes quantidades e repassa-os aos varejistas (Quadro 01).

Quadro 01  
Estrutura da comercialização de cacau no mercado interno e externo

AGENTES	COMPRA	VENDE
1. Partidistas	Produtor	Firmas exportadoras e processadoras
2. Representante	Produtor Cooperativas e representantes	Firmas exportadoras e processadoras
3. Exportador	Cooperativas e representantes	Outros exportadores do mercado externo e indústrias de derivados
4. Cooperativas	Produtor associado	Exportador, indústrias e mercado externo
5. Indústrias de derivados do mercado interno	Produtores, partidistas, cooperativas e exportadores	Derivados de cacau no mercado interno, no mercado externo: <i>Dealers</i> e indústrias de chocolate
6. Indústria de chocolate do mercado interno	Derivados de cacau de indústrias processadoras nacionais*	Chocolate no mercado interno
7. Fábrica de chocolate caseiro	Derivados de cacau das firmas processadoras	Chocolate no mercado interno e externo
8. Distribuidor	Chocolate das indústrias de chocolates e das indústrias caseiras	Para os varejistas

Fonte: Landim 1988 apud Nascimento 1994. Elaboração da Autora, 2008.

\* Algumas indústrias de chocolates também compram cacau em amêndoas de exportadores e cooperativas e fazem o próprio processamento do cacau.

Ainda de acordo com Fernando Rios Nascimento (1994), existem os agentes que atuam no comércio externo do cacau, o funcionamento desse mercado do cacau baseia-se em elementos como, os *Brokers*, *Comission house*, *Dealers*, *Shippers* e *Agents*.

Os *Brokers* (operadores de Bolsa) são firmas que operam prioritariamente no mercado de futuros, atendendo pedidos de clientes para comprar e vender contratos e/ou realizar outras operações em bolsa, mediante pagamento de comissão. Os *brokers* podem fazer negócios para clientes e para *dealers* também.

*Comission house* (casa comissárias) poder ser consideradas *brokers*, mas estão mais bem organizados, possuindo analistas de mercado e conseguindo

informações de produção e moagens de interesses de seus clientes. Normalmente não deveriam operar na Bolsa para si mesma, mas, fazem, inclusive assumindo papel especulativo.

*Dealers* (negociantes) são firmas que operam com cacau físico de diferentes países e também operam no mercado de futuros. Esses possuem cadeira nas Bolsas de valores e podem operar como *brokers*, cobrando comissão de clientes. Atualmente todos os grandes *dealers* são também processadores de cacau e alguns participam de indústrias de chocolate.

*Shippers* (exportadores), nesta categoria estão incluídas as firmas exportadoras de amêndoas e de derivados de cacau, instaladas nos países produtores. Quando os *shippers* fazem negócios com países importadores, normalmente vendem seus produtos diretamente aos *dealers* e, às vezes utilizam corretores.

*Agents* (corretores) são as firmas que se instalam nos pises produtores, vendendo cacau físico de exportadores e/ou industriais aos *dealers* ou recebendo destas propostas de compra para serem repassadas aos exportadores. O corretor é um simples intermediário entre o *dealers* e o exportador.

No mercado externo o setor processador se apresenta da seguinte forma: Indústrias processadoras de cacau (*grinders*) entendidas como as empresas que têm suas indústrias de moagem de cacau nos mercados consumidores. Essas adquirem amêndoas de vários países do mundo.

E ainda existem as indústrias de produto final (*manufactories/merchants*) essas indústrias que produzem chocolates e que estão situadas nos países consumidores. Aqueles que possuem prensas adquirem amêndoas, mas a maioria está se especializando em comprar derivados de cacau e cobertura através de *dealers*. Geralmente utilizam bolsas para reduzirem seus riscos com o cacau físico, mantendo, às vezes posições especulativas.

Para Fernando Rios Nascimento (1994) no mercado externo o jogo de interesses ainda é maior, é um mercado extremamente complexo. O cacau se defronta com uma estrutura oligopsonista, onde se têm um número reduzido de compradores que negociam sozinhos grandes quantidades de cacau. Essas empresas fazem usos de sofisticados mecanismos para atuar no mercado.

Eles se baseiam em informações como, situação política dos países produtores e consumidores, políticas governamentais de incentivos ou não à

produção, previsão de safras, mudanças de clima e incidências de pragas e doenças e acompanhamento das moagens e dos estoques mundiais dentre outras informações.

Assim se organizou a comercialização de cacau na Bahia que, desde o começo, se firmou como uma atividade superior ao setor da produção, onde cada estágio passou a se encarregar de uma função definida e orientada para que o produto chegasse até o consumidor. E foi essa superioridade da atividade de comercialização que inibiu uma maior organização para que houvesse um setor de processamento forte e integrado com a lavoura na Bahia.

Essa situação de exploração das firmas junto aos produtores não significa que eles perderam ou perderão as suas terras se tornarão assalariados como numa relação capitalista clássica, pelo contrário, eles se manterão como pequenos produtores para servir à reprodução ampliada do capital.

As firmas necessitam dessa pequena produção aonde o produtor vai se mantendo para servir as mesmas. É o desenvolvimento contraditório do capital que espolia o pequeno produtor da mesma forma que espolia um trabalhador assalariado. “A expansão do modo de produção capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução” (OLIVEIRA, 1986, p. 66).

## **5 O NOVO PAPEL DO ESTADO DIANTE DAS MUDANÇAS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E O FORTALECIMENTO DAS FIRMAS LIGADAS AO AGRONEGÓCIO**

A ascensão das políticas neoliberais e as novas tecnologias reorganizaram toda a economia nacional, pois reduziu a atuação do Estado no desenvolvimento das atividades produtivas. No caso da produção agrícola, ressalta-se a redução das políticas de crédito para esse setor.

Dentro dessas transformações deve-se salientar que às mudanças na política favorecem à maior liberdade dos agentes ligados aos setores agrícolas dentro do Complexo Agroindustrial e com relação às novas tecnologias, pode-se ressaltar a abertura de novas possibilidades de atuação das empresas. Essas novas tecnologias facilitaram as novas regras políticas das quais as grandes firmas tiraram vantagens.

Foi nos anos de 1980 que passou a ocorrer uma terceira fase de integração entre as empresas, onde as mesmas passaram a contar com novos sistemas técnicos. “A emergência de novos sistemas de telecomunicações sustentados pelas tecnologias da informação no Brasil e sua difusão pelo território ocorrerem nos anos de 1980” (CASTILLO, 2004, p. 84).

A atuação do Estado até o final dos anos de 1970, era de financiador e articulador dos diversos interesses dos diferentes agentes ligados ao agronegócio. Essa atuação conferia um padrão da modernização da agricultura. No entanto, ocorreu um rápido processo de sucateamento da atuação do Estado, tanto na regulação agrícola, quanto no aparato das instituições.

Para Jose Graziano da Silva (1998), o que explica o novo padrão de financiamento da agricultura brasileira é a própria recessão que se abateu sobre a economia, seguida da eliminação das taxas de juros reais negativas. Juntamente a esse fator estão as diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI) fundamentado no corte de gastos.

Assim, diante de um quadro de incertezas e pressões internacionais, o Estado se vê obrigado a optar por um quadro de flexibilidade para a atuação dos diferentes agentes envolvidos dentro de um Complexo Agroindustrial.

O período subsequente é marcado por uma forte crise fiscal do Estado brasileiro, que impele pouco a pouco, a uma mudança nas formas de intervenção no setor agrícola. A adoção de uma política neoliberal junto a um novo paradigma tecnológico dominante (microeletrônica, biotecnologia, redes telemáticas corporativas) propicia um novo campo de forças na estruturação das articulações entre os agentes, sobretudo da produção voltada à exportação, num contexto de democracia de mercado. Essas mudanças propiciam maior margem de manobra para as políticas territoriais das grandes empresas, ampliando o campo de ação dos capitais privados no agronegócio (CASTILLO, 2004, p. 84).

Segundo Leonel Mazzali (2000) enquanto os anos 1960 e 1970 se caracterizam pela presença de contornos bem definidos no âmbito das posições e das articulações das relações entre os agentes econômicos, nos anos 80 o que se verifica é a fluidez de contornos. Observa-se, então, a emergência de novas estratégias dos agentes em resposta às profundas mudanças no cenário da concorrência internacional que emergiu com o processo de globalização.

Assim, a atuação do Estado apenas como regulador dos interesses de cada grupo que domina um ramo de produção agroindustrial permitiu a entrada de capitais de outros ramos, como a indústria automobilística, as construtoras e tantos outros ramos de atividades. Esses capitais se infiltram através de financiamentos, do processamento, da produção agrícola propriamente dita e, até na distribuição final dos produtos.

Então, o entendimento da dinâmica agrícola no Brasil não pode ser realizado sem antes se entender também como as indústrias estão inseridas no agronegócio e suas relações existentes entre elas e o setor agrícola.

Os novos sistemas técnicos com seus objetos poderosos também foram de fundamental importância para o avanço das ações das grandes firmas ligadas ao agronegócio. Para Leonel Mazzali (2000), os sistemas de informações possibilitam o armazenamento, processamento e transmissão de grande quantidade de dados a longa distância, facilitando as ações das grandes firmas desde o centro de controle até as subsidiárias nos diversos países. E essas subsidiárias são as responsáveis pelas negociações de um grande número de matéria-prima, superando o processo de modernização da agricultura, tendo agora uma organização das atividades agrícolas ainda mais marcadas pela ciência e pela técnica.

A 'terceira revolução agrícola', do microcomputador, bancos de dados, telecomunicações, robótica, transferência de embrião, engenharia genética e cultivo hidropônico, já não é apenas uma promessa. Mas a sua difusão -

tal como ocorreu nos países desenvolvidos - restringe-se a um grupo seletivo de 'inovadores' - em geral grupos econômicos de porte internacional, que tiveram acesso a essas novas tecnologias em outros ramos de produção e tratam de aplicá-las na agricultura (SILVA, 1998, p.122).

O que se pode verificar é que as novas ações políticas e os novos sistemas técnicos deram uma grande liberdade de atuação para as firmas que operam no interior do Complexo Agroindustrial em detrimento do setor agrícola que se torna cada vez mais subordinado e dependente das diretrizes técnicas e produtivas das firmas que controlam um determinado ramo de produção.

A sofisticação dos sistemas de informações e de comunicação e coordenação de funções e atividades são poderosas forças na abertura de novas possibilidades de interação entre agentes econômicos de diferentes empresas, fazendo com que elas operem em vários ramos econômicos, inclusive o agronegócio em seus diversos setores.

A atuação dessas empresas pode estar assentada no financiamento da produção agrícola, na produção de novas tecnologias que estão ligadas às indústrias de insumos e no setor de processamento e distribuição da produção final. Ou seja, as empresas se voltam para o setor de qualquer ramo de atividade que possa trazer mais vantagens e mais lucros para as corporações.

O aspecto central do novo cenário é a ampliação considerável do campo de ação por parte dos diferentes capitais com interesses na atividade agroindustrial. A redução considerável da intervenção do Estado potencializou a possibilidade de formulação de estratégias alternativas e autônomas, assentadas na diversidade de oportunidades advindas da implementação das novas tecnologias (MAZZALI, 2000, p.36).

Com a redução ou quase inexistência de intervenção do Estado no funcionamento dos Complexos Agroindustriais e de suas interações intersetoriais, as bases e as regras foram suplantadas, fazendo com que as estruturas que caracterizam o Complexo Agroindustrial entrassem em colapso. E emerge a partir de então um novo padrão de organização das atividades agrícolas cada vez mais dominado pelas firmas que se enfrentam num comércio globalizado.

Para Milton Santos (2008), a globalização deve ser encarada a partir de dois processos paralelos: a produção de uma materialidade que são a base da produção econômica, dos transportes e das comunicações. De outro lado existe a produção de novas relações sociais entre países, classes e pessoas. Essas duas facetas da



globalização interferiram diretamente na organização da produção agrícola, e essa não pode mais ser entendida apenas pelos Complexos Agroindustriais.

Então, necessário se faz buscar outro conceito para entender as novas relações existentes na atividade agroindustrial no Brasil que atenda a todos os ramos de atividades, como é o caso dos circuitos espaciais produtivos e dos círculos de cooperação.

## 5.1 A REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL E SUAS REPERCUSSÕES NA LAVOURA CACAUEIRA

O fortalecimento das grandes firmas e a retirada do Estado do papel de financiador e organizador das atividades agrícolas teve forte repercussão para a lavoura cacauífera que juntamente com a estrutura desorganizada e tecnicamente estagnada da organização da produção levou a lavoura a enfrentar mais uma grande crise que começou no final dos anos de 1980.

Essa grande crise é fruto de um processo maior que foi a reestruturação do capitalismo que ocorreu em escala global. A reestruturação do capitalismo potencializou problemas estruturais da lavoura, como a falta de investimentos em tecnologia, a fragilidade das políticas voltadas para a integração do setor agrícola com o industrial, na organização e gestão das unidades produtivas e o aparecimento da doença Vassoura-de-bruxa.

Os problemas conjunturais também foram motivos para o agravamento da última crise da cacauicultura. A entrada de novos concorrentes no mercado internacional, a redução do cacau na produção de chocolates e a reorganização das firmas processadoras diante da globalização representam esses fatores conjunturais.

A redução de cacau na fabricação de chocolates e outros artifícios para cortar custos vêm aumentando. “Para se manterem competitivamente no mercado, as indústrias, além das soluções naturais, como o redirecionamento da produção, aumento da produtividade e redução de custos, vêm reduzindo o tamanho do chocolate” (NASCIMENTO, 1994, p.110).

Esses fatores estruturais e conjunturais da lavoura cacauífera tiveram um caráter devastador para a lavoura, pois com a nova atuação do Estado, que não

mais se equipara ao processo de modernização da agricultura, houve um total sucateamento dos órgãos de pesquisa de apóio ao cacau.

Além disso, as novas deliberações políticas e as novas possibilidades técnicas possibilitaram o avanço do poder de atuação das firmas. Para Fernando Rios do Nascimento (1994), as principais atividades de toda a atividade cacauera são lideradas por setores não agrícolas. O controle da informação, da demanda, de parte da oferta, dos transportes, e do armazenamento fica a cargo das grandes firmas. Já os produtores vêm seus ganhos sendo transferidos para setores além das fronteiras da fazenda.

Depois dos anos de 1980, o a atividade cacauera na Bahia vem passando por mudanças profundas. Essas mudanças estão associadas à reestruturação da comercialização devido a forte presença das grandes firmas na região produtora. Essas empresas absorvem quase a totalidade da produção da região o que acarreta numa forte concentração desse mercado, expondo os produtores às condições de comercialização impostas pelas indústrias processadoras.

Em 2005, existia cerca de cinco indústrias de processamento de cacau na região sul da Bahia, Cargill, Joanes, Barry Callebaut, Nestlé e Indeca. A Cargill se destaca como a maior processadora com 35% do mercado, a Joanes e a Barry Callebaut respondem com 25% cada (CEPLAC, 2007).

O mercado do cacau é caracterizado pela existência de poucas firmas compradoras, de modo que as ações de uma ou mais podem ter um efeito importante sobre o preço no mercado internacional. É, portanto, um mercado com poucas firmas em número, mas grande em tamanho que juntas perfazem 94% do mercado, fazendo com que haja uma forte interdependência entre as firmas. (CEPLAC, 2007)

Os mercados são controlados por grandes corporações transnacionais que operam simultaneamente em várias *commodities* podendo eventualmente (a) manipular os preços nas bolsas, tendo como base grande lastro de cacau físico; (b) praticar *dumping* no mercado para alijar possíveis competidores, principalmente porque podem transferir recursos em condições mais satisfatórias; (c) movimentar nas bolsas (operações em papel) muitas vezes mais o valor das suas posições físicas. Com reflexos negativos nos preços; e (d) industrializar parcela significativa do cacau comprado, ampliando mais ainda sua condição especulativa.

Desse modo, o produtor fica cada vez mais distante do controle de informações de estoques, dos canais de comercialização, o controle do consumo e das negociações estabelecidas nas bolsas de valores que tanto interferem nos preços do cacau em amêndoas.

## 5.2 OS CIRCUITOS ESPACIAIS PRODUTIVOS E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO E AS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

O novo momento econômico imposto pelas transformações políticas e técnicas que culminaram na globalização e fez emergir uma situação de concorrência acirrada transformou todas as esferas produtivas seja no espaço urbano, seja no espaço rural. Assim, as empresas se reestruturaram e criaram novas estratégias para atuar no mercado globalizado a partir das possibilidades técnicas e políticas, fazendo uso da fluidez oferecida pelos sistemas técnicos.

Hoje, vivemos um mundo da rapidez e da fluidez. Trata-se de uma fluidez virtual, possível pela presença dos novos sistemas técnicos, sobretudo os sistemas de informação, e de uma fluidez efetiva, realizada quando essa fluidez potencial é utilizada no exercício da ação, pelas empresas e instituições hegemônicas. A fluidez potencial aparece no imaginário e na ideologia como se fosse um bem comum, uma fluidez para todos, quando, na verdade, apenas alguns agentes têm a possibilidade de utiliza - lá, tornando-se, desse modo, os detentores efetivos da velocidade. O exercício desta é, pois, o resultado das disponibilidades materiais e técnicas existentes e das possibilidades de ação. Assim, o mundo da rapidez e da fluidez somente se entende a partir de um processo conjunto no qual participam de um lado as técnicas atuais, de outro, a política atual, sendo que esta é empreendida tanto pelas instituições públicas, nacionais, intranacionais e internacionais, como pelas empresas privadas (SANTOS, 2008, p.83-84).

Como as atividades agrícolas são influenciadas pelas mesmas leis que regem os outros ramos da economia, as empresas que passaram a atuar nas atividades do agronegócio também se reorganizaram para encadear melhor todas as etapas da produção agrícola e isso é possível com o controle dos fluxos materiais e dos fluxos imateriais.

O encadeamento da produção, distribuição, troca e consumo de um determinado produto, isto é, a circulação material forma o círculo espacial produtivo; já a circulação de capitais, ordens e informação e desenvolvimento de tecnologias

são considerados os círculos de cooperação. Esse par de conceitos representa condição essencial para o entendimento da produção agrícola inserida no contexto da globalização.

Para a formação dos circuitos espaciais produtivos e dos círculos de cooperação as empresas fazem uso de institutos de pesquisa, consultorias, assistência técnica e logística esses recursos fazem com que os produtos cheguem ao consumidor em tempo hábil e com qualidade desejada.

Esse novo momento da economia mundial repercutiu na organização da produção agrícola e em todos os outros setores desse ramo de produção. Após os anos de 1980 observa-se uma reorganização dos agentes inseridos no agronegócio diante da retirada do Estado brasileiro de áreas estratégicas e que agora estão a cargo dos agentes privados.

Os espaços de produção moderna a atuação dos circuitos espaciais produtivos e dos círculos de cooperação são mais nítidos, pois a produção é dotada de objetos técnicos modernos desde a lavoura até o processamento do produto. [...] e os portadores das velocidades extremas buscam induzir os demais atores a acompanhá-los, procurando disseminar as infra-estruturas necessárias à desejada fluidez nos lugares que consideram necessários para a sua atividade (SANTOS, 2008, p. 84).

### **5.2.1 O circuito espacial produtivo de cacau na Bahia**

O circuito espacial produtivo do cacau na Bahia é formado por um reduzido número de empresas que controlam o setor, um grande número de produtores desarticulados e descapitalizados que estão sempre recorrendo às instituições públicas ou privadas em busca de créditos. E por fim, um suporte que vai desde institutos de pesquisas até a assistência técnica que existem para servir às grandes firmas processadoras.

Mesmo nessas condições a Bahia está inserido no circuito espacial produtivo do cacau e é influenciado pelo círculo de cooperação através da atuação das grandes firmas e da atuação do Estado por meio, principalmente, do ICB e da CEPLAC e o e outros órgãos responsáveis em manter a atividade cacauzeira.

O ICB foi criado em 1928, diante do movimento liderado pelos fazendeiros que protestavam contra os preços baixos do cacau em amêndoas, o que tornava a manutenção das atividades quase insustentável.

Mas, não foram só as pressões dos agentes ligados às atividades cacauzeira os grandes responsáveis diretos pela criação do ICB. A estagnação econômica regional que era inevitável e o possível colapso das exportações de cacau em amêndoas fizera, com que o estado buscasse soluções para o problema e, conseqüentemente, assegurar o equilíbrio financeiro da Bahia.

A criação do ICB estava relacionada à idéia de que esse órgão, em nível de controle estadual, pudesse atender diretamente aos interesses da lavoura cacauzeira. Segundo Vitor de Athaide Couto (2000), esse órgão passou a investir em inovações, como o processamento, embalagens, armazenamento e embarque das amêndoas e em infra-estrutura, como melhoramento dos transportes e na construção e recuperação de rodovias.

Com a crise de 1950, foi criado outro órgão de apoio a lavoura cacauzeira, a CEPLAC em 1956. Surgiram novos questionamentos quanto à validade do ICB como órgão de amparo a lavoura devido ao desgaste de atuação e prestígio do ICB. Então, em 1956 as velhas reivindicações são retomadas em prol de uma ação oficial para amparo da Lavoura.

Segundo Angelina Nobre Rolim Garcez e Antônio Fernando Guerreiro de Freitas a (1977), criação da CEPLAC é conseqüência do resultado das relações políticas regionais que podem ser evidenciadas pelas reivindicações dos produtores e pela obstinação dos governos Federal e Estadual em manter as exportações da Bahia.

Para Almicar Baiardi (1984), a criação da CEPLAC se configurou na mais imaginativa assistência integral para o produtor, pois reunia em um só órgão a pesquisa agrônômica, a assistência técnica, o crédito orientado e a venda de insumos.

A criação da CEPLAC e do seu pacote tecnológico levou a integração produtiva da lavoura e a melhorias no processo produtivo das amêndoas, com a construção de uma estrutura técnica e de serviços.

A atuação desse órgão foi eficaz até os anos de 1980, com o seu sucateamento, os baixos preços no mercado internacional, o aparecimento da

doença Vassoura de bruxa e às novas regras de atuação das grandes firmas, a atividade cacaeira entra em colapso.

Mesmo com a decadência da CEPLAC e do ICB, estrutura envolvida na atividade cacaeira na região sul da Bahia é bem estruturada devido às longas décadas de existência da cacauicultura na área e por isso que converge para lá toda a produção do Vale do Jiquiriçá e de outros municípios produtores baianos.

Os transportes rodoviário e marítimo são os principais responsáveis pelo escoamento da produção de cacau. Os sistemas de transporte da região permitem sua integração com os principais centros do país. Em Ilhéus está situado o principal porto de escoamento da produção, o porto internacional de Malhado.

A BR - 101 que atravessa Itabuna é uma via de escoamento de parte da produção de cacau; seguida pela BR 415 que corta a região, ligando Ilhéus a Vitória da conquista e BR - 330 que interliga a BR 101 a BR 116.

Essa vasta rede de vias mais o porto de Malhado fazem da região sul da Bahia a mais bem estruturada para a atividade cacaeira no Brasil.

O Brasil não representando mais um aposição de destaque no mercado internacional como produtor de cacau, pois segundo o Indeca (2008), atualmente a maior parte da produção provém do oeste da África, onde quatro países (costa do Marfim, Gana, Camarões e Nigéria) produzem 65% do cacau do mundo. Destacam-se também a Indonésia e a Malásia, o Brasil hoje produz apenas 4% do total no mundo.

Mesmo nessas condições, o Brasil luta para se manter como grande produtor mundial, pois mobiliza seu circulo de cooperação para alavancar a produção

O circulo de cooperação atualmente conta ainda com os trabalhos da CEPLAC e de acordo com a SEAGRI (2002), a Universidade Santa Cruz também participa do recente Plano da Lavoura Cacaeira através da instalação do Instituto Biofábrica de Cacau, localizado na fazenda dessa mesma universidade.

Outros órgãos também participam da recuperação da lavoura cacaeira. Um outro projeto importante para o setor é o Projeto Genoma, que reúne os melhores especialistas em Engenharia Genética da UNICAMP, UFBA, CEPLAC e SEAGRI que mantém o apoio às atividades de pesquisa, através do Fundecau.

E ainda, através do Ministério da Ciência e Tecnologia/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e com apoio financeiro da Agencia Federal de Fomento à Inovação (FINE), foi criado a Plataforma do arranjo

Produtivo do Cacau, que objetiva o desenvolvimento da cadeia produtiva do Cacau na Bahia. Este projeto é apoiado pelo Governo da Bahia através da Secretaria de Planejamento/Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia-FAPESB e SEAGRI.

Na questão do financiamento de caráter público, são várias as tentativas de manter a atividade cacauzeira na região sul da Bahia e no Vale do Jiquiriçá. Segundo a SEAGRI (2002), o Programa de Recuperação da Lavoura Cacauzeira, com a aplicação de recursos da ordem de R\$ 340 milhões, resultou em investimentos em tecnologia, negociação de dívidas dos produtores e na crescente renovação das plantações. O programa tem como meta renovar 300 mil hectares de cacauais e elevar a produção para o patamar de 450 mil toneladas.

A iniciativa privada também participa do círculo de cooperação da cacauicultura através do projeto de fomento à cacauicultura. Segundo Toledo (1995), a Cargill, possui uma cooperativa de crédito onde costuma oferecer aos seus associados uma poupança e empréstimo facilitado, com taxas menores que as de mercado. O projeto tem como objetivo a modernização da lavoura e conta com a assessoria técnica da CEPLAC.

Esse projeto só ocorre na região Sul da Bahia, ainda não é verificado no Vale do Jiquiriçá. É um processo de subordinação direta, se antes o cacauicultor era livre, pois o financiamento era público, agora ele fica atrelado às firmas, pois o financiamento passa a ser privado.

Observa-se que todo o aparato estatal se mobiliza para recuperar a lavoura cacauzeira, mas não resolve o problema da integração intersetorial da atividade, pois após a reestruturação do capitalismo no final dos anos de 1990, as firmas processadoras fecham as portas e restam apenas as firmas processadoras internacionais, como a Cargill, Joanes, Nestlé e a Barry Callebalt. Essas firmas estão servindo-se do aparelho estatal brasileiro para manter as suas negociações.

É dessa forma que o circuito espacial produtivo do cacau controla essa atividade na Bahia, onde as firmas possuem cada vez mais poder de decisão em detrimento do poder do Estado, pois esse passou a ser um colaborador para manter intacta as estruturas de funcionamento da atividade cacauzeira na Bahia.

## 6 O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO CACAU E O VALE DO JIQUIRIÇÁ

Nos anos de 1970 a atividade cacauceira já existente no Vale do Jiquiriçá ganhou impulso. Decorrentes de demandas externas, os agentes sociais do Estado através da CEPLAC e os agentes sociais locais levaram à instalação de escritórios da (CEPLAC) para esse espaço.

Os esforços para expandir a cacauicultura já existente no Vale do Jiquiriçá, nos moldes da modernização da agricultura, representavam também uma ação, visando manter a política de exportação.

Segundo dados de campo, além das ações do governo Federal e Estadual para a expansão da atividade cacauceira para o Vale do Jiquiriçá através da CEPLAC, é necessário destacar também as ações dos agentes locais.

Segundo Dalmar Batista de Almeida, diretor do escritório da CEPLAC de Laje, (2007), Ubaíra foi o primeiro município de Vale do Jiquiriçá a receber o escritório deste órgão, no ano de 1971. Com os esforços da prefeita Clélia Chaves Rebouças do município de Mutuípe, que resultaram na instalação de um escritório da CEPLAC em 1973.

Já no município de Laje, a instalação do escritório da CEPLAC ocorreu no ano de 1978, neste caso, valeu os esforços do prefeito Raimundo Almeida.

Todos os líderes locais almejavam o desenvolvimento econômico alcançado pela região sul da Bahia e aproveitar as facilidades oferecidas pelo Governo Federal através da CEPLAC.

Nessa época bastava ter terra, no começo era só os grandes fazendeiros, pois estes podiam esperar 4 anos para começar a colheita, depois os pequenos produtores começaram a introduzir aos poucos, sem se desfazerem dos cultivos de subsistência (Diretor da CEPLAC - Ubaíra André Luis Santos de Assis em.10/09/2007).

A partir da instalação dos escritórios da CEPLAC nos municípios de Ubaíra, Mutuípe e Laje, a cacauicultura passou a representar uma fonte de divisas importante para a dinâmica socioeconômica do Vale do Jiquiriçá que estava em estagnação econômica desde o fim do ciclo do café nos anos de 1930.

Nessa perspectiva, o Vale do Jiquiriçá foi outro espaço escolhido pelo governo Federal e Estadual para a ampliação da produção cacauceira na Bahia.



Mesmo sendo considerado uma área imprópria em termos de solo e clima, pois esse espaço possui solos pobres se comparados com os da região sul da Bahia que são adequados para o cultivo do cacau.

No sentido de entender melhor de que forma o Vale do Jiquiriçá está inserido no circuito espacial produtivo de cacau é preciso primeiro exercer a compreensão de como funciona esse circuito produtivo no Vale do Jiquiriçá.

## 6.1 O CIRCUTO ESPACIAL PRODUTIVO DO CACAU NO VALE DO JIQUIRIÇA

Os círculos de cooperação que dão sustentação aos circuitos espaciais produtivos são dotados de investimentos públicos e privados. Conforme explica Santos (2006), e no caso da cacauicultura os círculos de cooperação são alimentados principalmente pelos investimentos públicos. Esses investimentos são voltados para a criação de um meio técnico capaz de fazer fluir a produção e a circulação de fluxos materiais e imateriais voltados para esses produtos que são geralmente destinados para o mercado externo.

No Vale do Jiquiriçá, os agentes que compõem o circuito espacial produtivo do cacau são pequenos, médios e grandes agricultores e os comerciantes do cacau que são eles os partidistas e os donos de armazéns e esses possuem grande capacidade de interferir na formação dos preços do cacau em amêndoas.

Eu compro cacau pelas roças, é por que muito das vezes o produtor não tem dinheiro para pagar o frete até a cidade, aí vende para mim e recebe o dinheiro na hora. Depois eu revendo um pouco mais caro para os donos de armazéns. (Entrevista com um partidista – Em 14/09/2007)

Em se tratando do círculo de cooperação de caráter público, o Vale do Jiquiriçá conta com a presença da CEPLAC em três dos quatro municípios desse espaço. Sendo que os escritórios da CEPLAC não geram tecnologias são apenas responsáveis pela assistência técnica local e repassa tecnologias desenvolvidas na central que se encontra no eixo Ilhéus-Itabuna.

De acordo com os dados de campo, ainda se tratando dos investimentos públicos, para o Vale do Jiquiriçá está previsto a instalação de uma Biofábrica que visa a distribuição de plantas resistentes à Vassoura-de-bruxa e com maior índice de

produtividade, está previsto também um aumento da área plantada na ordem de 1500 hectares. Tudo isso está sendo financiado pelo governo Federal.

No que tange aos investimentos privados, ainda não foram verificados na área. Não existe a presença de grandes firmas processadoras de cacau e também essas não investem na produção como ocorre na região sul da Bahia, onde as grandes firmas costumam exercer o papel de órgão financiador da produção e também como órgão de fomento à geração de tecnologias.

### **6.1.1 A organização da produção cacauceira no Vale do Jiquiriçá**

A organização da produção de cacau no Vale do Jiquiriçá está assentada em pequenas médias e grandes propriedades, no entanto como foi detectado no trabalho de campo a maior parte dos produtores que estão lidando com o cacau são pequenos. Desse modo, esse espaço não pode ser considerado uma réplica do sistema cacauceiro existente na região sul da Bahia diante das suas condições de produção e de comercialização.

Sendo assim, na região sul da Bahia a cacauicultura é organizada em grandes propriedades produtoras, já no Vale do Jiquiriçá, a presença da agricultura familiar na produção de cacau em amêndoas é marcante.

Nesse espaço, não se verifica o sistema monocultor, mas sim a cacauicultura cultivada é consorciada com cultivos alimentares, sendo que nos últimos anos os cultivos alimentares estão sendo reduzidos em favor da lavoura cacauceira.

Aqui não se pode ter uma coisa só. É preciso misturar o cacau com outras lavouras porque quando não tem uma tem outra e aí agente vai levando, complementando a renda. (Entrevista com um pequeno produtor – em 14/09/2007)

No que tange ao nível tecnológico utilizado é muito baixo devido a inexistência de políticas da CEPLAC exclusivas para o Vale do Jiquiriçá, uma vez que todas as tecnologias são repassadas da central da CEPLAC que se situa no eixo de Ilhéus-Itabuna. A CEPLAC localizada no Vale do Jiquiriçá não desenvolve tecnologias próprias e adequadas à realidade dos produtores locais.

Em relação à mão-de-obra, no Vale do Jiquiriçá a lavoura cacauceira sempre dependeu do trabalho familiar. Poucas vezes no ano chega-se a contratar mão-de-

obra assalariada para a realização de tarefas sazonais. E tais contratações ocorrem com maior frequência nas propriedades situadas acima de 20 hectares.

O trabalho familiar é importante porque a implantação de novas roças de cacau é realizada o ano inteiro dependendo das condições de chuvas. Essas roças novas de cacau são sombreadas com o plantio da mandioca e da bananeira. É uma espécie de sombreamento provisório para as roças novas de cacau. A opção pela bananeira é mais constante, pois reduz a incidência de ervas daninhas, diminuindo conseqüentemente os tratos culturais.

Como já foi visto que a maioria dos estabelecimentos rurais está abaixo da faixa de 20 hectares, então a mão-de-obra mais comum utilizada na produção de cacau é a familiar.

Já nas grandes propriedades, o que se observa é a contratação de mão de obra das famílias dos pequenos produtores.

### **6.1.2 A comercialização de cacau no Vale do Jiquiriçá**

Outro ponto a ser salientado é a forma como se dá a comercialização do cacau. Toda a produção é vendida para os comerciantes locais e esses realizam a entrega para as firmas processadoras que estão localizadas em Ilhéus e Gandu, como o mostra a figura 9.

Os preços do cacau são baseados na cotação do dia, mas existe uma diferença muito grande de preço dentro dessa pequena cadeia de intermediação. Ou seja, os partidistas que compram cacau nas pequenas localidades pagam um preço, os donos dos armazéns pagam um pouco melhor e as firmas processadoras pagam um preço infinitamente melhor. Nessas condições os comerciantes são os que mais se beneficiam com o circuito do cacau no Vale do Jiquiriçá.

De acordo com o trabalho de campo observou-se que os preços do cacau mesmo estando baixo não é um problema para a comercialização, mas o que mais incomoda os comerciantes é a falta do produto devido a existência da vassoura-de-bruxa. Segundo um dono de armazém, quanto mais se tem cacau no estoque para negociar maior será o preço pago pelas firmas processadoras.

Tem o preço do produtor e o preço pago pela firma. A margem de lucro depende do volume negociado. Quanto maior for a quantidade de amêndoas que o armazém tem melhor será o preço pago por arroba pela

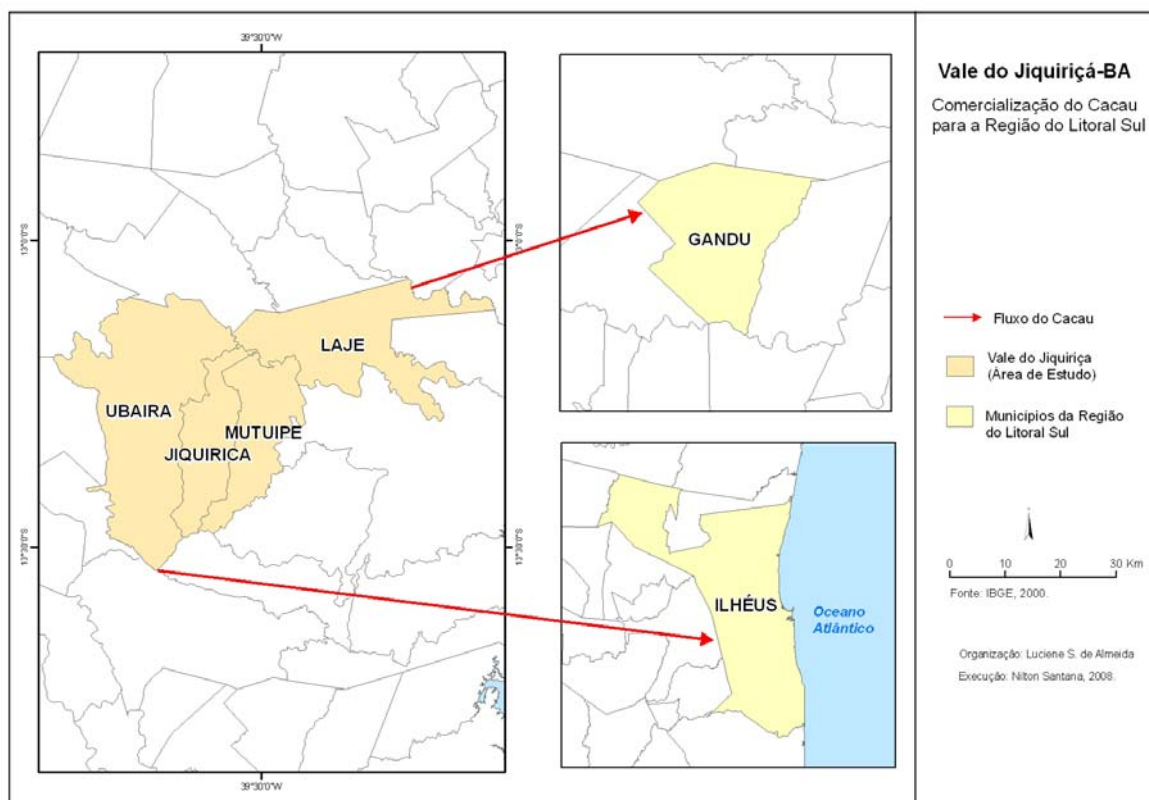
firma processadora, por isso o que incomoda não é o preço baixo, mas sim a falta do produto. A briga é para ver quem compra mais (Gerente de armazém – Laje).

Segundo dados obtidos em campo, a negociação entre o agente dono do armazém e a firma processadora é fechado a partir de um montante de 15.000 kg de cacau em amêndoas. Toda a produção é comercializada nos municípios de Ilhéus e Gandu onde estão situadas as firmas compradoras Joanes, Cargill e Barry Callebalt.

Todo transporte do cacau em amêndoas é responsabilidade dos empresários donos dos armazéns que possuem frota própria para transportar o produto pela BR 101 (Figura 09).

Figura 09

**Mapa da comercialização do cacau em amêndoas para a Região Sul da Bahia, 2007**

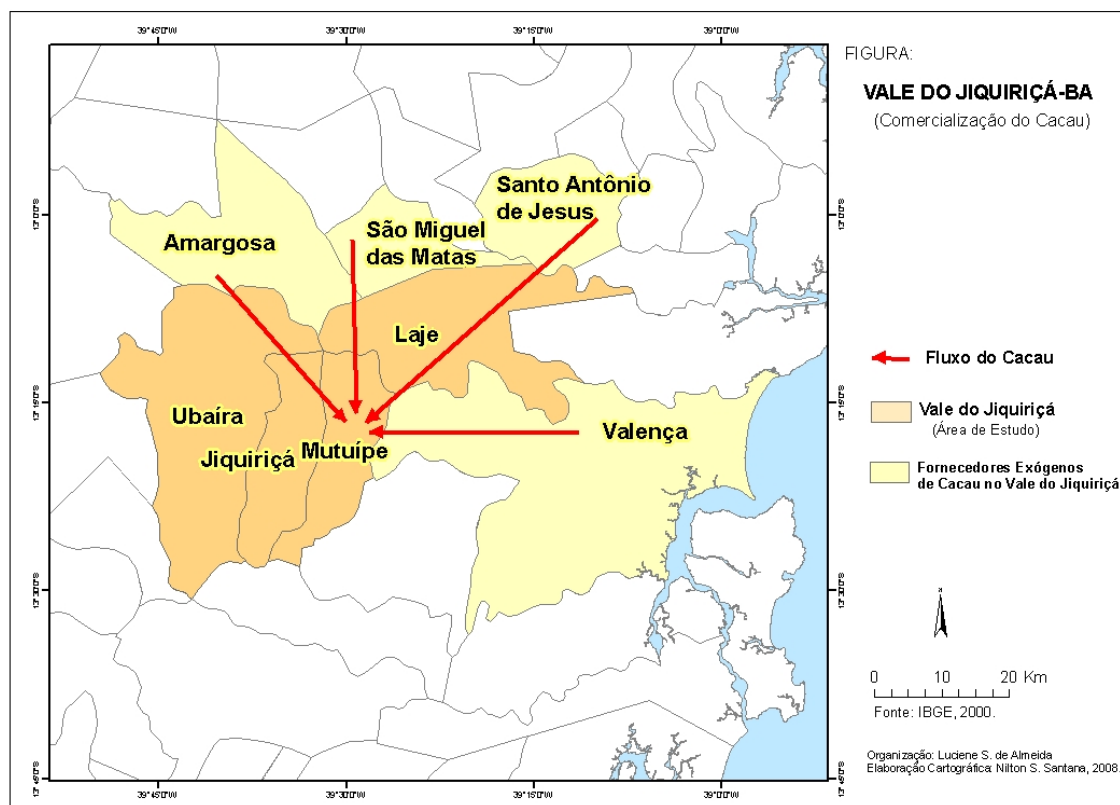


Outro ponto a ser destacado é que os grandes comerciantes donos dos armazéns exercem grande influência na formação dos preços locais, existindo uma combinação de preços entre os donos de armazéns, caracterizando um oligopsônio.

Foi detectado quatro redes de armazéns que vem atuando no Vale do Jiquiriçá e estabelecendo preços dentro do Vale e nos municípios que estão

situados fora do Vale, mas que dependem desse espaço para escoar a produção até a região sul da Bahia (Figura 10).

Figura 10  
Mapa da comercialização de cacau no Vale do Jiquiriçá, 2007



### 6.1.3 A organização dos produtores

Os produtores locais desconhecem qualquer política de controle de preços, como a formação de estoques reguladores, ficando completamente subordinado aos comerciantes donos dos armazéns e à dinâmica comercial montada na região Sul da Bahia, pois muitas vezes, os pequenos produtores recorrem à venda antecipada da produção mediante à assinatura de contratos.

É preciso considerar também a inexistência de qualquer tipo de organização dos produtores como cooperativas ou outras formas de associação, na comercialização dos produtos que visem minimizar a ação dos atravessadores e garanta maior preço para o produtor.

Eu não gosto de cooperativas prefiro trabalhar sozinho. Quando o cacau tem bom preço agente cuida melhor das roças, quando o cacau cai de preço agente procura fazer outras atividades como é o caso do gado. Cooperativa só dá dor de cabeça. (Entrevista com um grande produtor de cacau \_ 13/09/2007)

A ausência desse instrumento implica também nos elevados preços dos insumos, pois sem capacidade de articulação para negociar uma compra maior e conseqüentemente com menor preço, normalmente são os comerciantes locais quem são os distribuidores destes mesmos insumos. A lavoura cacaeira passa a ser uma atividade que se defronta com estruturas concentradas, tanto na compra dos insumos quanto na venda do produto.

A inexistência de cooperativas implica também na falta de padronização das amêndoas, o que poderia elevar os preços do produto e favorecer os produtores tecnologicamente mais organizados.

A formação de estoques é realizada pelos armazéns que compram toda a produção no período das safras para garantir a matéria-prima e em seguida estabelecer negociações vantajosas com as firmas processadoras no decorrer do ano.

Os produtores não possuem qualquer mecanismo de formação de preços. Os preços estabelecidos nas cotações do mercado internacional são conhecidos por todos e são esses que são pagos aos produtores na hora da venda. No entanto, os armazéns recebem uma diferença maior que gira em torno de 3% a 4% do valor da cotação na hora de negociar com a firma processadora.

Segundo dados de campo, quando a cotação do cacau no mercado internacional atingiu 150 reais por arroba nos anos de 2000 e 2001, os comerciantes tinham altas margens de lucro. Nesse período os comerciantes chegaram a ganhar 20 reais por arroba como diferença do preço pago para o produtor e o preço pago pelas firmas processadoras. Assim, os comerciantes e as firmas processadoras são os maiores beneficiados com a atividade cacaeira, pois os produtores não dominam todas as etapas da produção. Assim, os produtores ficam reféns entre as firmas e os comerciantes.

Para Santos (2008), os processos produtivos reúnem aspectos técnicos e aspectos políticos. Os aspectos técnicos têm mais a ver com a produção propriamente dita e sua área de incidência se verifica mormente dentro da própria

região. A parcela política do processo produtivo, ao contrário, está relacionada com o comércio, os preços, os subsídios, o custo do dinheiro, tem sua sede fora da região e seus processos freqüentemente escapam ao controle e ao entendimento dos principais interessados. Mas tanto o processo técnico, quanto o processo político se encontra na realização do produto.

Diante dessa situação os comerciantes e as firmas processadoras asseguram enorme e desigual poder junto aos produtores que juntamente com a estrutura formada na região sul da Bahia dificulta ainda mais a situação produtor de cacau do Vale do Jiquiriçá.

## 6.2 A MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS PRODUTORES DE CACAU NA BAHIA – O VALE DO JIQUIRIÇÁ

Quando se trata de espaços produtores especializados se pensa imediatamente em espaços que estão fazendo uso ou que são dotados dos objetos típicos do meio técnico-científico-informacional que para Santos e Silveira (2006), esse meio técnico emerge com um conjunto de objetos técnicos que viabilizam o grande capital em escala global. Esses objetos são usados de acordo com regras científicas e técnicas que não estão ao alcance de todos, mas apenas de uma parcela da população.

Por isso que existem espaços especializados que não estão dentro dessas condições é o caso do Vale do Jiquiriçá. Isso ocorre por três motivos, a saber.

O primeiro motivo é explicado pela própria especificidade apresentada pela cacauicultura. O cacau, apesar de ser um produto voltado para a exportação guarda condições de produção e comercialização com características diversas que não chega a abranger uma integração técnico-produtiva, e a integração intersetorial fica a cargo das grandes firmas, ligadas ao processamento e ao fabrico do chocolate. Ou seja, existe uma separação aparente entre o setor agrícola e o setor industrial.

Essa atividade herdou relações de produção do passado, pois o manejo aplicado à lavoura é manual, então a lavoura apresenta baixo uso de máquinas. Assim, a cacauicultura não pode ser comparada com a formação de uma agricultura guiada por aparatos técnicos e organizacionais verificadas na produção da soja, da cana-de-açúcar, da laranja e de tantos outros cultivos modernos. Esse é o principal

motivo que faz com que o pequeno produtor continue plantando cacau porque a cultura não é excludente em termos de tecnologia.

O outro motivo decorre do valor que esse produto possui no mercado internacional. Mesmo em momentos de crise dos preços essa lavoura ainda apresenta vantagens de liquidez se comparada às culturas alimentares. Assim, os produtores mantêm essa atividade mesmo em momentos de crise.

Para os pequenos produtores o cacau é a salvação, pois em relação aos outros produtos seu preço é superior mesmo no período de preços baixos. O cacau é uma fonte de renda importante aqui em Mutuípe. (Entrevista com um diretor da CEPLAC – EM 12/09/2009)

Por fim, existe um grande interesse por parte das grandes firmas em manter esses espaços produtores, pois esse ramo de produção nos setores de processamento e de chocolates é altamente lucrativo. Assim, o único interesse desses grupos é garantir a oferta de cacau em amêndoas.

Com a consolidação dos circuitos espaciais produtivos e dos círculos de cooperação os grupos empresariais integrados intersetorialmente ficam com o sobrelucro da produção do cacau. O produtor rural é o único a se sobrecarregar com os prejuízos que são muitos quando se trata da produção agrícola.

O vale do Jiquiriçá vem se tornando um espaço especializado na produção de cacau desde que a CEPLAC se instalou nesse espaço. A única lavoura alimentar que possui relevância depois do cacau é a mandioca que ainda possui grande importância econômica os outros cultivos alimentares foram perdendo espaço para o cacau.

O resultado desse processo pode ser verificado no uso e ocupação do solo para as atividades agrícolas, no qual os cultivos de laranja, banana e café foram desaparecendo no decorrer das décadas para favorecer a atividade cacauzeira. Exceto para o município de Ubaíra onde se observa a presença da banana e do café devido suas condições edafoclimáticas favoráveis a esse cultivo (Quadro 02).



**Quadro 02**  
**Distribuição das atividades agrícolas em períodos quinquenais, segundo uso e ocupação do solo e cultivo, por municípios Vale do Jiquiriçá**

Municípios	Períodos decenais					
	1975		1985		1995	
Jiquiriçá	Não especializado	Mandioca, laranja, café e banana	Especializado	Mandioca e cacau	Especializado	Mandioca e cacau
Laje	Altamente especializado	Mandioca	Não especializado	Mandioca, cana-de-açúcar e cacau	Especializado	Mandioca e cacau
Mutuípe	Especializado	Mandioca e cacau	Especializado	Cacau e café	Especializado	Mandioca e cacau
Ubaíra	Não especializado	Mandioca, laranja, café e banana	Fracamente especializado	Cacau, café e mandioca	Fracamente especializado	Banana, cacau e café

Fonte: SEI, 2001. Elaboração da Autora, 2008.

A preferência pela lavoura cacaeira pode ser confirmada pela política de crédito do governo Federal e Estadual que através da CEPLAC tenta aumentar a produção, como pode ser verificado no programa de crédito destinado ao custeio das atividades agropecuárias, onde o cacau é uma das atividades mais beneficiadas só perdendo para a mandioca quando se trata do financiamento.

A mandioca é uma importante fonte de renda para os pequenos produtores do Vale do Jiquiriçá. Todo financiamento para esses produtores é realizado por intermédio do programa PRONAF. Segundo dado de campo não existe endividamento. “O pequeno produtor sempre honra seus compromissos, não é verificado aqui problemas com falta de pagamento dos empréstimos. E isso ocorre tanto, para o financiamento do cacau, quanto da mandioca.” (Entrevista com um dos diretores da CEPLAC – 12/09/2007) (Tabela 09).

**Tabela 09**  
**Programa de crédito destinado ao custeio agropecuário, 2008**

Cultivo	Unidade	Custeios					
		Elaborados			Contratados		
		Projeto	Proprietário	Valor	Projeto	Proprietário	Valor
Banana	hectares	0	0	0,00	0	0	0
Bovinocultura	cabeças	1	1	7.869,98	0	0	0
Cacau	hectares	195	195	543.885,08	160	160	493.685,76
Mandioca	hectares	204	204	621.973,87	198	198	615.870,77
Café	hectares	1	1	9.885,96	1	1	1.294,38
Total por unidade		401	401	1.183.614,89	359	359	1.110.850,91

Fonte: Ceplac / Cenex. Elaboração da Autora, 2008.

O interesse em manter a lavoura cacaeira no Vale do Jiquiriçá é latente pelo governo Estadual e Federal. Mesmo nesse período de crise, onde doença Vassoura-

de-bruxa afetou diretamente a lavoura no Vale do Jiquiriçá tanto na produção, quanto na produtividade, os esforços são mantidos para a perpetuação dessa atividade.

Mesmo diante dessas condições de crédito favorável, onde o cacau é favorecido com créditos advindos do governo Federal só perdendo para a mandioca em termos de financiamento, esse espaço produtor está inserido no circuito espacial produtivo do cacau de forma desfavorável, pois é dependente da dinâmica construída na região sul da Bahia, ou seja, as suas dificuldades para inserir o produto do mercado são muitas e depende de Ilhéus e Itabuna que também apresenta uma base comercial da produção desarticulada. Assim, a situação do Vale do Jiquiriçá se torna ainda mais difícil.

O Vale do Jiquiriçá não possui uma dinâmica própria. É um espaço dependente da região sul, pois toda a produção é enviada para lá e toda tecnologia aplicada é fruto do escritório central da CEPLAC que também fica nessa região.

O Vale do Jiquiriçá é um espaço produtor que está diretamente interligado à região produtora de cacau do sul da Bahia dentro desse circuito produtivo e de seu círculo de cooperação. Está inserido no primeiro porque vende à sua produção para as firmas internacionais que estão localizadas na região sul da Bahia e é influenciado diretamente pelos círculo de cooperação porque é assistido diretamente pela CEPLAC desde os anos de 1970.

Essa é a condição do Vale do Jiquiriçá enquanto espaço produtor de cacau da Bahia dentro do circuito espacial produtivo dessa matéria-prima.

## 7 CONCLUSÃO

A história da cacauicultura na Bahia, como já foi dito, sempre foi marcada por períodos de crise e períodos de prosperidade. No entanto, os períodos de apogeu não foram sustentáveis o suficiente para assegurar o desenvolvimento econômico dos espaços produtores como é o caso do Vale do Jiquiriçá.

O advento da crise sempre foi uma constante na cacauicultura da Bahia, historicamente ocorreram crises no início dos anos 1920, em meados dos anos 1930, ano em que foi criado o ICB, em 1931 e no final dos anos 1950, ano em que foi criada a CEPLAC, com o intuito de superar a crise desse ano. E finalmente a crise atual que foi iniciada no final dos anos de 1987.

Essa grande crise é fruto de um processo maior que foi a reestruturação do capitalismo que ocorreu em escala global e repercutiu na atuação do Estado no financiamento do setor agrícola e no aumento do poder de atuação das grandes firmas ligadas ao agronegócio.

As grandes firmas se reorganizaram e modificaram a sua política de compras, passando a adotar o método *just in time* e, assim, reduzindo drasticamente o nível de estoques mantidos nas empresas. Com isso, elevaram-se para mais de cinco meses os estoques mundiais de amêndoas nos países produtores.

Outra forma de atuação das firmas foi a redução do cacau na fabricação de chocolates que foi substituído por substâncias elaboradas artificialmente, pois não existe padrões na produção de chocolates, que leva à substituição de insumos nobres como a manteiga de cacau por outras gorduras vegetais muito mais baratas.

Segundo José a. Santana, Fernando Homem de Melo e Denisard C. O. Alves (1994) esses dois fatores fizeram com que os estoques mundiais se elevassem constantemente. A produção de cacau aumentou em 63% entre 1984 e 1991, equivalendo a uma taxa de crescimento anual de 7,2%, enquanto a demanda mundial. A demanda mundial só cresceu 36% equivalendo a um crescimento médio anual de 4,5%.

A elevação nos estoques mundiais fez com que os preços no mercado internacional caíssem e prejudicassem os espaços produtores na Bahia que juntamente com os problemas estruturais da lavoura cacauífera, fez reduzir a produtividade, pois endividados os produtores não tiveram condições de investir nas roças e combater a vassoura-de-bruxa.

Segundo José Alexandre de Souza Menezes e Dionísio Carmo-neto (1993), por conta dessa última crise, o desempenho do setor no início dos anos de 1990 apresentou-se como o pior dos últimos trinta anos. Esse fato pode ser explicado pelo elevado grau de endividamento dos produtores, muito para com exportadores e industriais, baixa competitividade do setor com custos altos de produção e políticas inadequadas do governo Federal e Estadual.

Essa situação que caracteriza mais uma crise na cacauicultura ocorreu porque foram mantidos intocáveis as condições de manutenção dessas questões que existem devido às relações de comercialização interna e externa.

No nível da comercialização interna, a cacauicultura é uma atividade extremamente superior à produção. É tanto que o lavrador e o comerciante não são categorias puras, havendo um grau muito alto de interferência entre a comercialização e a produção. Todo lavrador que consegue um determinado capital torna-se comerciante, dessa forma os interesses giram em torno da comercialização e é por isso que os comerciantes também são produtores para obter mais cacau.

Essa atração pela atividade da comercialização se dá devido à liquidez do produto, ou seja, à facilidade de vender o cacau em amêndoas tanto para os exportadores, tanto para as firmas processadoras.

O outro ponto da discussão é a comercialização externa e suas interligações com o setor de processamento e do fabrico de chocolates.

As ligações existentes entre a comercialização externa e o setor de processamento e do fabrico de chocolates são extremamente complexas. Muito das firmas que comercializam o cacau são do mesmo grupo das firmas processadoras e de chocolates. É um setor extremamente concentrado que favorece as firmas que estabelecem uma política de preço desfavorável para os agricultores.

Toda a produção baiana de cacau está sendo comprada pelas processadoras Joanes, Barry Callebout e Cargill só essa última possui uma capacidade para processar 35 mil toneladas de amêndoas por ano e é a maior empresa processadora de cacau na América Latina. Além da fábrica instalada em Ilhéus, a Cargill tem ainda mais quatro filiais na Bahia, localizada mais próxima possível dos produtores.

Diante de uma situação tão concentrada com apenas três indústrias processadoras a situação do lavrador é cada vez mais complicada, pois não existem concorrentes para a compra de cacau em amêndoas.

Então, muitos estudiosos falam da reestruturação da lavoura cacaueteira como a modernização da produção com ênfase na competitividade e na produtividade, mas de nada vai adiantar se a lavoura for recuperada e pautada com técnicas modernas da biotecnologia se a estrutura da organização do circuito espacial produtivo do cacau só favorecer as grandes firmas que estão instaladas no eixo Ilhéus - Itabuna.

Segundo Santos (2008) essa competitividade se dá primeiramente entre as empresas, como forma de exercício da mais-valia global. As firmas que sobrevivem são aquelas que obtêm maiores lucros, permitindo a sua continuação na competição.

Essas empresas que sobrevivem são aquelas que criam mecanismos diversificados formas de espoliar os espaços produtores de matérias-primas, fazendo com que esses lugares lutem e tornem-se cada vez mais competitivo também para sobreviver a espoliação dessas firmas.

Competitividade e produtividade são mais um daqueles bordões que aparecem nesse período de globalização como forma de espoliar cada vez mais os espaços produtores de commodity. Em um país que construiu toda a sua estrutura econômica marcada pela produção de matérias-primas de forma subordinada ao mercado internacional, pensar em competitividade e produtividade na produção de cacau em pleno período ascensão das firmas internacionais é desleal.

Enquadrar a cacauicultura na Bahia nos termos de uma agricultura pautada pela ciência e pela técnica nos moldes da exigência da globalização significa investir em tecnologia, organizar a produção e produzir mais cacau. Mas para que tanta competitividade se os lavradores não participam dos lucros do processamento do cacau e as firmas são todas multinacionais que revertem os lucros da lavoura para fora da região cacaueteira.

Nessa perspectiva a maioria dos problemas que causa a crise da lavoura cacaueteira está fora da porteira da fazenda, o problema não está na existência da cacauicultura, mais sim na forma como ela foi estruturada no decorrer das décadas na região sul da Bahia.

Para resolver o problema dos espaços produtores de cacau fala-se da diversificação da produção, no entanto, a diversificação deve ser feita dentro da própria atividade cacaueteira. Isso quer dizer que de nada adianta se pensar numa diversificação de cultura, pois se se mantém o mesmo padrão agrário-exportador.

Caso a organização do circuito espacial produtivo do cacau fosse menos concentrado nas mãos de poucas firmas o ganho por tonelada processada seria mais bem repassado para os lavradores em forma de benefícios como preços mais altos, empréstimos e juros subsidiados.

Enquanto essa estrutura for mantida todos os espaços produtores de cacau da Bahia, inclusive o Vale do Jiquiriçá, está fadado a passar por crises de produção e de produtividade, pois essas são frutos da falta de cuidados com as roças por conta do endividamento dos lavradores diante de uma estrutura perversa de produção.

Desse modo, a atividade cacauzeira vem se mantendo na Bahia através da permanência de velhas estruturas produtivas consorciadas com as novas relações estabelecidas pelas firmas que controlam esse circuito, a partir do uso das novas possibilidades técnicas e das manobras políticas que partem das centrais de comando situados sempre distantes.

Essas firmas controlam a compra, transformação e distribuição mundial do produto, pois são armadas de informações de safras, mecanismos de financiamentos e de vendas. As firmas são protegidas por ações desenvolvidas nas bolsas de valores, ou seja, é o funcionamento do circuito produtivo sendo auxiliado pelos círculos de cooperação.

O conjunto desses elementos favoráveis assegura enorme e desigual poder a esses grupos o que confirma, em alguns casos que o próprio comércio do cacau se realize entre filiais da mesma empresa.

Diante das dificuldades encontradas pela região sul da Bahia, como se insere o Vale do jiquiriçá dentro dessa situação. Na verdade, a região sul da Bahia é o espaço que possuem fluxos que permitem às grandes firmas manter o controle da comercialização de cacau e processamento. Já o Vale do jiquiriçá é um espaço unicamente da produção de cacau.

É um espaço dependente dos problemas enfrentados pela região sul da Bahia uma vez que o Vale do Jiquiriçá depende dessa para escoar a produção já que não possui canais diretos para realizar tal ação, pois todas as firmas processadoras estão situadas na região sul da Bahia.

A relação das firmas com o Vale do Jiquiriçá se dá através da realização dos circuitos espaciais produtivos, pois esse possui racionalidade e organização de todos os agentes para atender o mercado interno e externo.

Um exemplo de esforços para manter o Vale do Jiquiriçá como produtor de cacau é a instalação em Mutuípe de uma biofabrica para a distribuição de mudas modificadas de cacau. A área cedida para a construção do empreendimento foi feita pela prefeitura do município e contara com uma área de 400 metros quadrados e atenderá 19 municípios vizinhos.

Esse centro de distribuição era o maior que já existe e estão sendo construídos com recursos das secretarias estaduais Seagri e secretaria de desenvolvimento social de combate à pobreza. É uma ação do governo Estadual para promover o crescimento da agricultura baiana.

Observa-se que mais uma vez a preocupação com a atividade cacaeira se volta para a lavoura e não para a estrutura do circuito produtivo e a forma como se dá o processamento do cacau na Bahia. Em nenhum momento se cria mecanismos para promover a integração intersetorial da produção no sentido de reverter os lucros do processamento para os lavradores.

A mesma crise que atingiu a região sul da Bahia também atingiu o Vale do Jiquiriçá, a vassoura de bruxa também arrasou as roças e os produtores descapitalizados não tiveram condições de superar a situação que se agravou diante das condições de comercialização com uma rede de intermediários existentes. Desse modo, a crise para o Vale do Jiquiriçá ainda é mais problemática.

Nesse momento de crise os únicos prejudicados foram os produtores, pois na falta de cacau baiano realiza-se a importação de cacau em amêndoas. Ou seja, O Brasil principal país produtor passou a ser importador de cacau. Esse processo desenvolvido pelas firmas processadoras ocorre porque envolve um conjunto de normas de logística, temporalidade relações de concorrências e cooperações e políticas distintas que as firmas possuem para sanar o problema da crise do cacau.

Nesse período de crise do cacau as ações dos círculos de cooperação são de recuperar as áreas plantadas. No Vale do Jiquiriçá as ações da CEPLAC são visíveis no sentido de dar apoio técnico à biofabrica que está sendo instalada nesse espaço, observam-se as ações do governo federal, mais uma vez, tentando recuperar a produção de cacau para servir às grandes firmas.

Vemos então, institutos de pesquisa servindo de sustentáculo para as ações das empresas Cargill, Joanes e Barry Callebout. Esses centros estão submetidos à lógica da mais valia global e acabam por manter espaços produtores especializados

que podem contribuir para a estagnação dos lugares devido à forma que a produção é mantida.

Da forma como o Vale do Jiquiriçá está inserido no circuito espacial produtivo do cacau, fica claro que qualquer tipo de mudanças na estruturação da atividade cacauera não partirá desse espaço, pois o mesmo não possui as condições técnicas e políticas para realizar tal ação. Qualquer transformação deveria surgir a partir da região sul da Bahia devido à sua organização de infra-estrutura, técnica e condições políticas para empreender um mecanismo para processar o cacau que não seja o mecanismo das firmas processadoras.

Então, o Vale do Jiquiriçá segue como espaço periférico produtor de cacau extremamente dependente da região sul da Bahia. Esse espaço está inserido no circuito produtivo do cacau de forma espoliante, pois é um mero espaço especializado de produção sem o controle da situação.

Dessa forma, tem-se mantido a cacauicultura no Vale do Jiquiriçá ao longo dos anos. Quando os preços estão altos, os produtores cuidam das roças obtendo maiores rendimentos; quando os preços caem reduzem os tratos culturais, mas mesmo assim a atividade é mantida sempre à espera de melhores tempos.

Já o pequeno produtor, que só possui a terra como forma de renda cuida das roças todo o período mesmo no período dessa última grande crise. Para se manterem enquanto produtores de cacau a estratégia usada é o consórcio da lavoura cacauera com diversas lavouras de subsistência, como a banana, a laranja, o milho, o feijão e principalmente a mandioca.

Nessa situação, a condição do pequeno produtor não é favorável, espoliado pelos comerciantes e pelas firmas que mantêm os preços do cacau sempre baixos a sua condição de sobrevivência enquanto pequeno produtor é cada vez mais difícil. Na maioria das vezes, os seus filhos tendem a trabalhar como assalariado nas grandes fazendas.

A aquisição de novas terras pelos membros mais jovens das famílias se torna cada vez mais distantes. O que se observa é um processo constante de minifundização em favor da concentração de terras, principalmente numa faixa de terra de 100 hectares.



## 8 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE APOIO AO EMPREENDEDOR E PEQUENO EMPRESÁRIO (SEBRAE) - BA. *Diagnóstico de municípios Vale do Jiquiriçá*. Salvador: SEBRAE, 1995. (Série desenvolvimento regional 2).

ANDRADE, Manuel Correia de. *Agricultura e capitalismo*. São Paulo: Lech, 1979.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A baía de todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. *Bahia Análise e Dados*. Salvador: SEI, v. 9, n. 4, p.10-23, Mar. 2000.

BAIARDI, Almicar. *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacauzeira da Bahia*. São Paulo: Hucitec, Salvador, 1984.

BASTOS, Edna. *Cacau a riqueza agrícola da América*. São Paulo: Ícone, 1987. (Coleção Brasil Agrícola).

BRASIL. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. *Diretrizes para a expansão da cacauicultura nacional 1976-1985*. Brasília: CEPLAC, 1977.

BRASIL. Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. *Synopse do recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920 população do Brasil*. Rio de Janeiro, 1922.

CASTILHO, Ricardo. Transporte e logística de grãos sólidos agrícolas: componentes estruturais do novo sistema de movimentos. *Investigaciones Geográficas. Boletín del Instituto de Geografía, UNAM*, n. 55, p. 79-96, 2004.

CENSO DEMOGRAFICO - BRASIL: características gerais da população - resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CENSO DEMOGRAFICO 1991: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios - Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, v.17, 1991. 600p.

CENSO DEMOGRAFICO 1980: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade - Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, v.4, n.15, 1980. 493 p.

CENSO DEMOGRAFICO 1970: Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, n.13, 1970. 845 p.

CENSO DEMOGRAFICO 1960: Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, n.8, 1960. 137 p.

CENSO DEMOGRAFICO população e habitação de 1940/50: Bahia. Rio de Janeiro, 1950.

CENSO DEMOGRAFICO população e habitação: Bahia. Rio de Janeiro, 1950. t.1; pt. 12. 481 p.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA (CEPLAC). Disponível em: <[www.ceplac.gov.br](http://www.ceplac.gov.br)>. Acesso em: 20 mai. 2005.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Perfil regional: Recôncavo Sul. Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável*. Salvador, CAR 2000. (Cadernos CAR, 25).

COUTO, Vitor de Athayde. O território do cacau no contexto da mundialização. *Análise e Dados*. Salvador: SEI, v. 9, n. 4, p. 38-52, Mar. 2000.

DEFUMIER, Marc et al. *Reestruturação da cacauicultura. Análises e Dados Salvador*. Salvador: SEI, v. 13, n. 4, p. 869-885, Mar. 2004.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DA BAHIA. *Anuário estatístico 1929-1930*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1933.

ELIAS, Denise. *Globalização e agricultura*. São Paulo: UNESP, 2001.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Mecanismos de formação da propriedade cacaueteira no eixo Itabuna-Ilhéus (1890-1930): um estudo de história agrária*. Salvador: CEPLAC/CEPEC, 1977. 188f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, 1977.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Bahia cacaueteira: um estudo de história recente*. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1979. (Estudos baianos, 11).

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GONÇALVES, Reinaldo. O nó econômico. In: SADER, Emir. (Org.). *Os porquês da desordem mundial*. Mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2003.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CACAU (INDECA). Disponível em: <[www.indeca.com.br](http://www.indeca.com.br)>. Acesso em: 20 mai. 2005

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. v. 20, Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

MAZZALI, Leonel. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede*. São Paulo: UNESP, 2000.

MENDONÇA, Jackson Ornelas. *Bahia, cenários de uma agricultura*. Salvador: Secretaria da Cultura, Irrigação e Reforma Agrária, 2001.

MENEZES, José Alexandre de Souza; CARMO-NETO, Dionísio. *A modernização do agríbussness cacau*. 2. ed. São Paulo: Fundação Cargill, 1993.

NASCIMENTO, Fernando. Rios. *A crise da lavoura cacaueteira sua natureza e soluções*. Estudos de política agrícola, n. 26, Brasília: IPEA, 1994.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: ed. Atica, 1986

PINHO, Antonio Fernando de Souza; TAFANI, Ricardo Rodolfo; BRANDÃO, Aureo Luiz de A.; LIMA, Laércio Pinho. Considerações sobre a expansão da cacauicultura no Recôncavo baiano. *Cacau atualidades*, v. 14, n. 4, p.1-11. [S.l.]: CEPLAC, 1997.

Produção Agrícola Municipal 2004: culturas temporárias e permanentes. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.31, 2004. 133 p. Também em CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.30, 2003. 93 p. Também em CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v.29, 2002.

\_\_\_\_\_. Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 164 p.

\_\_\_\_\_. Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 164 p.

\_\_\_\_\_. Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 165 p.

\_\_\_\_\_. Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. 185 p.

\_\_\_\_\_. Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. 92 p.

\_\_\_\_\_. Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1994. 65 p.

\_\_\_\_\_. Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. 171 p.

\_\_\_\_\_. Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 169 p.

\_\_\_\_\_. Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

RANGEL, Ignácio. Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil. 2ªed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

REBOUÇAS, Helena Pires. *Mutuípe, pioneiros e descendentes*. Salvador: Editora Universitária Americana, 1992.

SANTANA, José; MELLO, Fernando Homem de; ALVES, Denisard C. O. *Acordos internacionais de produtos base: os casos do cacau e do café*. Estudos de política agrícola. Documentos de trabalhos, n. 23. Brasília: IPEIA, 1994.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. 15. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo*. Globalização e Meio Técnico Científico Informacional. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986

SANTOS, Milton. *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador: [s.n.], 1959.

SANTOS, Milton. *A zona do cacau*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1957.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (SEAGRI). *Desempenho da agricultura baiana: 1999-2002*. Salvador: SEAGRI, 2002.

SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

SILVA, Sylvio C. Bandeira de Melo. *Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica*. Salvador: UFBA, 1989.

SUPERINTÊNCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Uso atual das terras: Bacia do Rio Paraguaçu e sub-bacias dos rios Jaguaripe e Jiquiriçá*. Salvador: SEI, 2000. (Série estudos e pesquisas, 50).

TOLEDO, Marcio Roberto. *Circuitos espaciais da soja, da laranja e do cacau no Brasil: uma nota sobre o papel da Cargill no uso corporativo do território brasileiro*. 2005. P. 125  
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRANDA – LUCIENE DE ALMEIDA

**ANEXO 1**

**ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA COM  
REPRESENTANTES DA CEPLAC**

Nome do entrevistado.....

Ocupação.....

Data da entrevista.....

- 1) Como e quando o cacau chegou ao Vale do Jiquiriçá?
  - 2) Quais os agentes sociais relevantes nesse processo?
  - 3) Qual o perfil das fazendas pioneiras na produção de cacau?
  - 4) Quais os agentes sociais relevantes que atraíram a CEPLAC para o Vale do Jiquiriçá?
  - 5) A expansão da cacauicultura foi aos moldes da modernização agrícola?  
Com crédito, química e novos manejos?
  - 6) Qual o tamanho das propriedades que foram privilegiadas?
  - 7) Qual o papel da CEPLA no Vale do Jiquiriçá?
- apóio institucional à produção

- pesquisa experimentação
- assistência técnica e extensão rural.

- 8) A instalação da CEPLAC no Vale do Jiquiriçá está relacionada com o programa PROCACAU?
- 9) A expansão da cacauicultura no Vale do Jiquiriçá foi com os mesmos objetivos da expansão da cacauicultura no recôncavo.
- 10)Quais as ações desenvolvidas pelas firmas, como desenvolvimento de pesquisa, financiamento e propriedade de terras?
- 11) Quais as relações dessas firmas com o Vale do Jiquiriçá?
- 12) Quais as repercussões da crise cacauera para a produção do Vale do Jiquiriçá?
- 13) Nesse período de redução de atuação do Estado enquanto fomentador da produção que é o agente mais importante para a manutenção da atividade cacauera ?
- 14) Quais os resultados obtidos com o programa de recuperação da lavoura cacauera (clonagem)?

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRANDA – LUCIENE DE ALMEIDA

**ANEXO 2**

**ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA COM PRODUTORES  
RURAIS**

Ocupação .....

Data da entrevista.....

- 1) Como e quando a cacauicultura chegou ao Vale do Jiquiriçá?
- 2) Quem foi o maior responsável pela introdução dessa atividade no Vale do Jiquiriçá?
- 3) Qual o tamanho das propriedades que introduziram a cacauicultura?
- 4) Como a produção é escoada e para onde vai?
- 5) Quais os meios de transportes utilizados nesse transportes?
- 6) Quem compra a produção quais as firmas?
- 7) Quais as ações desenvolvidas pelas firmas que interferem diretamente na produção cacauieira do Vale do Jiquiriçá?
- 8) Como a crise da cacauicultura afetou a atividade cacauieira no Vale do Jiquiriçá?
- 9) Quais os fatores que contribuíram para a permanência da cacauicultura no Vale do Jiquiriçá apesar da crise?
- 10) Na organização da produção existe alguma cooperativa responsável pela comercialização do cacau?
- 11) Existe algum mecanismo de regulação de estoques do cacau em amêndoas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS  
ALUNA-LUCIENE DE ALMEIDA

**ANEXO 3**

**ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA COM OS  
COMERCIANTES DE CACAU**

Ocupação.....

Data para a entrevista.....

1) Qual o perfil do produtor atendido por esse estabelecimento?

Pequeno

Médio

Grande

2) Esse estabelecimento realiza o comércio de forma independente ou está vinculado a alguma firma? Qual?

Sim

Não

3) Se a resposta for sim, então responda.

3.1 Qual o nome da firma

3.2 Em qual município ela se localiza?

4) A diferença de preço que é pago para os produtores, se comparado ao preço pago pelas firmas é o suficiente para garantir o lucro do estabelecimento?

Sim

Não

5) Se resposta for sim então responda qual o lucro por arroba?

De 1% a 2%

De 2% a 4%

De 4% a 6%

6) Quais os municípios que fornecem cacau em amêndoas para esse estabelecimento?



- 7) Existem produtores que vendem a safra antes do período da colheita?  
(venda antecipada)
- 8) Em alguns casos o proprietário do estabelecimento comercial é também produtor de cacau. Esse é o caso desse estabelecimento comercial?
- 10) Qual a importância socioeconômica da atividade cacauceira para o Vale do Jiquiriçá?
- 12) Se tivesse oportunidade mudaria de atividade econômica?  
Sim  
Não
- 13) A crise da cacauicultura repercutiu de forma negativa no comércio do cacau?
- 14) Como é realizado o transporte de cacau em amêndoas para as firmas?
- 15) A frota utilizada pertence a esse estabelecimento?
- 16) Quais as rodovias utilizadas para o escoamento da produção?